

**Histórias de Vida como Estratégia Discursiva
na Campanha #EuVouContar**

Joana Vidal Maia

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientadora:
Susana Santos

Investigadora integrada no CIES-IUL e professora auxiliar convidada no
departamento de Sociologia da Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE-IUL

setembro, 2019

AGRADECIMENTOS

Mãe e pai, por terem me ensinado desde sempre a amar o conhecimento; por viverem o poder transformador da educação e acreditarem nele; por fazerem de mim uma pessoa expandida através da leitura, capaz de amar um mundo múltiplo e imenso; por toda a vida de trabalho que me permitiu tantas oportunidades;

Irmão, por ser meu Outro nessa trajetória de criação e educação incrível;

Amigas e amigos, por serem os encontros mais incríveis e profundos de uma vida e por tudo que eu só pude saber através de vocês;

Meu companheiro querido, Livino, por dividir comigo uma existência física, intelectual e de sonhos;

Professora Susana Santos, pela disponibilidade e pela partilha de sensibilidades e saberes nos meses de trabalho conjunto que resultam nesta dissertação;

Anis – Instituto de Bioética, pelos 30 anos de vida em defesa dos direitos humanos e pela realização da Campanha #EuVouContar, que felizmente cruzou meu caminho e acabou por definir minha trajetória acadêmica.

RESUMO

A legislação brasileira permite o aborto apenas em três casos: violação; para salvar a vida da mulher; e gestação de um feto anencefálico. Isto não impede que 20% das mulheres faça pelo menos um aborto até os 40 anos e muitas morram no processo. Enquanto isso, às sobreviventes resta o silêncio e o segredo, sustentados pela ilegalidade oficial e pela condenação moral. Com intenção de “dizer que a lei está errada”, a ONG Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero organizou a Campanha #EuVouContar para publicar relatos de mulheres que fizeram um aborto clandestino. Entre 2017 e 2019, foram publicadas 52 estórias na página oficial do projeto e nas redes sociais online da instituição. O objetivo deste trabalho é perceber como as histórias de vida foram usadas para construir uma estratégia discursiva em defesa da legalização do aborto. Através de uma combinação de métodos de análise do discurso e apreensão da realidade a partir de histórias de vida, estudamos as Histórias 1 a 40 para perceber os significados que produzem e como refletem a realidade dos abortos clandestinos no Brasil; as estruturas sociais que a fazem ser como é; os interdiscursos com que se relacionam; e quem são as mulheres que se propõem a partilhar suas experiências. A partir daí, analisamos o discurso coletivo formado por estas estórias, com intenção de persuadir o interlocutor a aderir à uma ideia e tomar lugar na luta pela legalização do aborto no Brasil.

Palavras-chave: gênero, análise do discurso, histórias de vida, internet, aborto, Brasil

ABSTRACT

Brazilian State allows abortion only in three cases: rape; to save the woman's life; and gestation of an anencephalic fetus. It does not avoid 20% of women from having at least one abortion until age of 40 and many of them to die in the process. Meanwhile, the survivors still in silence and keep the abortion in secret, threatened by the official law and the society's moral condemnation. Intending to "say the law is wrong," NGO Anis - Institute of Bioethics, Human Rights and Gender organized the #MyAbortionStory Campaign to publish stories of women who had a clandestine abortion. Between 2017 and 2019, 52 stories were published on the project's official website and on the Anis' social media. The purpose of this Masters dissertation is to understand how life stories were used to construct a discursive strategy in defense of legalizing abortion. We combined discourse analysis and life stories methods to study Stories 1 to 40 to understand the meanings they produce and how they reflect the reality of clandestine abortions in Brazil; the social structures that make it this way; the interdiscourses with they are related to; and who are these women who propose to share their experiences. From there, we analyze the collective discourse formed by these stories, with the intention of persuading the interlocutor to adhere to an idea and take place in the struggle for the legalization of abortion in Brazil.

Keywords: gender studies, discourse analysis, life stories, internet, abortion, Brazil

ÍNDICE

Introdução | 1

Capítulo I: Um país que pune mulheres porque não querem ser mães

- 1.1. Aborto no Brasil | 4**
- 1.2. Uma sociedade que transformou diferenças em desigualdades | 7**
- 1.3. O fim do silêncio | 12**

Capítulo II: Proposta de conjunção entre análise do discurso e histórias de vida

- 2.1. A opção por métodos qualitativos | 19**
- 2.2. Análise do discurso | 20**
- 2.3. Histórias de vida mediatisadas | 26**

Capítulo III: Uma sociedade expressa em 40 experiências

- 3.1. Notas sobre o processo de análise das experiências de aborto clandestino | 35**
- 3.2. “Está difícil falar, mas quero já deixar um alerta: eu quero e preciso ser ouvida” | 38**
- 3.3. “Eu não desejava fazer um aborto, não existe isso ‘ah, eu desejo fazer um aborto’. Era uma necessidade” | 41**
- 3.4. “Sempre dei azar com os homens” | 44**
- 3.5. “Saí daquele aborto para uma gravidez sem nenhuma orientação” | 48**
- 3.6. “Eu sou uma mulher privilegiada. Não morri, eu tive dinheiro para ir numa clínica limpa, tive pessoas que souberam me orientar para onde ir. Eu penso nas outras mulheres que não tiveram o mesmo privilégio que eu” | 50**
- 3.7. “Eu sei se fiz a coisa certa, eu não queria me explicar com você que não sou egoísta. Por que as pessoas dizem isso, você sabe me explicar?” | 54**

Capítulo IV: Comuns e únicas são as experiências de aborto

- 4.1. Contar de si é também falar do mundo | 59**
- 4.2. História 8 | 59**
- 4.3. História 13 | 65**
- 4.4. História 19 | 69**
- 4.5. História 37 | 74**

Capítulo V: Uma narrativa coletiva sobre aborto no Brasil

- 5.1. A Campanha #EuVouContar como discurso | 78**
- 5.2. Estratégias discursivas da Campanha #EuVouContar | 83**
- 5.3. Lugar de fala e a estratégia de posicionamento | 92**

Conclusões | 98

Bibliografia | 101

Anexos | 106

INTRODUÇÃO

Enquanto finalizávamos a escrita desta dissertação, chegamos também às últimas páginas do romance Deus-Dará, onde nos escreveu a jornalista portuguesa Alexandra Lucas Coelho (2016): “Branco tem medo de deixar de ser quem é, índio come branco para ser mais outro, mudar de perspectiva. Branco tem um saber, vira autoridade, índio se multiplica, sabe mais quanto varia, deixa a coerência para o branco, aquele que tem medo de perder a história, e se perder na história. Um pouco esse tal de perspectivismo ameríndio que balançou a cabeça de Tristão”. Conhecer outros, outras, multiplicar e mudar a partir disto nos balançou também, e esta nos parece a melhor ideia a ser apresentada para dar início a esta trajetória.

É justamente por perceber na vida e nas experiências dos outros uma possibilidade de ampliar e multiplicar nossa própria experiência de mundo que chegamos ao objeto desta investigação: a Campanha #EuVouContar. Contar histórias de mulheres que fizeram abortos clandestinos para organizar um discurso em defesa da legalização do aborto nos pareceu uma proposta com muitas potências. Uma possibilidade de entrar em contato com um mundo de existências escondidas, que as investigações quantitativas apenas refletiam no dado que 20% das mulheres brasileiras terão feito um aborto até os 40 anos (Diniz, Medeiros e Madeiro, 2017). Dentre o muito que quisemos saber, a dimensão do trabalho só nos permitiu avançar sobre uma questão: Como as histórias de vida são usadas para construir a estratégia discursiva da Campanha #EuVouContar?

A princípio, tentamos conhecer o que une estas experiências: a proibição do aborto e o recurso à clandestinidade para interromper gravidezes indesejadas no país onde estas mulheres vivem, o Brasil. Depois, avançamos sobre a compreensão que, se as estórias tem algo unificador, nem de longe este algo é universalizante: as mulheres, seus traços e vivências são múltiplos. Isto é uma dimensão estruturante do mundo de existências que adentramos e, para percebe-la, precisamos entender a sociedade que as constituiu e faz das diferenças também desigualdades, inclusive na hipótese de falar de si. Quando este falar é tomado por cada uma das mulheres que atende a convocatória da Campanha, o discurso que emite torna-se também coletivo. Por fim, encontramos este discurso que é um direito à existência a procura de uma visibilidade que é também o direito de existir através dos media.

Sobre estas inquietações, construímos o primeiro capítulo desta dissertação. Para perceber-las no contexto desta investigação, avançamos sobre um enquadramento teórico a partir dos estudos de Sueli Carneiro (2003) e Heleith Saffioti (2009) a respeito da formação e da organização da sociedade brasileira; das ideias de interseccionalidade entre gênero, classe social e relações étnico-raciais socialmente construídas de Kimberlé Crenshaw (2002) e Patricia

Hill Collins (1990); dos trabalhos sobre discurso, verdade e poder de Michel Foucault (1993, 1999); e das reflexões sobre media, sociedade e o conceito de visibilidade mediada de J. B. Thompson (2008, 2009).

Na sequência, as etapas do conhecimento científico determinam que precisamos de orientações metodológicas. Assim, no segundo capítulo, refletimos sobre a opção por métodos qualitativos para responder a uma pergunta que começa por “como”. Encontramos uma combinação valorosa na conjunção circular entre análise do discurso (Chouliaraki e Fairclough, 1999; Caregnato e Mutti, 2006; Carvalho, 2015; e outros) e métodos de apreensão da realidade através de histórias vida (Bertaux, 1980, 1989; Kofes, 1994; e Ferrarotti, 2007), que vão formar o discurso a ser analisado, que trará em si as particularidades que estórias de vida têm. Assim, aprendemos a navegar pelos relatos em busca dos sentidos, significados e condições de produção, estruturas sociais que se refletem nas biografias pessoais e nos permitem perceber a realidade através delas. Ademais, compreendemos a análise do discurso e as histórias de vida como parte do quadro teórico que vão compor este trabalho.

O terceiro capítulo do trabalho é onde começa nossa análise. Aqui, mergulhamos nas Histórias 1 a 40 na procura de construir categorias que refletissem as estruturas sociais que atuam sobre a prática do aborto clandestino. Encontramos muitas: o segredo e a necessidade de falar, que tornam o dizer também prática de cuidado; o contexto que configura a gravidez como um problema para o qual o aborto será a solução; os comportamentos dos homens em relação a esta gravidez pela qual também são responsáveis; o exercício da sexualidade feminina e acesso a educação sexual; as variáveis que podem ser consideradas privilégios no aborto clandestino; os sentimentos e a percepção social sobre a mulher que aborta.

Deste conjunto, escolhemos 10% do total, nomeadamente quatro estórias, para analisar integralmente no quarto capítulo. Continuamos à procura das estruturas sociais; entretanto, nossa investigação agora se debruça sobre a atuação destas estruturas sobre existências particulares, cada uma condicionada por uma combinação de marcadores sociais específicos. Desta forma, as Histórias 8, 13, 19 e 37 nos mostram como as experiências de aborto podem ser diferentes entre si e depender da localização (geográfica, de classe) de quem está a vivê-la.

Finalmente, com vistas no que encontramos até aqui, voltamos nossos olhares para a construção de uma estratégia discursiva que ao mesmo tempo revela estruturas e abraça a diversidade das experiências. É sobre isto que trata nosso quinto e último capítulo. Analisamos o discurso da Campanha #EuVouContar como uma narrativa coletiva sobre aborto no Brasil, construída a partir de uma multiplicidade de experiências com a realidade para ser publicada nas redes sociais online. Neste contexto, investigamos a opção por este media e suas

possibilidades, as configurações que o discurso assume para alcançar os objetivos desejados e as interdições que tenta romper.

Realçamos que este foi um processo, como todos, com limitações. Primeiro, o tempo e o espaço, que sempre se impõem como barreira quando realizamos qualquer trabalho. Queremos sempre mais, e ir mais fundo. Além disto, fazemos nota a uma série de questões que consideramos relevantes, mas cujas respostas estão fora do nosso plano teórico-metodológico: Com que critérios a instituição responsável editou e publicou os relatos? Como se deu o processo de construção da Campanha entre mulheres e organização? Que diferenças fizeram as mudanças na conjuntura brasileira entre o início e o final do projeto, em 2017 e 2019 respectivamente? A estratégia discursiva foi eficaz? Como os resultados podem ser medidos? Como esta ação se relaciona com outras em defesa da legalização do aborto? Por que a escolha pela disputa através das redes sociais online?

O que tentamos propor durante o desenvolvimento desta dissertação é um encontro capaz de multiplicar, fazer perder na história e encontrar outra narrativa, variar e mudar perspectiva de quem toma parte dele. E, uma vez que conhecimento é irreversível, o que fazer com o de que agora temos consciência? Uma hipótese é simplesmente ignorá-lo. Outra, preferida por nós, é avançar sobre a ideia de que as estórias de vida das mulheres são um saber válido; processá-las enquanto informação sobre o mundo; considerá-las parte de um conjunto de conhecimento sobre aborto clandestino e tê-las em mente sempre que a oportunidade solicitar. Em síntese, permitir que os relatos nos transformem, ampliar nossa existência para receber experiências múltiplas. Com isto em mente, convidamos você a iniciar esta leitura.

CAPÍTULO I: UM PAÍS QUE PUNE MULHERES PORQUE NÃO QUEREM SER MÃES

1.1. ABORTO NO BRASIL

93% dos países em desenvolvimento¹ têm legislações consideradas muito restritas em relação ao aborto (Singh et al., 2017: 4). Ao lado de outros países da América Latina, da África e da Oceania, o Brasil está entre eles: o relatório *Abortion Worldwide 2017*, que faz um diagnóstico da situação do aborto no mundo, classifica o país no nível 2, o segundo mais proibitivo, numa escala onde o nível 1 representa a proibição total independente da razão e o nível 6, a ausência de restrições em relação à motivação para interromper a gravidez.

A prática do aborto no Brasil está prevista na legislação e é regulada pelo Código Penal de 1940, numa sessão denominada “Parte Especial – Título I – Dos Crimes contra a Vida”. Os artigos 124 a 126 avançam ser considerado crime que as mulheres façam aborto ou permitam a alguém fazê-lo em si, sujeitas a pena de prisão de um a três anos. O artigo 128 do mesmo Código prevê as exceções: as mulheres têm direito ao “aborto necessário” nos casos que não existe outra forma de salvar a vida da gestante ou para encerrar uma gravidez decorrente de violação. A única alteração da Lei aconteceu apenas em 2012, quando o Supremo Tribunal Federal votou parecer favorável à ADPF 54², legalizando a antecipação de parto a mulheres grávidas de fetos anencefálicos³.

¹ O relatório *Abortion Worldwide 2017* refere-se a países em desenvolvimento a partir das categorias da Organização das Nações Unidas (ONU), que considera África, Ásia, América Latina e Oceania como regiões em desenvolvimento e Europa, América do Norte, Japão, Austrália e Nova Zelândia como regiões desenvolvidas (Singh et al., 2017: 8).

² A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental é um mecanismo jurídico previsto no artigo 102 da Constituição Federal de 1988. No Brasil, esta ação de natureza constitucional é voltada para a tutela de direitos e garantias fundamentais, utilizada para evitar ou reparar lesões a algum preceito fundamental da Constituição, como o princípio da divisão dos Poderes, da forma federativa do Estado ou dos direitos e garantias individuais. Neste sentido, as ADPFs são julgadas apenas pelo Supremo Tribunal Federal, corte responsável pela guarda da Constituição Federal (Constituição Federal do Brasil, 1988). A ADPF 54 foi ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde em 2004 com o pedido de adoção pelo STF de que a antecipação terapêutica do parto de fetos anencefálicos não configura aborto a partir dos princípios da dignidade da pessoa humana, da vida e da liberdade (Cenci, 2011).

³ “A anencefalia é um distúrbio de fechamento do tubo neural diagnosticável nas primeiras semanas de gestação. Por diversas razões, o tubo neural do feto não se fecha, deixando o cérebro exposto. O líquido amniótico gradativamente dissolve a massa encefálica, impedindo o desenvolvimento dos hemisférios cerebrais. Não há tratamento, cura ou qualquer possibilidade de sobrevida de um feto com anencefalia” (Diniz e Vélez, 2008: 648).

O facto de ser proibido e criminalizado não impede que uma em cada cinco mulheres tenha realizado pelo menos um aborto antes dos 40 anos (Diniz, Medeiros e Madeiro, 2017: 653). Isto se traduz numa estimativa que entre 950 mil e 1,2 milhão de brasileiras façam abortos clandestinos todos os anos (Collucci e Faria, 2018). Neste processo, centenas de milhares morrem em decorrência de complicações decorrentes de, por exemplo, procedimentos precários, sem condições apropriadas de higiene e uso errado de medicamentos. Assim, o aborto clandestino é a quarta causa de morte materna no Brasil, mas estima-se que a quantidade de óbitos ainda seja subnotificada e, na realidade, cerca de 30% maior (Agência Patrícia Galvão, 2018).

As duas edições da Pesquisa Nacional do Aborto tentaram traçar um perfil das mulheres que fazem aborto no Brasil. As PNA são consideradas as mais confiáveis fontes de dados sobre o tema no país por garantir o anonimato das inquiridas. A investigação foi desenvolvida a partir de um inquérito domiciliar de uma amostra aleatória representativa da população total de mulheres alfabetizadas entre 18 e 39 anos das áreas urbanas do Brasil, inclusive em municípios de menos de 20 mil habitantes; mulheres não alfabetizadas foram substituídas por uma amostra sistemática de reposição. Assim, chegou-se ao total de 2002 entrevistadas. Para chegar às respostas, as investigadoras realizaram uma metodologia mista usando técnica de urna (*ballot-box technique*) e aplicação de questionário presencial por entrevistadoras mulheres (Diniz, Medeiros e Madeiro, 2017: 654).

O que a análise dos resultados indica, no entanto, é justamente a não existência de um perfil socioeconômico específico para a mulher que decide interrompe a gravidez de forma clandestina. Segundo avançam os investigadores que assinam o relatório:

O aborto no Brasil é comum e ocorreu com frequência entre mulheres comuns, isto é, foi realizado por mulheres: a) de todas as idades (ou seja, permanece como um evento frequente na vida reprodutiva de mulheres há muitas décadas); b) casadas ou não; c) que são mães hoje; d) de todas as religiões, inclusive as sem religião; e) de todos os níveis educacionais; f) trabalhadoras ou não; g) de todas as classes sociais; h) de todos os grupos raciais; i) em todas as regiões do país; j) em todos os tipos e tamanhos de município (Diniz, Medeiros e Madeiro, 2017: 656).

Alves (2007), por sua vez, trata do aspecto econômico das gravidezes indesejadas na vida das mulheres.

A gravidez indesejada prejudica a mulher e a sua família de três maneiras: a) quando a mulher busca interromper a gravidez de maneira insegura resulta em maiores mortalidade e morbidade maternas; b) uma prole maior do que a desejada significa menores recursos materiais e culturais para dividir entre um maior número de descendentes; c) maior número de filhos,

especialmente os indesejados, muito provavelmente está associado à maior mortalidade infantil (Alves, 2007: 1).

Já no espectro da coletividade, os impactos económicos dos abortos clandestinos para o Estado não são desprezíveis. Entre 2008 e 2017, cerca de 2,1 milhões de mulheres deram entrada em hospitais para tratar complicações decorrentes de aborto, sendo 75% deles provocados. Quase um terço dos casos teve complicações sérias, como hemorragias e infecções. Isto cria para o Sistema Público de Saúde um gasto na casa dos 468 milhões de reais durante a década e pelo menos 4455 mortes entre 2000 e 2016 (Collucci e Faria, 2018).

Uma mudança significativa no número de hospitalizações decorrentes de abortos clandestinos foi a descoberta ocasional, no final dos anos 1980, que uma substância chamada misoprostol conseguia provocar um aborto sem grandes complicações e até mesmo sem complicações alguma, dispensando muitas vezes a ida ao hospital para finalizar o processo. O uso pelas mulheres do misoprostol para fazer abortos tornou-se comum nos países da América Latina e Caribe com leis muitas restritivas (Singh et al., 2017: 29). Atualmente, o medicamento é recomendado pela Organização Mundial de Saúde para a realização de abortos seguros (Diniz, Medeiros e Madeiro, 2017: 659).

No Brasil, este medicamento é vendido sob o nome de Citotec, Cytotec ou Prostokos e tem venda proibida nas farmácias desde 1998; o uso de medicamentos com a substância é autorizado apenas em hospitais credenciados junto ao Ministério da Saúde para realizar abortos legais (Pains, 2019). Além disto, as resoluções 1050 de 06/04/2006 e 1534/2011 da Anvisa⁴ proíbem também qualquer divulgação de informações sobre o remédio em todo o território nacional, inclusive por meio de fóruns de discussões, murais de recados e sítios na internet. “A medida tem como objetivo combater a banalização do uso do medicamento para fins terapêuticos. A utilização deste medicamento só deve ser feita com a orientação e prescrição médica e seu uso está restrito ao ambiente hospitalar” (Anvisa, 2011).

Entretanto, isto não impede que milhares de mulheres comprem o remédio em mercados clandestinos por todo o país. A Pesquisa Nacional do Aborto 2016 estima que 48% dos abortos caseiros provocados são feitos através de medicamentos, principalmente a base de misoprostol, ainda que a investigação não tenha inquirido as entrevistadas sobre que substância usaram para realizar o aborto (Diniz, Medeiros e Madeiro, 2017: 656).

⁴ A Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Brasil foi criada em 1999 como uma autarquia sob regime especial responsável por promover a proteção da saúde da população através do controle sanitário da produção e consumo de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive insumos e tecnologias.

A realidade concreta e a legislação, portanto, vivem um embate. As contestações em âmbito jurídico e legislativo, tanto por parte de quem quer ampliar a lei como por quem deseja que esta seja ainda mais restrita, têm sido infrutíferas no sentido de alcançar mudanças. Ao mesmo tempo, este género de disputa que acontece nos tribunais e parlamentos toma lugar em espaços distantes da vida cotidiana das uma em cada cinco mulheres que praticam aborto em todos os lugares de um país continental.

A mais recente proposta de alteração por parte dos sujeitos que defendem uma legislação mais ampla foi a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 442, protocolada no STF pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)⁵ com assessoria da Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero⁶ em 6 de março de 2017. O texto protocolado pede a legalização do aborto até a 12^a semana de gestação independente da razão (Castro, 2017).

Pouco mais de um ano depois, entre os dias 3 e 6 de agosto de 2018, aconteceu em Brasília, a capital nacional, uma audiência pública para debater a proposta de forma a garantir a participação popular e oferecer dados e subsídios para a decisão judicial sobre a ação. O processo contou com mais de 40 arguentes entre especialistas, instituições e organizações, sendo que os pedidos de inscrição para falar ultrapassaram o número de 180. Em paralelo, os movimentos feministas do país organizaram nos mesmos dias o Festival Pela Vida das Mulheres, que reuniu centenas de mulheres para acompanhar o processo de discussão mesmo que do lado de fora do auditório.

Após a audiência, um relatório com as falas de quem participou deve ser distribuído aos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal para ser consultado caso seja da vontade deles. O primeiro voto a ser proferido é da relatora da ação, a ministra Rosa Weber, que também deve preparar um relatório com o resumo das alegações dos proponentes. A sequência do julgamento, no entanto, ainda não tem data para acontecer (Passarinho, 2018).

1.2. UMA SOCIEDADE QUE TRANSFORMOU DIFERENÇAS EM DESIGUALDADES

A sociedade brasileira é estruturada a partir de relações de desigualdades sociais historicamente constituídas, nomeadamente de gênero, classe e categorias étnico-raciais socialmente

⁵ O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) é um partido político brasileiro fundado em 2005 que se localiza no espectro da esquerda à extrema-esquerda.

⁶ A Anis foi criada em 1999, com sede em Brasília e desenvolve atividades no campo da pesquisa social, incidência política, litígio estratégico e projetos de comunicação sobre violações e defesa de direitos, em campos como direitos sexuais, direitos reprodutivos, deficiência, saúde mental, violências e sistemas penal e socioeducativo.

construídas. Carneiro (2003) avança que a violação colonial contra as mulheres negras e indígenas constituíram o processo de miscigenação que é a base da formação da identidade nacional. Para a autora, esta herança de violência e desigualdade segue viva no imaginário social e “adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de género segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão” (Carneiro, 2003: 49).

Podemos avançar sobre alguns dados estatísticos para perceber como isto se dá na realidade. Primeiramente, na composição social da distribuição de riqueza e composição das classes sociais, o 1% mais rico da população tem apenas 17,8% de pessoas negras⁷, sendo os outros 79,7% de pessoas brancas; quando se trata das pessoas mais pobres, por sua vez, a estatística étnico-racial se inverte e três em cada quatro são negras e, dentre as pessoas negras, três em cada dez são mulheres (Vieira, 2016).

Uma investigação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística publicada em 2017 indica que aumentou a quantidade de pessoas a viver em situação de pobreza no país segundo o critério do Banco Mundial, atingindo a marca de 54,8 milhões de pessoas; isto significa que 26,5% da população do Brasil sobrevivem com menos de 100 euros por mês (Renaux, 2018a). A mesma investigação verifica que as mulheres, especialmente as negras, são o grupo mais vulnerável: dos lares monoparentais chefiados por mulheres com um ou mais filhos até 14 anos, cerca de 56,9% estão abaixo da linha da pobreza, mas quando se trata de chefes de família negras o número sobe para 64,4%. A pobreza brasileira, portanto, tem género e cor.

Um braço que reforça esta estrutura de desigualdades é a insuficiência de políticas e serviços públicos para atender à população, como equipamentos de saúde, educação e lazer. O resultado é uma sobrecarga de trabalho para as mulheres. Responsáveis principais por garantir as condições de reprodução das famílias, nomeadamente os trabalhos domésticos, mas também os cuidados com as crianças e idosos, elas dedicam cerca de 20,3 horas por semana a este género de atividades. No contraponto, os homens gastam apenas cerca de 10,8 horas do mesmo espaço de tempo a tratar das tarefas relacionadas à casa e à família (Renaux, 2018b).

As consequências aparecem, por exemplo, no acesso ao trabalho. A necessidade de conciliar as ocupações fora de casa com os afazeres domésticos faz com que as mulheres aceitem mais trabalhos com carga horária reduzida, de até 30 horas semanais, e

⁷ No Brasil, desde 1991, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) consolidou o censo demográfico no que diz respeito a raça/etnia no modelo adotado até hoje, com auto declaração nas categorias raciais branco, preto, pardo, amarelo e indígena (Senkevics, 2015). Para fins político-sociais, entretanto, a classificação de pessoas negras abrange as categorias preto e pardo (UOL, 2013).

consequentemente salários menores: dos trabalhadores em *part-time*, elas são 28,2%, enquanto dos homens são 14,1%; quando se trata das mulheres negras o índice chega a 31,3%. Além disto, mesmo quando estão a trabalhar a tempo inteiro, a diferença salarial permanece: as mulheres continuam a receber cerca de ¾ dos salários masculinos e a diferença aumenta no cruzamento entre as variáveis de género e etnia, comparando-se homens brancos e mulheres negras (IBGE, 2018).

Ademais, no que diz respeito à realidade do desemprego formal no Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) aponta a taxa de desemprego entre mulheres é significativamente maior do que entre homens, sendo de 13,8% e 10,7% respectivamente (Batista, 2017). A esse dado, soma-se outro, especificamente a respeito da maternidade: de acordo com pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 48% das mulheres que têm filhos ficam desempregadas no período de até um ano após o parto e isso ocorre de forma ainda mais frequência com mulheres com níveis de escolaridade mais baixos (Bertho, 2017).

Não fossem suficientes o desemprego estrutural e a recorrente demissão de mulheres após o nascimento de seus filhos, existe ainda uma terceira estatística referente a mulheres no mercado de trabalho: o fato de que, muitas vezes, empregadores recusam-se a contratar mulheres com filhos pequenos. Segundo constatação da investigadora Regina Madalozzo, “a discriminação é quase tão determinante quanto a falta de creches para afastar as mães do mercado de trabalho” (Mota, 2017).

A socióloga brasileira Heleith Saffioti (2009) nos oferece uma tradução teórica para essa realidade a partir da imagem metafórica de um nó, representando a fusão entre patriarcado, racismo e capitalismo numa estrutura de poder que as unifica. Por isso, a autora considera que a sociedade está organizada em relações de dominação-exploração ou exploração-dominação⁸, que representam não dois processos separados, mas duas caras de um mesmo processo (Saffioti, 2009: 11). Desta forma, avança:

o patriarcado, com a cultura especial que gera e sua correspondente estrutura de poder, penetrou em todas as esferas da vida social (...) De outra parte, o capitalismo também mercantilizou todas as relações sociais, nelas incluídas as chamadas específicas de gênero (...) Da mesma forma, a raça/etnia, com tudo que implica em termos de discriminação e, por conseguinte, estrutura de poder, imprimiu sua marca no corpo social por inteiro (Saffioti, 2009: 26).

⁸ “Não existe um processo de dominação separado de outro processo, este de exploração (...) Alternam-se os termos para evitar a má interpretação da precedência de um processo e, por via de consequência, da sucessão do outro” (Saffioti, 2009: 30).

A autora realça ainda o caráter qualitativo e não quantitativo do intrincado que essas características formam:

Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta dessa fusão. (...) Uma pessoa não é discriminada por ser mulher, trabalhadora e negra. Efetivamente, uma mulher não é duplamente discriminada, porque, além de mulher, é ainda uma trabalhadora assalariada. Ou, ainda, não é triplamente discriminada. Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades (Saffioti, 2009: 26).

Desta forma, ainda que o patriarcado, o racismo e o capitalismo sejam estruturantes da sociedade, essas estruturas não afetam a todas as pessoas da mesma forma. Para perceber como isto se dá, a estadunidense Kimberlé Crenshaw inseriu o conceito de interseccionalidade no debate sobre a teoria da diferença no final dos anos 1980. Para a autora:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002: 177).

A teórica avança, ainda, sobre a necessidade de considerar e ter em vista na análise tanto a existência como a forma como acontecem estas interações estruturais:

Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual são ‘diferenças que fazem a diferença’ na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação (Crenshaw, 2002: 173).

No mesmo sentido, a socióloga estadunidense Patricia Hill Collins (1990) constrói a ideia de “matriz de dominação”. Para Collins (1990), as experiências de opressão e resistências são vividas a partir da localização em relação aos eixos que formam a matriz, dentre os quais classe, gênero, etnia e outros. A partir destes eixos, existem relações de privilégios e exclusões complexas, que a autora propõe explicar a partir da substituição de uma postura conceitual relacionada ao binômio “either/or” por outra, baseada no binômio “both/and”: no lugar da classificação como vítimas ou opressores “puros”, a maior parte das pessoas fará parte dos dois grupos em momentos distintos – “she or he is both a member of multiple dominant groups and a member of multiple subordinate groups” (Collins, 1990: 559).

Além disto, avança, a materialização destas experiências de opressão e privilégio acontece de múltiplas formas:

In addition to being structured along axes such as race, gender, and social class, the matrix of domination is structured on several levels. People experience and resist oppression, on three levels: the level of personal biography; the group or community level of the cultural context created by race, class, and gender; and the systemic level of social institutions (Collins, 1990: 557).

Encontramos, assim, um arcabouço teórico que explica realidade expressa nos dados estatísticos que apresentamos antes. A formação da sociedade brasileira a partir das relações descritas por Carneiro (2003) resultarão em estruturas de desigualdades que se materializam na viva vivida, analisadas por Collins (1990), que realçamos por chamar atenção inclusive para o nível da biografia pessoal, Crenshaw (2002) e Saffioti (2009). Nos dados, por sua vez, vemos explicitamente como as diferenças de género, categorias étnico-raciais e classe se entrelaçam no acesso ao trabalho e nas diferenças salariais, nos lares monoparentais e na divisão dos afazeres domésticos.

Isto mostra, no caso específico das mulheres brasileiras, as desigualdades em relação aos homens, as desigualdades entre mulheres brancas e negras, entre mulheres de diferentes classes sociais e de diferentes regiões do país. Se estes elementos criam experiências de vida desiguais, isto se dá inclusive quando as mulheres decidem por um aborto clandestino.

Esta conclusão também faz parte da PNA 2016: a investigação afirma que “o aborto pode estar associado a um evento reprodutivo individual, mas a prática de aborto está enraizada na vida reprodutiva das mulheres e responde à forma como a sociedade brasileira se organiza para a reprodução biológica e social” (Diniz, Medeiros e Madeiro, 2017: 656). Isto significa que, embora tome lugar em todos os grupos sociais, não acontece da mesma forma nem com a mesma intensidade ou com as mesmas consequências para todas as mulheres. Os investigadores constataram que o aborto é mais recorrente entre mulheres de baixa escolaridade; com renda familiar de até um salário mínimo; pretas, pardas, indígenas e amarelas; e que vivem nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil (Diniz, Medeiros e Madeiro, 2017: 658).

As mortes por complicações após abortos clandestinos seguem o mesmo padrão. De acordo com uma investigação do Ministério da Saúde do Brasil citada numa reportagem do jornal Folha de S. Paulo, o aborto clandestino oferece mais riscos para mulheres pretas, pardas, pobres e que estudaram pouco: a taxa de óbitos causados por aborto em mulheres negras é de 5 para 100.000 nascidos vivos, enquanto para mulheres brancas é de 3; para as mulheres que completaram até o ensino primário, o índice é de 8,5, enquanto a média geral é de 4,5 (Collucci e Barbon, 2018).

Podemos avançar, portanto, que o aborto clandestino pode ser analisado como um processo representativo da estrutura de exploração-dominação patriarcal descrita por Saffioti (2009), que coloca o controle em todas as áreas da convivência social como valor cultural central desse sistema; e como uma experiência pessoal, de grupo e sistêmica que será definida a partir da localização na matriz de dominação e as consequentes relações de privilégios e exclusões observadas por Collins (1990).

O conceito de interseccionalidade de Crenshaw (2002), por sua vez, nos chama atenção para as “diferenças que fazem a diferença”. O aborto clandestino, dentro da experiência partilhada do patriarcado, é atravessado pelas variáveis de classe e pela localização étnico-racial. Se, por um lado, o desejo de interromper uma gravidez indesejada é comum à todas as mulheres que decidem por fazê-lo, a forma e a segurança com que será realizado e a hipótese de sobreviver a ele são distintas a partir dos marcadores sociais específicos que vão construir a existência de cada mulher. Isto acontece até mesmo na composição do segredo e do silêncio sobre a interrupção da gravidez: a proibição de falar sobre ter feito um aborto é de oito anos, o tempo necessário para que o ato não seja mais considerado crime, superando até mesmo o tempo da pena de prisão. Entretanto, a vergonha, a culpa, a tolerância social e a condenação moral de amigos e familiares por ter feito algo considerado errado ou ilegal também não são uniformes.

1.3. O FIM DO SILENCIO

Histórias de aborto costumam morrer com suas protagonistas. Conhecidas apenas por elas ou partilhadas em ciclos muito íntimos, usualmente na tentativa de ajudar ou ser ajudada, são memórias silenciadas, mas nunca esquecidas. Na intenção de modificar este paradigma, surge a Campanha #EuVouContar, o objeto de estudo deste trabalho. O projeto foi desenvolvido pela Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos com apoio da ONG feminista Think Olga com a proposta de divulgar histórias de mulheres que fizeram abortos clandestinos no Brasil. Cada peça traz o relato de uma mulher que já fez aborto há mais de oito anos. As histórias começaram a ser publicadas em setembro de 2017 e o ciclo de 52 narrativas foi encerrado em julho de 2019.

Inicialmente, a proposta da organização era de publicar uma história por semana durante um ano. Todavia, diversos aspectos conjunturais não permitiram que o plano fosse levado a cabo desta forma. Dentre eles, pode-se destacar a necessidade de a principal voz pública da Campanha, a antropóloga Débora Diniz, ter precisado deixar o país devido a ameaças de morte (Pires, 2018).

As peças publicadas seguem um formato padrão: cada publicação traz o relato da vez no formato de texto, acompanhado por um vídeo com ilustrações onde o mesmo texto é lido, mantendo a narração feita sempre em primeira pessoa, pela organizadora da campanha. As mulheres que protagonizaram as histórias continuam a ter suas identidades desconhecidas, resguardadas pelo anonimato e pela ausência de imagem e voz. Todos os vídeos estão reunidos no canal de Youtube da Anis, chamado Vozes da Igualdade; as publicações completas de texto e vídeo encontram-se na página oficial da campanha, que pode ser acedida através da url eu-vou-contar.tumblr.com, onde estão também as ligações para as versões traduzidas em inglês e espanhol das narrativas. Além disto, a cada nova peça, as páginas de redes sociais da Anis, nomeadamente o Facebook e o Instagram, partilham uma versão reduzida do vídeo e do texto.

A Campanha #EuVouContar é definida no vídeo de apresentação⁹ como “uma campanha de mulheres para o mundo”, baseada na premissa de contar as histórias “para dizer que a Lei está errada” e mostrar como a criminalização deixa as mulheres desamparadas e a correr riscos excessivos na clandestinidade, durante uma experiência que já é, por si, difícil. O ato de contar, nesse caso, é definido pela própria organização como “uma forma política de estar no mundo”, mas também como uma forma de cuidado individual e coletivo. No mesmo sentido, a descrição permanente do sítio oficial avança:

Ouvir e contar histórias é uma forma de cuidar de mulheres. Não pense se você é contra ou a favor do aborto, pare e se permita conhecer essas histórias reais. Você é capaz de ouvir? Ao terminar de ler, se quiser contar sua história ocorrida há mais de 8 anos e contribuir para romper o medo e o estigma, oferecer solidariedade e cuidado a outras mulheres, clique aqui (Eu Vou Contar, 2017).

Realçamos, ao final, o convite para que as mulheres que acederem à página tomem parte do processo através de uma ligação onde podem entrar em contato com a organização para contar suas histórias. Assim, se às mulheres que fazem aborto, no contexto descrito acima, resta o silêncio e o segredo decorrentes da vergonha, da condenação moral e da criminalização, o projeto aposta justamente na perspectiva política da ruptura dessa pena de silêncio.

Contar histórias, podemos afirmar, é emitir um discurso. Na percepção do discurso como prática social (Chouliaraki e Fairclough, 1999: 26), também as narrativas sobre a experiência do aborto, o ato de contar as histórias, ou seja, de emitir um discurso sobre isso, torna-se parte constituinte da prática em si. Para os autores, todas as práticas sociais são reflexivas e os elementos simbólicos delas, como o discurso, são tão reais quanto os elementos físicos, pois

⁹ “Conheça a campanha #EuVouContar, da Anis – Instituto Bioética” – <https://youtu.be/XbyiwhHkLk>

têm efeitos sobre e internamente às práticas. Assim, “discursive constructions of practices are themselves parts of practices” (Chouliaraki e Fairclough, 1999: 26).

O discurso das mulheres é uma ação por ser uma construção discursiva sobre a prática do aborto, mas é também uma ação noutro sentido, de ruptura do silêncio, de colocar as experiências das mulheres como algo que existe no mundo. Neste sentido, podemos nos aproximar da avaliação de Foucault (1993:45) de que “o discurso de luta não se opõe ao inconsciente: ele se opõe ao segredo”. Para o autor, as lutas são desenvolvidas em torno de focos particulares de poder e “designar os focos, denunciá-los, falar deles publicamente é uma luta” pois “forçar a rede de informação institucional, nomear, dizer quem fez, o que fez, designar o alvo é uma primeira inversão de poder” (Foucault, 1993: 45).

Assim, podemos afirmar que as narrativas são discursos de luta por lançarem luz sobre algo que por regra é segredo, invertendo uma relação de poder que lança as mulheres na clandestinidade. Agora, a Campanha intenciona que elas estejam no centro da enunciação, a dizer publicamente dos acontecimentos que viveram e das violências que sofreram. De forma complementar a esta ideia, podemos avançar uma reflexão sobre não dizer e o dizer: são ações individuais, pois se trata história pessoal de cada uma, relatada por vontade própria – há uma pessoa a viver algo que decidiu segundo circunstâncias pessoais; no entanto, são também coletivos, uma vez que não só as circunstâncias pessoais são resultado de uma interação de elementos sociais, como as histórias representam muitas que não foram contadas, mas aparecem em dados estatísticos anônimos. Assim, com o fim do silêncio, todas as mulheres ganham.

Este contar, no entanto, não está a acontecer de forma aleatória. O “falar publicamente” a que Foucault (1993) se refere é componente estrutural da constituição da campanha, organizada, convocada e partilhada através das redes sociais online. Isto a faz estar inserida num contexto caracterizado pela centralidade da comunicação para a sociedade como um todo e, nomeadamente, as lutas sociais no século XXI.

Na obra *A Mídia e a Modernidade*, o sociólogo americano J. B. Thompson realça como os meios de comunicação modificaram a própria forma de estar e perceber o mundo a partir da criação daquilo que chama de “mundanidade mediada”: “nossa compreensão do mundo fora do alcance da nossa experiência pessoal, e de nosso lugar dentro dele, está sendo modelada cada vez mais pela mediação de formas simbólicas” (Thompson, 2009: 38).

O autor dialoga com as ideias sobre esfera pública elaboradas por Habermas e avança que Com o desenvolvimento de novos meios de comunicação – começando com a imprensa, mas incluindo também as mais recentes formas de comunicação eletrônica – o fenômeno da publicidade se separou da ideia de conversação dialética em espaços compartilhados, e ligou-

se de forma cada vez mais crescente ao tipo de visibilidade produzida e alcançada pela mídia (Thompson, 2009:119).

Entretanto, os meios de comunicação, sobretudo os massivos, como a televisão e o rádio, dispõem de espaço limitado em sua grade de programação. Nem todos os que gostariam de usufruir da possibilidade de falar para muitos o conseguem.

Por isto, já no final do século XX, Thompson (2009) avaliava que a luta por ser visto através dos media tinha grande relevância sociopolítica:

Desde o advento da imprensa e especialmente da mídia eletrônica, lutas por reconhecimento se tornaram cada vez mais lutas pela visibilidade dentro de espaços não localizados de publicidade mediada. A luta por se fazer ouvir e ver (e impedir que outros o façam) não é um aspecto periférico das turbulências sociopolíticas do mundo moderno; ao contrário, está no centro dele (Thompson, 2009:215).

Mais tarde, o autor reitera sua análise e não só confirma a luta por visibilidade como central para os dias atuais como ao afirma que “a inabilidade em conquistar a visibilidade através da mídia pode condenar uma pessoa à obscuridade – e, no pior dos casos, podem levar a um tipo de morte por desaparecimento” (Thompson, 2008:37).

A disputa por visibilidade através dos media, ou visibilidade mediada, é, portanto, “a luta para fazer com que os outros vejam e ouçam, tornou-se uma parte inseparável dos conflitos sociais e políticos de nosso tempo” (Thompson, 2008:37), uma vez que “conquistar visibilidade pela mídia é conseguir um tipo de presença ou de reconhecimento no âmbito público” (Thompson, 2008:37).

Trazer essa questão para as primeiras duas décadas do século XXI é também atravessá-la pela popularização da internet e o estabelecimento desta tecnologia e suas plataformas, especialmente as redes sociais online, como fontes de divulgação de conteúdos e busca de informação para as pessoas. Ainda que Pasquale (2017:17) considere que já a partir de 2010 tornou-se difícil ser otimista em relação ao papel da rede em “organizar uma esfera pública nova e criticamente relevante”, o próprio autor afirma que esta tecnologia também foi uma ferramenta importante para o crescimento e o empoderamento de vozes historicamente silenciadas.

Para a sociedade civil organizada¹⁰, a internet foi o espaço onde diversos sujeitos sociais encontraram a possibilidade de criar canais informativos e comunicativos independente dos

¹⁰ Neste texto, “sociedade civil” não se refere à definição de Gramsci do conceito, mas a um termo genericamente utilizado no Brasil para fazer referência a diversos coletivos civis organizados em múltiplos formatos: movimentos sociais, ONGs, coletivos independentes, partidos políticos etc.

meios de comunicação de massa (Pereira, 2011:7). Este é o caso, inclusive, das instituições que coordenam a Campanha #EuVouContar. Não por acaso, este é um projeto construído através e para as redes sociais online: o título da campanha é uma *hashtag*, um mecanismo de etiqueta comum a todas as plataformas para reunir publicações; as histórias em texto e vídeo estão reunidas numa página de Tumblr, uma rede de blogs, e são partilhadas no Facebook e no Instagram; no mesmo sítio, encontra-se uma ligação a ser acedida por quem também tiver o desejo de partilhar uma história e fazer parte do projeto; os vídeos, além disto, estão hospedados no canal de Youtube da Anis; e as narrativas das mulheres, segundo relata a primeira publicação, chegaram à organização em textos e áudios através da aplicação Whatsapp.

Podemos ainda avançar que o projeto cria uma “quase-interação tecnicamente mediada” (Thompson, 2009). Encontramos uma produção de formas simbólicas para um número indefinido de receptores potenciais e, além disto,

É uma situação estruturada na qual alguns indivíduos se ocupam principalmente na produção de formas simbólicas para outros que não estão fisicamente presentes, enquanto estes se ocupam em receber formas simbólicas produzidas por outros a quem eles não podem responder, mas com quem podem criar laços de amizade, afeto e lealdade (Thompson, 2009: 80).

Entretanto, a partir do exemplo da própria Campanha, das ligações que oferece e do método pelo qual recolhe os relatos, é preciso realçar que as possibilidades de interação entre produtor e público se modificaram no contexto das redes sociais. Como exemplo, apontamos que cada plataforma onde as peças estão publicadas dispõe de uma caixa de comentários, o que todavia não significa que todas as pessoas que acedam a esses conteúdos o façam. Ainda assim, está mantida a “estrutura interativa fragmentada”, caracterizada pelo autor como uma estrutura onde “as formas simbólicas são produzidas num contexto (que chamarei de “estrutura interativa de produção”) e recebidas numa multiplicidade de outros contextos (as “estruturas interativas de recepção”)” (Thompson, 2009: 83).

O que se busca, portanto, é uma visibilidade mediada, nomeadamente no espaço da internet através das redes sociais online. Neste começo de século, estas parecem ter-se constituído num espaço de divulgação prioritário para conteúdos que intencionam influenciar pessoas, dada inclusive sua capacidade de influenciar a agenda mediática. São, assim, uma arena das disputas por visibilidade, num contexto em que “os movimentos sociais contemporâneos promovem uma luta pela possibilidade de construção e definição dos significados através de discursos públicos” (Pereira, 2011: 3, 7).

Na “definição de significados através de discursos públicos”, encontramos a ideia de “regime de verdade” proposta por Foucault (1993:10) em *Microfísica do Poder*. O filósofo francês avança que “a verdade não existe fora do poder ou sem poder”, por isso, as estruturas de poder de cada sociedade produzem a sua versão de verdade, ou seja, escolhe discursos específicos para serem considerados verdadeiros. A verdade, na tese do autor, é “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados”. Quando enumera as características do que chama de “economia política da verdade”, ele a destaca como “produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos” e “objeto de debate político e de confronto social” (Foucault, 1993: 10-11).

Neste sentido, possível afirmar que uma verdade produzida é a ideia que o aborto é errado e por isso criminalizado. Na realidade concreta, a criminalização não impede ou sequer diminui a quantidade de abortos praticados, enquanto diversas investigações sobre o processo de desriminalização em países como Uruguai, Portugal e Espanha têm concluído que a legalização traz bons resultados no sentido de diminuir as mortes, estabilizar e até mesmo diminuir o número de mulheres que fazem aborto (Boueri, 2018). Assim, podemos avançar, que a proibição está relacionada à manutenção de uma normativa social, de um regime de verdade, no qual o controle sobre os corpos e vidas das mulheres e impedi-las de decidir se querem ou não levar adiante uma gravidez indesejada faz parte dos mecanismos de sustentação.

Para garantir a conservação desta normativa como verdadeira, o dizer não pode ser livre: nem qualquer pessoa pode falar, nem sobre qualquer assunto. N'A Ordem do Discurso, Foucault (1999: 9) avança que as interdições sobre um discurso revelam a ligação deste com o poder. Esta estrutura se sustenta a partir da existência, na sociedade, de procedimentos de interdição do discurso, nomeadamente de três tipos que se retroalimentam: tabu do objeto, ritual da circunstância e direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala (Foucault, 1999: 9).

De forma mais específica, o filósofo explica que o controle sobre os discursos é exercido a partir de determinações sobre seu funcionamento, de forma a condicionar que aqueles que se propõem pronuncia-lo – a entrar na ordem do discurso – tenham de submeter-se a uma quantidade de regras para poder fazê-lo, como qualificações pré-determinadas por rituais também pré-determinados: “Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos” (Foucault, 1999: 39).

Num diálogo entre as duas obras, é possível refletir que as estruturas criadas pelos aparelhos políticos e econômicos para criação de verdades funcionam também como estruturas de interdição com objetivo de controlar os discursos. Os enunciados verdadeiros, portanto, são os discursos que não foram interditados. Outros, por sua vez, ou ficam de fora do que é verdade ou são simplesmente silenciados e condenados ao segredo. Por isto, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aqui por que, pelo que se luta” (Foucault, 1999: 10).

No que diz respeito ao caso analisado, encontramos os três tipos de interdições a atuar sobre o discurso verdadeiro em relação ao qual o discurso da Campanha “#EuVouContar” tenta inverter a relação de poder. O aborto torna-se um segredo na vida das mulheres porque os discursos delas sobre o tema foram interditados em diversos níveis legais, sociais e morais, assim como elas próprias, como grupo social, estão desautorizadas a dizê-lo. A luta encampada por este discurso, então, acontece nos dois sentidos: contra a ocultação e contra as estruturas que mantém o segredo silenciado.

E uma vez que o discurso de verdade sobre aborto é “pelo que se luta”, a visibilidade mediada é a forma através da qual esta luta existe no mundo, com a intenção expressa de revelá-la e transformá-la. Isto se dá principalmente através de uma inversão de poder pela nomeação dos processos que vão ser determinantes para que uma mulher aceda a um aborto clandestino, assim como das violências sofridas por contrapor-se aos discursos socialmente estabelecidos. Nesta tentativa de romper e/ou mudar as interdições sobre este discurso em específico, apresenta-se uma proposta de um novo discurso verdadeiro: a de que mulheres que não desejam ser mães tenham direito de interromper a gravidez de forma segura e legal.

A proposta desta investigação, por fim, é perceber como se dá a tentativa de disputar este regime de verdade através de um discurso de luta formado por histórias de vida às quais se dá visibilidade mediada, na tentativa de estabelecer uma estratégia que convença o público interlocutor da ideia que se propõe. Para isto, tomamos como objeto de análise as versões em texto dos relatos; excluímos os vídeos porque os consideramos como produtos subsequentes, quase que acessórios, criados numa linguagem audiovisual que mais ilustra do que acrescenta novos elementos. Desta forma, com horizonte teórico nos debates apresentados neste capítulo, tentamos responder à nossa pergunta de partida: Como as histórias de vida são usadas para construir a estratégia discursiva da Campanha #EuVouContar?

CAPÍTULO II: PROPOSTA DE CONJUNÇÃO ENTRE ANÁLISE DO DISCURSO E HISTÓRIAS DE VIDA

2. 1. A OPÇÃO POR MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO QUALITATIVOS

Uma vez apresentados o contexto e o objeto de investigação deste trabalho, faz-se necessário avançar sobre a metodologia a ser usada para materializar nossas intenções. A opção por fazê-lo através de métodos qualitativos está relacionada ao género da questão de investigação, às características do material de análise e às próprias intenções do estudo, que se voltam para os fenómenos sociais não pela recorrência, mas pela diversidade e complexidade dos mesmos.

O primeiro ponto a ser destacado, antes de iniciar o debate sobre os métodos propriamente ditos, é o caráter de profundidade que tentamos alcançar. A opção por analisar as histórias de vida, a integração entre elas num discurso e a estratégia discursiva da campanha #EuVouContar, traz implícita a ideia de que não procuramos respostas relacionadas à repetição do fenómeno e nem este fator é de maior relevância nesta investigação. Este género de levantamento estatístico sobre aborto no Brasil pode ser encontrado nas duas edições da Pesquisa Nacional do Aborto, ambas citadas neste trabalho; as constatações relativas às desigualdades estruturantes da sociedade brasileira, por sua vez, encontram-se nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, também citados no capítulo anterior.

Assim, o que aqui se procura não é verificar a existência recorrente da prática de abortamento clandestino ou como o patriarcado, o capitalismo e o racismo são estruturantes da sociedade brasileira. Nosso caminho de investigação toma as histórias de vida e o discurso formado pelo conjunto de narrativas como objeto de análise, com o intuito de tentar encontrar possíveis relações entre o fenómeno do aborto, o contexto estrutural que revela e como os próprios relatos serão compostos a partir de uma estratégia discursiva.

Temos, portanto, uma investigação de caráter qualitativo, título definido como:

Pressuposto básico de que a investigação dos fenômenos humanos, sempre saturados de razão, liberdade e vontade, estão possuídos de características específicas: criam e atribuem significados às coisas e às pessoas nas interações sociais e estas podem ser descritas e analisadas, prescindindo de quantificações estatísticas. Chizzotti (2003: 222)

Para o autor, este género de investigação assume diversos paradigmas de análise e tradições, uma vez que vai beber do positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da teoria crítica e do construtivismo (Chizzotti, 2003: 221).

Este estudo, assim, não será indutivo nem dedutivo, uma vez que não procura estabelecer leis gerais a partir da observação de casos particulares, ou explicar casos particulares a partir de leis gerais, ou mesmo usar-se da quantidade de vezes de uma repetição para fazer uma generalização e elaborar uma hipótese que explique o fenómeno na totalidade. Ao contrário,

podemos considerá-la interpretativa, pois se concentra no caso em si e na apreciação do mesmo em profundidade a partir de um processo de descrição-interpretação (Silva e Araújo, 2017).

A perspectiva interpretativista da investigação científica implica considerar que “a realidade é socialmente construída, múltipla, holística (não pode ser fragmentada) e contextual” (Sauerbronn, Cerchiaro e Ayrosa 2011: 258). Por isto, o tratamento dado pelos investigadores a esta realidade é distinto: “ao invés de procurar leis determinísticas, os interpretativistas procuram determinar motivos, significados, razões (...) Para os interpretativistas, o mundo é tão complexo e dinâmico que é impossível distinguir causa e efeito”. Desta forma, o principal objetivo do investigador é compreender o comportamento e não elaborar uma lei que possa prevê-lo (Sauerbronn, Cerchiaro e Ayrosa (2011: 259-60).

Também é possível afirmar que as opções que fazemos trazem características de um método de investigação dialético. Os métodos de pesquisa desta vertente têm como objetivo “buscar as relações concretas e efetivas por trás dos fenômenos” (Zago, 2013: 116). Neste contexto, o fenômeno é percebido como algo que existe para

Torna[r] patente algo que não é ele mesmo, o que faz com que sua razão de ser esteja em seu contrário. A sua função primordial é indicar a essência, que se manifesta nele de modo parcial ou apenas sob certos ângulos e aspectos. (...) Assim, compreender o fenômeno é justamente atingir a essência da coisa (Zago, 2013: 116).

Realçamos ainda que os métodos aqui discutidos não apenas trazem orientações para o tratamento do material de análise, mas também se constituem num aporte teórico para melhor percebê-lo. Nomeadamente, este capítulo trabalhará com análise do discurso e a percepção da realidade a partir de histórias de vida.

2.2. ANÁLISE DO DISCURSO

Diversos autores consideram a análise do discurso não como um método de investigação, mas enquanto um campo sem metodologia pronta ou acabada (Silva e Araújo, 2017), uma “disciplina de interpretação fundada pela intersecção de epistemologias distintas” (Caregnato e Mutti, 2006: 680), e simultaneamente como teoria e método para analisar práticas sociais (Chouliaraki e Fairclough, 1999).

Assim, não existe uma única análise do discurso. Caregnato e Mutti (2006) afirmam que a linha de investigação tem pelo menos 57 variedades. Apesar das muitas possibilidades, é possível afirmar que os estudos relacionados a este campo “possuem sempre um caráter qualitativo-interpretativista, que estuda o objeto de investigação em seu contexto natural na tentativa de dar sentido aos fenômenos levando em conta os significados que as pessoas lhe

atribuem” (Silva e Araújo, 2017: 20). Neste sentido, avançam os autores, o objetivo da investigação que faz uso de uma metodologia desenvolvida nessa linha não é de averiguar dados estatísticos, mas de realizar o que citam Orlandi (2009) para chamar de “exaustividade vertical” e estudar o objeto em profundidade.

Caregnato e Mutti (2006: 680) afirmam que “a AD trabalha com o sentido e não com o conteúdo do texto, um sentido que não é traduzido, mas produzido”. As autoras citam Pêcheux para explicar que o discurso está sempre relacionado ao contexto social e histórico onde é produzido e, portanto “é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção” (Pêcheux, 1993, *apud* Caregnato e Mutti, 2006: 681). Além disto, sublinham o caráter multidisciplinar da análise do discurso, formada por contribuições que vêm sobretudo da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise.

O que é relevante, portanto, não é apenas o que está explicitamente a ser dito, mas também o que não está, como os vazios e silêncios, o contexto e o sujeito, como estes elementos se relacionam entre si e produzem sentido. A análise do discurso, desta forma, vai justamente buscar os significados latentes que definem a pesquisa qualitativa, uma vez que não tem como intenção quantificar os objetos, mas explorá-los.

No que diz respeito à aplicação na investigação, um elemento realçado pelo conjunto de autores que aqui trazemos é que a análise do discurso não é um método fechado, com funcionamento determinado e uma sequência de etapas a ser seguida para alcançar um resultado. Ao contrário, a metodologia é construída ao mesmo tempo que a investigação. Sobre isto, Carvalho (2015: 178) considera que “o pluralismo metodológico pode ser visto como um ponto forte em vez de uma fraqueza”. Para perceber como se dá esta construção, é necessário avançar sobre o que esse gênero de análise ambiciona alcançar.

No capítulo anterior, assumimos a perspectiva de Chouliaraki e Fairclough (1999) do discurso como prática social e avançamos sobre as reflexões de Foucault (1993, 1999) sobre discurso enquanto parte das estruturas de poder, constituição do regime de verdade, interdições discursivas e o próprio discurso como elemento constituinte da disputa para subverter estas mesmas estruturas. Agora, em adição a estas, vamos trabalhar com o discurso enquanto objeto de análise definido um método.

As definições que já apresentamos não são contraditórias à elaboração de Silva e Araújo (2017). Os autores propõem um diálogo entre Pêcheux, para quem o discurso é “uma materialização ideológica, onde o sujeito é um depósito de ideologia, sem vontade própria, e a

língua é um processo que perpassa as diversas esferas da sociedade” (Pêcheux, 1990, *apud* Silva e Araújo, 2017: 19), e Orlandi, que define que “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem” (Orlandi, 1999, *apud* Silva e Araújo, 2017: 19).

O discurso, ou a formação discursiva, sendo uma prática, um movimento da palavra que independentemente da forma pela qual se apresenta – falada, escrita, mediada por um suporte tecnológico – existe necessariamente a partir de um ser humano que o emite para outro ou outros, numa determinada conjuntura, por um determinado motivo e com uma determinada intenção. Brandão (2012) chama isto de plano enunciativo do discurso, definido pelo que “toda enunciação que envolve um locutor com intenção de influenciar, de algum modo, o outro, seu interlocutor” (Brandão, 2012: 29).

Assim, não é possível descolar um texto de seu autor, o sujeito do discurso. Sobre o último, Brandão (2012) afirma que é um sujeito marcado pela historicidade e “esse sujeito essencialmente marcado pela historicidade não é o sujeito abstrato da gramática, mas um sujeito situado no contexto socio-histórico de uma comunidade, num tempo e espaço concretos. É um sujeito interpelado pela ideologia, sua fala reflete os valores, as crenças de um grupo social” (Brandão, 2012: 26).

Precisamos dar ênfase ao facto que esse sujeito marcado pela historicidade teve contato com outros discursos. Por isto, podemos lançar mão da avaliação de Carvalho (2015: 179) de que “a natureza histórica do discurso é uma das suas características mais fundamentais. Qualquer texto é sempre construído sobre os anteriores, reproduzindo ou questionando discursos anteriores”. Esta relação entre um discurso e os que o antecederam, afirma a autora, tem sido conceituada por diversos autores como “intertextualidade” (Carvalho, 2015: 179).

Analizar um discurso, portanto, será ter em vista quem o diz e que elementos contextuais o atravessam, quais discursos anteriores reafirma e quais nega; “tem como objetivo olhar além dos textos e ter em conta os contextos institucionais e socioculturais em que circulam” (Carvalho, 2015: 176); “articular sua enunciação com um determinado lugar social” (Maingueneau, 1996:13); “interrogar os sentidos estabelecidos” (Caregnato e Mutti, 2006: 680).

Isto significa que:

A análise do discurso relaciona os enunciados com os seus contextos. Nesse sentido, a análise chega mesmo a ser, muitas vezes, definida através desta característica. Mas ela não estuda de maneira imanente os enunciados para, em seguida, os relacionar com diversos parâmetros

‘exteriores’, situacionais: a análise esforça-se, pelo contrário, por considerar o discurso como uma actividade inseparável desse ‘contexto’” (Maingueneau, 1996:26).

O objetivo do método, portanto, é perceber não o conteúdo de um discurso, mas o sentido, a partir da investigação sobre um corpus discursivo que é formado pela equação ideologia + história + linguagem (Caregnato e Mutti, 2006: 680).

A equação indicada pelas autoras, embora não seja explícita nas demais definições, é uma síntese dos elementos que a análise do discurso tem em vista durante seu procedimento. Fiorin, por sua vez, orienta que a investigação “deve caminhar do nível mais concreto ao mais abstrato, já a produção do discurso percorre o caminho inverso” (Fiorin, 2000, *apud* Capelle, Melo e Gonçalves 2003: 11). Isto nada mais é do que sair do que está explicitamente dito para perceber por quem é dito, porque é dito da forma como é, em que contexto, com que objetivos. Trata-se justamente procurar alcançar os elementos históricos e de sentido que se materializam no uso prático da linguagem numa determinada prática social que acontece num determinado contexto.

A análise do discurso crítica defendida por Chouliaraki e Fairclough (1999) propõe:

A theoretical practice which is simultaneously oriented to the analysis of communicative events (a hermeneutic task of interpretation) and the analysis of their structural conditions of possibility and structural effects. Any discursive events demands the cojoint operationalization of these two perspectives. (Chouliaraki e Fairclough, 1999: 30)

Os autores avançam que a ideologia já é uma construção discursiva (Chouliaraki e Fairclough 1999) e deve ser considerada como tal no processo de análise do discurso: “ideologies are discursive constructions, so the question of ideology is part of the question of how discourse reacts to other moments of social practices” (Chouliaraki e Fairclough, 1999: 26).

Na sequência, os autores avançam na definição de ideologia: “ideologies are constructions of practices from particular perspectives (and in that sense ‘one-sided’) which iron-out the contradictions, dilemmas and antagonisms of practices in ways which accord with the interests and projects of domination” (Chouliaraki e Fairclough, 1999: 26). Além disto, definem que “ideologies are domination-related constructions of a practice which are determined by specifically discursive relations between that practice and other practices (Chouliaraki e Fairclough, 1999: 27).

Daí, é possível construir um diálogo com a ideia de intertextualidade referida por Carvalho (2015). Se a intertextualidade é a forma como um texto é atravessado por outros textos anteriores a eles, seja a partir da afirmação, da negação ou do questionamento, a ideologia, enquanto construção discursiva, é um dos intertextos de qualquer discurso, pois é também parte do contexto no qual estes serão criados. No mesmo sentido, podemos trazer a ideia de “regime

de verdade” (Foucault, 1999) que apresentamos antes: o discurso em análise está sempre a se relacionar com o que se localiza “no verdadeiro”, em concordância ou não, a partir da autorização ou das interdições.

No que diz respeito à aplicação do método, existe algum consenso entre os autores que trabalhamos sobre a necessidade de considerar (i) o discurso e as formações discursivas, (ii) o sujeito do discurso, (iii) o plano enunciativo do discurso e (iv) o contexto socio-histórico, as condições estruturais de produção do discurso e a ‘intertextualidade’. No entanto, cada um desses elementos pode vir a ter pesos diferentes na análise e ser tratado de formas diferentes a partir dos objetivos pretendidos e do próprio investigador, uma vez que “o analista é um intérprete, que faz uma leitura também discursiva influenciada pelo seu afeto, sua posição, suas crenças, suas experiências e vivências” (Caregnato e Mutti, 2006: 682).

A multiplicidade de elementos que a ser considerada durante a investigação sobre o sentido de um discurso não pode gerar outra coisa que não uma pluralidade de resultados possíveis, que nada mais são que interpretações e explicações acerca do discurso estudado. Caregnato e Mutti (2006: 681), por exemplo, avaliam que interpretar um discurso é um ato no nível simbólico e que “a AD mostra como o discurso funciona não tendo a pretensão de dizer o que é certo, porque isso não está em julgamento”; além disso, as autoras realçam que “a interpretação sempre é passível de equívoco” (Caregnato e Mutti, 2006: 682).

Perspectiva semelhante sobre o resultado da análise do discurso têm Chouliaraki e Fairclough (1999). Os autores adiantam que o método “does not itself advocate a particular understanding of a text, though it may advocate a particular explanation. An explanation re-describes properties of a text (including the range of understandings it gives rise to) by using a particular theoretical framework to locate the text in social practice” (Chouliaraki e Fairclough, 1999: 67).

Assim, ambas reconhecem o facto de que qualquer resultado será apenas um resultado possível. A diferença desta visão em relação à anterior é a ênfase dos investigadores na necessidade de definir um quadro teórico que oriente a análise do discurso. Isto acontece porque as duplas apontam diferenças no que será tido em consideração durante o processo de análise: para as primeiras, “a interpretação deve ser feita sempre entre o interdiscurso e o intradiscurso”, sendo o primeiro “os saberes constituídos na memória do dizer; sentidos do que é dizível e circula na sociedade; saberes pré-construídos constituídos pela construção coletiva” e o segundo “a materialidade (fala)” (Caregnato e Mutti, 2006: 681-2). Os segundos, por sua vez, avançam que uma componente estruturante que faz o método ser análise do discurso é que o

texto seja interpretado a partir de um quadro teórico que faça as categorias invisíveis do discurso tornarem-se visíveis (Chouliaraki e Fairclough, 1999).

Nesta investigação, avaliamos que não se tratam de posições contraditórias. Encontramos nas definições de “interdiscurso” e “intradiscurso” os mesmos elementos de análise que apontamos antes: sujeito, plano enunciativo, contexto, condições de produção, intertextualidade e o próprio discurso respectivamente. O quadro teórico, por sua vez, está a ser apresentado ao longo de todo o trabalho e nos capítulos de análise subsequentes a este.

Ademais, todos os autores aos quais nos referenciamos reconhecem o papel determinante da ideologia e do contexto histórico na formação do discurso, ainda que Chouliaraki e Fairclough (1999) definam sua análise do discurso como crítica, orientada por esta descendência teórica. No entanto, é preciso indicar a heterogeneidade entre os autores, pois a diferença na forma de fazer, numa linha de investigação que não tem metodologia pré-determinada, é definidora do resultado alcançado, ainda que todos sejam considerados válidos.

Realçamos, todavia, que reconhecer a diversidade de resultados possíveis não implica numa falta de rigor metodológico. Antes, isto caminha sobre a compreensão de que as formas de explicar o funcionamento da sociedade são múltiplas, decorrentes de diversas linhas de pensamento, e os resultados não são necessariamente auto excludentes, mas muitas vezes complementares ao considerar aspectos diferentes. Além disto, devido a complexidade característica das práticas sociais, não é possível a investigação abrangê-la por completo em sua análise, optando sempre por um viés enquanto desconsidera outros elementos.

Finalmente, a importância de realizar um estudo com estas características é justificada pelo facto de que:

It is an important characteristic of the economic, social and cultural changes of the late modernity that they exist as discourses as well as process that are taking place outside discourse, and that the process that are taking place outside discourse are substantively shaped by these discourses” (Chouliaraki e Fairclough, 1999: 4).

Desta forma, perceber o mundo e os processos sociais é também investigar os discursos que os constituem e representam.

O discurso, então, é percebido aqui como prática social e parte constituinte das práticas sociais; assim, temos em vista a existência de relações mútuas de influência entre o discurso e as demais práticas (Chouliaraki e Fairclough, 1999). Disto, podemos concluir que analisar um discurso é também analisar as práticas com que ele se relaciona antes e/ou depois da enunciação, assim as relações de poder que o constroem e envolvem, autorizam ou interditam, fazendo-o parte integrante e/ou objeto de disputa do “verdadeiro” (Foucault, 1999).

Alcançar os sentidos latentes, o porquê e o como de um discurso expressar-se de determinada forma, avançar numa investigação sobre a construção socio-histórica e o aspecto ideológico de um discurso é também tentar perceber o fenómeno a que este discurso se refere e o qual tenta afirmar ou negar. Explicar o discurso, portanto, é oferecer uma explicação para o próprio funcionamento da sociedade. Neste sentido, a multidisciplinaridade constituinte dessa linha de investigação torna-se uma mais valia para abranger de forma mais completa o objeto que está a ser estudo.

2.3. HISTÓRIAS DE VIDA MEDIATIZADAS

Os discursos e a estratégia discursiva que estão a ser analisados nesta investigação têm um formato específico: são narrativas de mulheres que fizeram abortos clandestinos, publicadas como peças integrantes de uma campanha mediática online que tem como intenção disputar a verdade e o discurso sobre o tema, afirmando que a legislação em vigor não corresponde às demandas da sociedade onde se aplicam. Por isto, além da análise do discurso propriamente dita, este capítulo também vai discorrer sobre como as histórias de vida constituem-se em fontes de informação sobre a realidade.

A princípio, há de se estabelecer o género de histórias que constituem as peças a serem analisadas. O sociólogo francês Daniel Bertaux (1980) recorre às ideias de Norman K. Denzin para fazer a distinção entre história de vida (*life history*) e relato de vida (*life story, récit de vie*). O segundo é definido pelo autor como a história contada pela pessoa que a viveu e o primeiro, uma investigação biográfica que relaciona não só a narrativa pessoal, mas também outros documentos.

Na mesma lógica está a definição que Kofes (1994) atribui para o termo “estórias de vida”, como “relatos motivados pelo pesquisador e implicando sua presença como ouvinte e interlocutor”, “um material restrito à situação de entrevista (...) sem a complementação de outras fontes” e “parcela da vida do sujeito que diz respeito ao tema da pesquisa, sem esgotar as várias facetas de uma biografia” (Kofes, 1994: 118).

Daí, podemos avançar que as histórias a serem analisadas neste trabalho são relatos de vida ou estórias de vida, pois referem-se apenas ao momento da vida das mulheres em que o aborto foi praticado e restringe-se à narrativa pessoal de cada uma delas, não recorre a outros documentos e nem mesmo a todos os outros factos e percepções que atravessam aquela existência ou sequer à situação atual em que as mulheres se encontram. Trata-se, assim, não da história de vida, mas de uma estória da vida de cada uma das mulheres. Portanto, a partir de

agora assumimos a nomenclatura de “estórias”, “relatos” e “narrativas” para referenciar as histórias que formam a Campanha #EuVouContar.

Ainda em diálogo com a definição de Kofes (1994), observamos a necessidade de apontar algumas características específicas do nosso material em análise: os relatos foram motivados por uma investigadora, mas não para uma investigação científica e sim para uma campanha a ser publicada numa media online, nomeadamente a Campanha #EuVouContar. É de extrema relevância realçarmos que foi através da publicação enquanto peças da Campanha que acedemos às estórias para realizar este trabalho. Não são, portanto, relatos integrais colhidos diretamente com as mulheres e nem mesmo temos a hipótese de conhecer a identidade das mulheres que os partilharam. Assim, consideramos a possibilidade dos textos que acedemos serem versão provavelmente filtrada e editada para adequar-se aos objetivos da instituição realizadora e ao media no qual estão publicadas.

Outro ponto a ser considerado é que não temos como construir afirmações sobre a presença do entrevistador como ouvinte numa situação de entrevista, exceto a partir daquilo que a própria Campanha nos diz. Conforme relatado no capítulo anterior deste trabalho, com referência à apresentação do projeto, as estórias foram amealhadas principalmente através da aplicação de troca de mensagens Whatsapp, dispensando a necessidade de presença física, e foram motivadas a partir de uma ampla convocatória pública, que permanece disponível ao longo de todo o projeto. Isto se reflete no conteúdo do relato, pois, segundo Bertaux (1989: 136), “el modo en que se van a recoger los relatos de vida antecipa su utilización ulterior”.

A partir destes fundamentos, avançaremos algumas reflexões a respeito da legitimidade do material que será analisado. Primeiro, podemos afirmar que existe um pacto de confiança estabelecido entre a instituição que produz a Campanha e o público. Isto nos permite assumir a premissa de que as informações divulgadas – nomeadamente os relatos publicados – não apenas são verdadeiros, como fiéis às narrativas pessoais de cada mulher que aceitou a convocatória de partilha.

Como motivos para sustentar essa credibilidade, podemos citar o historial da organização responsável pela campanha, a Anis, que atua há 20 anos na defesa de direitos humanos, nomeadamente direitos reprodutivos e sexuais no Brasil. Além disto, a voz pública da Campanha, responsável primeiro por ouvir e depois replicar os relatos das mulheres, a antropóloga Débora Diniz, é professora doutora da Universidade de Brasília e tem um vasto historial de produção científica relacionado ao tema do aborto. Finalmente, o vídeo de apresentação do projeto, conforme descrito no primeiro capítulo deste trabalho, realça como uma mais-valia a construção da campanha a partir de histórias reais.

Dito isto, reconhecemos ainda as possibilidades de filtragem, seleção e edição antes da publicação das estórias, ainda que diversas narrativas tragam marcas discursivas que indicam ausência de alterações, como perguntas sem resposta e digressões. Podemos levantar como hipóteses a necessidade de eventualmente alcançar alguns objetivos não explícitos: adequar os relatos ao media escolhido para obter a maior audiência possível; o desejo de oferecer ao público uma diversidade de situações que resultaram na mesma decisão de interromper a gravidez, apresentando narrativas de mulheres que o fizeram em diferentes momentos da vida, de diferentes formas e em distintos contextos sócio económicos.

Detenhamo-nos, neste momento, ao primeiro ponto. A opção por publicar as peças desenvolvidas com os relatos em redes sociais online, nomeadamente Youtube, Tumblr, Facebook e Instagram, é uma opção que implica algumas consequências para as estórias pelas próprias características dessas plataformas.

As redes sociais fazem parte de um ecossistema mediático distinto dos tradicionais meios de comunicação de massa, que neste momento do século XXI é definido como a Web 2.0. Dentre as principais características deste ambiente, está o aumento do nível de interação entre os usuários, conforme nos referimos no capítulo anterior a partir da apropriação deste espaço pela sociedade civil como hipótese de construir as próprias narrativas. Assim, criar e disponibilizar conteúdos para um público, antes uma tarefa cara e difícil, com a popularização da internet e os avanços tecnológicos tornou-se possível até mesmo em dispositivos portáteis e para pessoas não especializadas (Hirst, 2011: 6).

Isto é o que permite a instituições como a Anis produzirem o material publicado na Campanha #EuVouContar. A Web 2.0, portanto, não é apenas o ambiente onde a campanha se localiza, mas também, segundo a máxima de McLuhan de que “o meio é a mensagem”, é determinante no que vêm a ser os conteúdos publicados, neste caso e específico os relatos de vida. Pombo (1994: 2), ao analisar a tese do filósofo canadense, avança que a centralidade desta ideia está na premissa que “o meio, o canal, a tecnologia em que a comunicação se estabelece, não apenas constitui a forma comunicativa, mas determina o próprio conteúdo da comunicação”. Assim, continua a autora, a escolha do meio é determinante na forma como o público vai receber e perceber o conteúdo.

Daí, a opção por realizar uma campanha em redes sociais online implica em assumir para o projeto elementos característicos deste media, os quais devem ser considerados na produção das peças. Zago e Silva (2014: 8) destacam que “as interfaces de sites de redes sociais, muitas em formato de linha do tempo, geram a sobreposição de informações e impedem que tudo que circula nestes canais seja de fato percebido e consumido”. Em decorrência disto, podemos citar

como aspectos possivelmente relevantes na tomada de decisão sobre os conteúdos publicados (i) a velocidade no consumo e na produção de informação, o que demanda o uso de mensagens diretas e de fácil apreensão; e (ii) a disputa com os outros sujeitos, em muito maior quantidade, que estão também a produzir conteúdo naquele mesmo espaço, a chamada economia da atenção.

A intenção das publicações, e obviamente também da Campanha #EuVouContar, não é que a informação colocada na rede seja simplesmente vista, mas que se alcance a atenção do público de forma que ela seja inteiramente consumida. Mais que isso, o projeto pretende que as pessoas sejam convencidas do argumento apresentado. Se, para Pereira (2011:7), uma das vantagens oferecidas pela internet são “as condições para que um processo reflexivo de recepção das mensagens aconteça, diferentemente dos mídia tradicionais”, pode-se apontar como dos principais desafios para os produtores justamente conseguir que as audiências efetuem a completa recepção dos conteúdos e cheguem de facto ao momento da reflexão.

Para que isto aconteça neste ambiente de redes sociais mediadas por algoritmos, são criadas demandas específicas para os sujeitos que tentam falar com maior quantidade de pessoas possível: a necessidade de capturar e manter a atenção do público em meio à maior quantidade de informação que já existiu no mundo, enquanto que desliza velozmente pelas telas de telemóveis, computadores e tablets.

Neste sentido, Zago e Silva (2014) apresentam a ideia de Davenport & Beck (2000) para explicar a imprescindibilidade de avaliar, como uma das questões principais para quem deseja ser percebido, a quantidade de atenção requerida pelo conteúdo para ser completamente consumido. Segundo as autoras, uma das estratégias utilizadas no ambiente online é que “conteúdos que apelam para emoção, que se relacionam a experiências e ao contexto do interagente, tendem a se destacar em meio ao emaranhado de informações a que ele está exposto” (Zago e Silva, 2014:8). Podemos, inclusive, considerar que a construção das peças analisadas neste trabalho passou por esta opção.

Além disto, observamos que os relatos seguem uma estrutura semelhante e, de forma geral, apresentam os mesmos elementos na organização dos factos: uma sequência cronológica linear, formada basicamente pela situação na qual a mulher engravidou, a descoberta e os sentimentos em relação à gravidez, como estes se encaminham para a decisão pelo aborto, a realização do aborto propriamente dito, o que aconteceu depois e eventualmente reflexões suscitadas após a experiência. O projeto não deixa explícito se os textos publicados foram, por exemplo, as respostas a perguntas posteriormente sistematizadas, ou se se tratam apenas de narrativas livres das mulheres, copiladas da linguagem oral para a escrita quando necessário.

Do ponto de vista dos objetivos declarados pela Campanha #EuVouContar, estes aspectos relacionados a uma possível edição não afetam a validade dos relatos. Pelo contrário, eliminam-se os ruídos para que a mensagem seja transmitida ao público da melhor forma possível; ao mesmo tempo, o caráter emocional do conteúdo é mantido, de forma a tentar capturar a atenção da audiência e gerar o processo de reflexão apontado por Pereira (2011). Afinal, trata-se de uma campanha que explicita o seu objetivo de fazer as pessoas pensarem que determinado aspecto da sociedade deve ser de outro jeito.

Do ponto de vista dos objetivos desta investigação, todavia, reconhecemos que a possível edição, assim como o acesso indireto às narrativas – não são os áudios das mulheres, mas réplica dos relatos feita por uma das organizadoras da campanha – pode representar uma perda de elementos objetivos e subjetivos tinhão hipótese de enriquecer a análise. Entretanto, mesmo com essas limitações, sustentamo-nos na credibilidade dos sujeitos envolvidos para considerar os textos trabalhados como versões reais e legítimas das estórias de vida. Por isto, são inquestionavelmente aptos a serem analisados tanto sob os critérios da análise do discurso, uma vez que são de facto discursos, mas também a partir de elementos apontados na bibliografia acerca do uso de relatos de vida como método de aceder à realidade.

Neste sentido, podemos avançar sobre o segundo ponto: a diversidade na oferta de relatos de vida. Sem perder de vista as ponderações feitas antes, é possível defender que existe um certo consenso entre investigadores das ciências humanas e sociais a respeito da capacidade das histórias, estórias e relatos de vida expressarem mais que as vivências dos sujeitos, mas também a sociedade na qual estão inseridos.

O sociólogo italiano Franco Ferrarotti (2007: 15) afirma que “las historias de vida tienen, finalmente, la capacidad de expresar y formular lo vivido cotidiano de las estructuras sociales, formales e informales”. Em diálogo com o autor, Mallimaci e Giménez Béliveau (2006: 9), ao discorrer sobre histórias de vida e método biográfico, adiantam que “en la historia de vida de uma persona se conoce toda una sociedad no tanto em sus datos, que pueden conocerse de múltiples maneras, sino en las estructuras profundas que constituyen su sentido”.

Bertaux (1980), por sua vez, ao criticar o interacionismo simbólico, aponta que

Los relatos de vida podrían aportar conocimientos sobre las relaciones socioestructurales (por ejemplo, sobre las relaciones de producción, sobre el derecho de costumbres, sobre la realidad sociológica de instituciones formales diversas); sobre hechos de cultura; sobre processos sociohistóricos particulares, incluso sobre datos cuantificables. (Bertaux, 1980: 2)

Kofes (1994: 140), de seu lado, observa que “as histórias de vida continuam sendo instrumentos fundamentais para a compreensão e análise de relações sociais, de processos

culturais e do jogo sempre combinado entre atores individuais e experiências sociais, entre objetividade e subjetividade”.

A partir disto, podemos então concordar com a síntese de Mallimaci e Giménez Bélivau (2006: 6-7) que as histórias de vida são um “método de acceso a la realidad social”, pois “en la vida de cada cual está toda su sociedad vivida subjetivamente, que es la única manera de ser vivida que una sociedad tiene, pues una sociedad existe en sus miembros o no existe en absoluto”.

Assim, se as mulheres que fizeram abortos clandestinos no Brasil são parte daquela sociedade, a prática do aborto clandestino de cada uma delas é a sociedade vivida de forma objetiva e subjetiva. Encontramos, aqui, uma relação direta com os diferentes níveis onde a matriz de dominação descrita por Collins (1990) se materializa: a biografia pessoal, os grupos sociais e comunidades onde a pessoa se localiza e o sistema onde está inserida como um todo. Os relatos, assim, têm a capacidade de expressar estruturas e relações sociais formais e informais, símbolos e processos sócio históricos e a forma como estes elementos se relacionam entre si na vida vivida. Aceder a essas estórias, portanto, é alcançar a realidade da questão.

Por isto, embora já existam uma série de investigações quantitativas e dados estatísticos sobre o tema, que inclusive estão relatados no primeiro capítulo deste trabalho, são as histórias de vida, pelo caráter qualitativo, que vão permitir “penetrar nas intenções e motivos, a partir dos quais ações e relações adquirem sentido” (Paulilo, 1999; 136). Assumimos, portanto, que é uma hipótese legítima tratar as estórias investigadas neste trabalho como fonte de informação que refletem e permitem a análise da realidade, ainda que reconhecendo as limitações apontadas antes. Além disto, a construção de uma estratégia discursiva a partir deste conjunto de relatos sem dúvidas é um objeto mediático possível de ser analisado.

Uma vez estabelecida a possibilidade de estudar a sociedade através das estórias de vida, é preciso dizer ainda que Bertaux (1989) aponta três funções distintas, ou três fases, para os relatos de vida no processo de investigação: a exploração, a análise e a síntese, sendo esta última o que chama de função expressiva. Realçemos as duas primeiras.

Explica o autor que, na função exploratória, as narrativas cumprem a função de oferecer a observação dos fenômenos; na fase analítica, passam a ser tratadas como dados empíricos, que serão analisados sob a luz do quadro teórico da investigação, comparados, interpretados. Aqui, destaca Bertaux (1989), existe uma divisão entre investigadores que se dedicam ao “sentido” e os que se lançam sobre o estudo das relações socioestruturais. Estes centros de interesse exigem quadros teóricos e métodos de análise distintos.

Localizamos esta investigação no segundo caso. Reconhecemos a relevância da subjetividade e do simbólico envolvidos tanto na opção pelo aborto como na escolha de participar da Campanha e trazer a estória à público, ainda que de forma anónima. Ambos são parte constituinte do social e do socialmente vivido – sobre isto, Bertaux (1980: 9), numa obra anterior, avançava que “estos dos niveles de lo socioestructural y de lo sociosimbólico no son sino dos caras de uma misma realidad social”. Entretanto, o centro das questões que este trabalho tenta responder está relacionado principalmente aos reflexos das estruturas e relações sociais nas histórias que são pessoais, mas também sociais.

O último ponto a ser tratado neste capítulo diz respeito, na verdade, a uma falsa questão das investigações qualitativas: a representatividade. A Campanha #EuVouContar surge com a proposta de publicar 52 narrativas reais e acreditamos eu o ideal era que fosse analisada na integralidade, como um sistema completo. Todavia, por questões que não são da alçada deste trabalho e sobre as quais não temos qualquer interferência, o cronograma inicialmente apresentado no lançamento das peças não foi seguido e as estórias aqui analisadas serão apenas 40. O critério usado para defini-las é a data de publicação: são escolhidas aquelas que estavam disponíveis nas plataformas do projeto até o início da fase analítica deste estudo.

Segundo as opções feitas nessa trajetória metodológica, todavia, o número de relatos analisados não é relevante. Paulilo (1999: 140) afirma que “a pesquisa qualitativa não tem, assim, a pretensão de ser representativa no que diz respeito ao aspecto distributivo do fenômeno”. Mallimaci e Giménez Bélivau (2006: 7), no mesmo sentido, avançam que “no tiene sentido preguntarse cuántas historias de vida son necesarias paa um estúdio social determinado. Com una es suficiente. Se está aqui fuera de toda consideración de tipo estadístico o representativo”.

Bertaux (1980: 10), mesmo que não proponha uma quantidade, aponta o “fenómeno de saturação”. Isto acontece quando, após um certo número de entrevistas, o investigador passa a ter a impressão de já não aprender nada novo. Para o autor, é este ponto de saturação que garante a validade das conclusões e fundamenta a investigação biográfica. O sociólogo ainda aponta uma tendência para a chegada ao ponto de saturação, que em objetos simbólicos é alcançado num pequeno número de relatos em profundidade enquanto em objetos sócio estruturais, com um grande número de relatos breves.

Aqui, mais uma vez, precisamos recorrer às características específicas das narrativas em análise para justificar o facto de não estarmos a trabalhar com a ideia de ponto de saturação. As condições objetivas pelas quais as estórias são acedidas enquanto objeto desta investigação, nomeadamente como peças de uma campanha online às quais se aplicam uma série de

ponderações feitas anteriormente, as deslocam dos relatos biográficos propostos nos textos metodológicos sobre o tema, onde o investigador vai a campo e recolhe as narrativas em primeira mão. São, mais uma vez, versões de narrativas, textos acedidos enquanto peças mediáticas, integrantes de um discurso específico e publicadas segundo critérios sobre os quais não temos ingerência.

Assim, embora consideremos as versões das estórias estudadas como válidas e legítimas para uma análise que se referencia no conhecimento construído sobre um método de investigação de histórias de vida, o caráter de produto mediado que as atravessa não pode estar fora do horizonte. Por isto, a ideia de ponto de saturação não será aplicada, uma vez que o sistema de estórias que forma a Campanha e a estratégia discursiva aqui em análise ficariam incompletos caso decidíssemos excluir algum dos relatos por considerar que já não acrescenta nada novo. Por outro lado, é preciso mais uma vez chamar atenção para o facto de que o sistema está de facto incompleto, uma vez que apenas os relatos publicados até as datas definidas pela construção deste trabalho serão colocados sob investigação.

Finalmente, recorremos novamente a Ferrarotti (2007) para fazer a ligação entre a opção de investigar a realidade através das histórias de vida e a opção de explorar as histórias com a análise do discurso. Para isto, primeiro é necessário explicar brevemente a tese do autor para a investigação por histórias de vida.

O sociólogo avança que ao tomar as histórias para examinar, o objetivo deve ser “aprehender el nexo entre texto, contexto e intertexto” (Ferrarotti, 2007: 27). Na sequência, adianta, “la historia de vida es un texto”, e é do vínculo entre texto e contexto que serão extraídas as “áreas problemáticas” e os “temas emergentes” (Ferrarotti, 2007: 28). Assim, vincular o texto ao contexto nada mais é do que vincular a história de vida às características contextuais do quadro histórico onde os acontecimentos tomaram lugar. Neste ponto, o contexto é dividido em três linhas que se complementam: o sentido histórico; o sentido evocativo e recreativo, o qual se refere à forma como o indivíduo percebe a si mesmo e seu vínculo experiencial com o ambiente; e o sentido de quadro objetivo sócio económico-estadístico (Ferrarotti, 2007: 33). Desta tese, o autor conclui que

El texto ni el contexto se pueden reducir o anular uno al otro y que entre ellos no existe um nível dominante de prioridade. El agente histórico es um individuo que hace ciertas cosas, toma o no ciertas decisiones, se mueve, transcurre su tiempo de vida. Y todo esto tiene sitio en un marco que, sin embargo, no es estático, sino reactivo, lo ayu ja o lo bloquea, lo estimula o lo paralisa. No es verdad, como alguien afirmó, que ‘las macro-estructuras contextuales no hacen nada’. Ayu jan o impiden el despliegue de comportamientos individuales sobre el plano

microsituacional. Su configuración, sea em su codificación formal, en sentido jurídico, tanto como en su presentación como hábito tradicionalizado, es um presupuesto importante para el análisis y la comprensión de las historias de vida. (Ferrarotti, 2007: 37)

Será impossível não salientarmos o facto de que até mesmo os termos usados pelo autor para a análise de histórias de vida são os mesmos usados pelos autores que teorizam sobre a análise do discurso, citados antes neste capítulo: texto, contexto, intertexto. Ainda que não esteja explícito, podemos deduzir que apreender informações das narrativas é justamente analisar o discurso que as constitui: as pessoas fazem seus relatos de vida através da linguagem, mas também dos silêncios, dos ambientes, da apresentação de si e de suas motivações.

As estórias são, portanto, discursos a serem analisados de forma a perceber a realidade que representam, os sentidos que constituem a sua formação, as condições sócio estruturais que as produzem como vivência e como discurso, o que afirmam, o que negam; são fonte de informação sobre a prática social do aborto clandestino enquanto são também uma prática de ruptura do silêncio. Neste caso específico, os relatos de vida se configuram também em discursos mediáticos e num o conjunto de discursos formará um outro, todos inseridos num ecossistema também mediático.

Por isto, novamente apontamos a característica específica destas estórias enquanto peças de media sistematizadas para formar uma estratégia discursiva com um objetivo determinado de influenciar o público. Isto é importante para dizer que a análise dessas estórias as examina também tendo em vista esse aspecto: cada narrativa não se encerra em si mesma, mas passa fazer parte de uma rede de histórias. Existe o relato de vida, mas existe também a rede a qual ele se integra que, por si, forma também uma nova narrativa coletiva sobre o aborto clandestino no Brasil, que corresponde ao produto de uma estratégia discursiva baseada em relatos de vida.

Finalmente, as escolhas aqui apresentadas acabam por configurar-se num processo de retroalimentação metodológica entre histórias de vida e análise do discurso. Um, por assim dizer, é também o outro, sendo, em consequência, uma exploração investigativa também a outra. Desta forma, somada esta reflexão aos debates que fizemos no primeiro capítulo, construímos um aporte teórico-metodológico que orienta a análise a seguir.

CAPÍTULO III: UMA SOCIEDADE EXPRESSA EM 40 EXPERIÊNCIAS¹¹

3.1. NOTAS SOBRE O PROCESSO DE ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS DE ABORTO CLANDESTINO

A partir deste momento, avançaremos sobre a análise propriamente dita, num processo dividido em três etapas devido à extensão do material de análise, às características dos relatos e à questão de investigação a ser respondida. Neste capítulo, tentamos perceber as categorias que emergem do conjunto dos relatos e que estruturas sociais revelam. No capítulo quatro, analisaremos integralmente quatro estórias, representando 10% do total, para tentar perceber como as categorias que encontramos interagem entre si na dimensão da biografia pessoal. O último e quinto capítulo terá como centro de análise a estratégia discursiva da Campanha #EuVouContar, formada por um discurso constituído pela coletividade de relatos.

Para esta fase, selecionamos as Histórias de numeração 1 a 40 dentre as 52 estórias que formam a campanha. O critério de inclusão foi a data de publicação no canal oficial do projeto, nomeadamente a url eu-vou-contar.tumblr.com, até o dia 3 de maio de 2019, quando teve início a etapa analítica desta dissertação. Além disto, foi excluída a história de Rebeca Mendes¹², pois esta acabou por constituir um processo distinto tanto do ponto de vista da estratégia de comunicação como pelas diferenças narrativas em relação às demais peças. Antes de avançar sobre a análise propriamente dita, todavia, precisamos fazer algumas notas breves a respeito do que neste capítulo está a ser colocado em questão.

Primeiro, é necessário realçar que o conjunto de narrativas que está a ser estudado abrange diversas temporalidades, sujeitos e processos ao quais temos acesso apenas em parte, a partir do que está expressamente dito pelas mulheres e publicado pela instituição responsável pela campanha. Embora, a princípio, exista uma demarcação temporal colocada pela organização, das histórias terem acontecido há mais de oito anos, existe uma exceção no conjunto, nomeadamente um relato de aborto legal que aconteceu em 2017. Outros elementos, por sua

¹¹ Neste capítulo, optamos por não usar o modelo de citações com mais de quatro linhas em parágrafo próprio definido pelas normas da ESPP para garantir o melhor fluxo de leitura para o texto construído sobre os relatos das mulheres.

¹² A história de Rebeca Mendes, de 30 anos, foi contada na campanha #PelaVidaRebeca, um desdobramento da Campanha #EuVouContar. A situação ganhou notoriedade e visibilidade distintas por se tratar do primeiro caso de pedido de aborto legal por vontade da mulher apresentado ao Supremo Tribunal Federal do Brasil, em novembro de 2017. Na ocasião, a Ministra Rosa Weber negou o pedido de liminar. A jovem estudante acabou por conseguir realizar o aborto desejado na Colômbia, ao viajar a convite de organizações que defendem os direitos das mulheres para participar de debates sobre o caso. O relato pode ser acedido no vídeo “Rebeca Vai Contar” - <https://youtu.be/A9lotOgRr2c>

vez, são deduzíveis destes discursos a partir do conhecimento da realidade que envolve essas histórias, na busca de camadas de sentido a que o método se propõe.

Assim, no que diz respeito ao tempo, podemos definir como janela temporal o facto de que que todas as histórias acontecem entre meados dos anos 1970 e 2017. Essa conclusão advém de datas expressamente citadas pelas mulheres nas narrativas, como 1979¹³, 2017¹⁴, “foi em 85 ou 86, não me lembro bem”¹⁵, além de referências temporais menos particularizadas, que indicam períodos, como “foram 20 anos em silêncio”¹⁶, “isso foi há 12 anos”¹⁷ ou “minha história completou 30 anos”¹⁸. Lembramos mais uma vez que a própria convocatória pública advertia as mulheres para que os relatos fossem de experiências vividas há mais de oito anos, o tempo necessário para que as mulheres, mesmo anónimas, não corressem o risco de serem presas.

Entretanto, outra afirmação possível é que, apesar das muitas temporalidades presentes, o marco legal que envolve as narrativas é o mesmo. Estamos tratando de estórias que acontecem sob regência do Código Penal de 1940, que considera o aborto um crime contra a vida e a sua prática punível com prisão. Mais uma vez, a exceção é a História 8, protegida pela única alteração legal realizada em 2012, ampliando a possibilidade de interromper a gravidez de fetos anencefálicos.

Uma segunda nota a ser feita é sobre nossa intencionalidade nesta etapa de análise do conjunto de narrativas. Segundo explicámos no capítulo anterior, Bertaux (1989) divide as investigações sobre histórias de vida em duas linhas: as que procuram responder questões relacionadas aos sentidos e as que estudam relações socioestruturais que se expressam através das histórias. Além disto, quando apresenta a ideia de ponto de saturação, o autor avança que os géneros dos objetos de investigação costumam influir também na quantidade de estórias a ser averiguado e, enquanto os objetos simbólicos têm a tendência de atingirem a saturação num pequeno número de relatos em profundidade, os objetos socioestruturais chegam a este ponto com um grande número de relatos breves.

Vamos explicitar, portanto, que estamos a desenvolver uma investigação voltada para questões socioestruturais tanto no tipo de pergunta quanto na quantidade de relatos. Estamos a analisar 40 estórias da Campanha #EuVouContar para tentar perceber os padrões sociais, as

¹³ História 40

¹⁴ História 8

¹⁵ História 5

¹⁶ História 1

¹⁷ História 6

¹⁸ História 11

relações estruturais e os processos que dela decorrem e que se expressam de forma material na vida das mulheres, na biografia individual, e como estas vidas são também métodos de aceder aos aspectos estruturantes das vivências das mulheres como integrantes de grupos sociais, segundo a ideia de matriz de dominação (Collins, 1990). Além disto, temos em vista que os relatos foram publicados para nomear e contestar essas mesmas estruturas, como um discurso de luta no sentido definido por Foucault (1993) – mais adiante, inclusive, essa estratégia de contestação será também objeto desta investigação.

A partir desta opção sobre a intencionalidade do trabalho, fazemos uma terceira nota. Agora, recorremos a Chouliaraki e Fairclough (1999) e à descrição das etapas da Análise Crítica do Discurso. Temos avançado nos capítulos anteriores que os autores consideram o discurso como parte das práticas sociais. Estas, por sua vez, são divididas pelos autores em quatro momentos principais: a atividade material, as relações sociais e processos, os fenômenos mentais e o discurso. Assim, a análise do discurso, explicam, tentará especificar as relações entre os discursos e os outros momentos que formam as práticas sociais.

Na sequência, a dupla afirma que a realização da crítica explanatória orientada para o problema inevitavelmente fará surgir questões relacionadas a poder, o que descrevem como relações de luta e disputa, uma vez que este tende a migrar da atividade material para o discurso (Chouliaraki e Fairclough, 1999). Neste sentido, nossa experiência aqui é justamente de tentar perceber a relação entre o discurso e um outro momento específico das práticas sociais, nomeadamente as relações sociais e processos. Reconhecemos, todavia, que existem muitas outras hipóteses de análise possíveis.

A quinta nota a ser feita é uma explicação do trabalho de investigação que resultou neste capítulo. A análise dos 40 relatos foi desenvolvida a partir de um processo de leitura das narrativas procurando marcas discursivas que explicitassem ou sugerissem estruturas sociais que se relacionassem com a experiência de fazer um aborto clandestino no Brasil. Trataremos, portanto, de elementos que não são particulares das biografias pessoais, mas que se revelam através de marcações discursivas sobre a sociedade onde as mulheres estão inseridas. Por isto, lembramos da necessidade de ter em vista, ao longo deste texto, a conjuntura estrutural apresentada no primeiro capítulo deste trabalho, nomeadamente as relações descritas a partir dos conceitos de Saffioti (2009) e Collins (1990).

Na sequência, optamos por dividir as estórias segundo categorias que emergiram das próprias narrativas. Deixamos que os próprios relatos nos dissessem para onde orientar a análise e esse processo acabou por se revelar muito mais rico do que imaginávamos a princípio. A leitura e a observação dos elementos colocados pelas mulheres acabaram por colocar no radar questões que

não tinham sido pensadas como relevantes, como educação sexual e o papel dos companheiros e da família na decisão pelo aborto; além disto, fez perceber que alguns pontos que pensávamos ser importantes, como a religião, na verdade pouco são citados durante os processos de aborto propriamente ditos.

Finalmente, organizámos categorias de análise. O objetivo desta etapa não foi de encaixar as histórias num sistema de autoexclusão, onde cada narrativa será encaixada numa categoria que faz parte de um binômio pré-determinado, A ou B. Tentamos construir categorias para organizar os relatos dos vividos de forma a perceber como as estruturas sociais se relacionam entre si, ultrapassam experiências pessoais e também as condicionam, e como os discursos expressam isso. Os resultados desta peleja são apresentados a partir de agora.

3.2. “ESTÁ DIFÍCIL FALAR, MAS QUERO JÁ DEIXAR UM ALERTA: EU QUERO E PRECISO SER OUVIDA”¹⁹

Começamos pelo facto que faz esta análise poder existir: a realização da Campanha #EuVouContar. Construída através das respostas das mulheres a um convite para que relatem suas experiências de aborto clandestino, o projeto culmina na publicação destas mesmas estórias numa plataforma pública. Tratamos, portanto, como primeira categoria, da ruptura dos silêncios individuais, num processo que faz com que as narrativas se constituam num discurso de luta que rompe também silêncio coletivo sobre a questão.

As marcas discursivas sobre silêncio, segredo e a necessidade de encerrá-los são recorrentes e diversas: existem as mulheres que dizem nunca terem contado suas histórias a ninguém e que fizeram tudo escondido; as que contaram e foram punidas por ter engravidado e/ou feito o aborto; as que já começam seus segredos antes, desde o relacionamento – namoram e/ou têm relações sexuais escondidas da família; as que foram descobertas através de complicações e precisaram pedir ajuda à família; as que contaram para amigas ou outras mulheres à procura de ajuda.

Se não existe unanimidade na relação com o silêncio e o segredo e eles cumprem diferentes papéis nas estórias, existe, por outro lado, um certo consenso sobre a possibilidade de rompê-lo, que é realçada e valorizada: “Eu nunca me senti à vontade para falar a respeito. Nem na terapia. A minha memória falha, a garganta chega a doer só de pensar no assunto. (...) Foram 20 anos em silêncio (...) Eu não me arrependo, mas o silêncio me oprime, por isso resolvi contar minha história”²⁰; “É bom ter alguém para conversar sobre isso. Sabe, é estranho não poder contar (...)”

¹⁹ História 35

²⁰ História 1

“Eu preciso dividir esse sentimento de silêncio que guardo em mim”²¹; “(...) como milhares e milhares de mulheres, essas histórias estavam guardadas no fundo do armário da alma. Elas esperavam uma chance para vir à tona”²².

Uma ideia que perpassa diversas narrativas é que o não contar, associado ao medo da lei formal ou do julgamento e das punições informais de conhecidos e familiares, é parte da penalização por ter feito algo considerado errado no regime de verdade estabelecido. “Não contei isso a ninguém, era uma autopunição por ter matado. Você acredita nisso? Eu assimilei a lição”, reflete a História 38. “Eu não podia me abrir com ninguém. Como poderia contar a alguém que sou uma criminosa? Eu não queria ser presa, eu tentei até falar antes de hoje, foram umas duas ou três vezes, mas os olhares de condenação, os olhares de reprovação, me fizeram recuar e não mais contar essa história”, explica a História 36.

Noutro sentido, a ruptura deste segredo, seja com familiares em busca de apoio emocional ou com médicos a partir de complicações decorrentes do procedimento, poucas vezes foi sinônimo de acolhida ou cuidado: “Depois do procedimento, precisava de cuidado, precisava contar a verdade para minha família. Falei para minha mãe que foi supermoralista comigo, minha irmã havia acabado de ter um bebê”²³; “Eu tive infecção e tive que contar para minha família. Claro que todos me julgavam, e ouvi coisas horríveis dos médicos”²⁴; “Eu gritava de dor, os médicos e enfermeiras eram muito rudes comigo. Eles sabiam que eu tinha provocado um aborto”²⁵.

O silêncio, assim, é sustentado por uma dupla estrutura. Por um lado, a ausência de partilha sobre o que está a acontecer impede qualquer possibilidade de acolhimento das famílias e amigos num momento difícil; além disto, no desconhecimento, os profissionais de saúde ficam impedidos de oferecer orientações adequadas e necessárias. Por outro, o segredo muitas vezes se configura como uma estratégia de autoproteção para evitar as diversas formas de violência e punição que têm origem inclusive nestes supostos lugares de cuidado.

O discurso sobre a partilha de histórias, por sua vez, é explicitamente identificado como uma forma de apoio e cuidado coletivo. Alguns relatos, como o da História 4, mostram que conhecer as vivências de outras mulheres que fizeram aborto foi importante para o próprio processo de perceber e se resolver emocionalmente com o vivido. Neste caso, a escola atuava como a principal

²¹ História 6

²² História 25

²³ História 19

²⁴ História 17

²⁵ História 2

agente de punição, obrigando a adolescente a repetir o ano letivo e, de alguma forma que é explicada, todos ficaram sabendo que ela tinha feito um aborto voluntário. A narradora conta que estava a viver um ano difícil, “uma verdadeira humilhação”, e esses sentimentos mudaram a partir do conhecimento de outras histórias: “Eu tenho uma lembrança vívida de um colega me tirando do fundo do poço. Um dia ele me trouxe uma revista que na capa tinha várias mulheres famosas que tinham passado por essa experiência [do aborto]. Ele não disse nada, ou eu não me lembro de ele ter falado. Me ficou um sentimento de apoio pela independência ao ver aquelas mulheres junto comigo”.

Na mesma perspectiva, a História 33 traz a relevância de saber e compreender outras experiências para entender e ressignificar a própria: “Recentemente, li um livro de histórias de aborto: daí entendi que fui uma bela mãe naquele momento pensando no futuro e na vida de outro alguém. Eu queria poder dizer isso a muitas mulheres que já fizeram aborto: você não fez nada de errado. Você não tem culpa”.

Muitas narrativas expressam a ideia de que o conhecimento das vivências publicadas pela campanha fará com que outras mulheres que também fizeram aborto se sintam acolhidas e ressignifiquem a própria história, provavelmente atravessadas pelas mesmas dificuldades e pela mesma solidão. Além disso, algumas falas avançam de que as informações sobre outros vividos são também um mecanismo de proteção e aprendizado para enfrentar situações similares; a partilha, assim, tem também a intenção de evitar que outras mulheres passem pelas mesmas situações difíceis através da propagação do conhecimento construído no processo. Esta é uma das dimensões do cuidado coletivo que a apresentação da campanha expressa, além da evidente disputa a que se propõe no que diz respeito à verdade sobre a questão.

Podemos citar algumas: “Estou aqui para compartilhar com todas as mulheres que passaram pelo mesmo que eu, não tiveram apoio, ou que não sabiam dos seus direitos, eu quero que elas saibam que não estão sozinhas”²⁶; “Por favor, conte minha história. Nenhum médico pode fazer o que foi feito comigo”²⁷; “Por que eu resolvi contar? Acho que para ajudar. É fundamental falar, embora eu não tenha coragem de fazer isso em público”²⁸; “Só consegui falar disso 12 anos depois, no pré-natal do meu filho. Depois eu conheci outras mulheres com a mesma história que

²⁶ História 8. Realçamos que este é um caso de aborto legal de feto anencefálico, autorizado pelo STF desde de 2012. Entretanto, a mulher desconhecia os direitos, inclusive o processo para aceder a este género de interrupção voluntária da gravidez, e os serviços de aborto legal.

²⁷ História 10

²⁸ História 11

a minha. Agora, outras mulheres irão conhecer a minha história, que deve ser como a história delas”²⁹.

Por fim, é somente por causa da ruptura deste silêncio que pudemos conhecer estes relatos e investigá-los. As experiências vividas, portanto, vão também subsidiar estudos que tenham como objetivo produzir conhecimento científico sobre as questões que as atravessam. Elas, agora, não existem mais apenas para quem as viveu; deixam de ser um segredo de mulheres e tornam-se informação no mundo, passíveis de serem acedidas por qualquer pessoa com um computador ou telemóvel ligado à internet; são discursos que convivem, integram, se relacionam, afirmam e negam os demais discursos sobre o tema.

3.3. “EU NÃO DESEJAVA FAZER UM ABORTO, NÃO EXISTE ISSO ‘AH, EU DESEJO FAZER UM ABORTO’. ERA UMA NECESSIDADE”³⁰.

Avancemos, então, sobre o que as narrativas nos dizem a respeito do aborto propriamente dito. Optamos, neste momento, por trabalhar com as marcas discursivas que indicam factos, contextos, sentimentos e percepções estabelecidos a partir do binômio gravidez/aborto. O objetivo desta escolha é tentar alcançar as relações e estruturas sociais que influenciam e definem essa vivência, num diálogo entre biografias pessoais e localizações construídas a partir de marcadores sociais.

Nesse sentido, excluímos desta categoria o caso da História 18, que relata um aborto espontâneo e indesejado. Todas as outras experiências relatam uma construção de significados em torno da gravidez que a sublinham como um problema a ser resolvido; a solução para este problema, por sua vez, é não estar mais grávida, materializada a partir da interrupção voluntária. Ainda que ilegal, clandestino e com riscos, o aborto para estas mulheres é uma opção que trará menos impactos negativos sobre suas vidas do que levar a gestação adiante.

As motivações relatadas nas estórias que fazem desta afirmação verdadeira são diretamente influenciadas por fatores estruturais e conjunturais, que podemos ler como a localização na matriz de dominação (Collins, 1990), nomeadamente com destaque para as categorias de classe social e étnico-raciais. Estas, temos percebido ao longo deste trabalho, estão historicamente inter-relacionadas no Brasil e correlacionadas ao patriarcado na estruturação da sociedade brasileira como um todo, conforme já indicámos nos capítulos anteriores. Além disto, a idade da gravidez e a posição que assumem na rede de relações familiares, seja com os pais ou com o marido, mostram-se como outros eixos que vão interferir nas relações de exclusão e prejuízo onde estas

²⁹ História 38

³⁰ História 4

mulheres se encontram. Fazer um aborto, nos contextos relatados, era uma necessidade, como expressa a citação que intitula este tópico.

Este argumento é uma síntese construída a partir da leitura dos relatos. Apresentá-lo agora nos parece um bom ponto de partida para explicar a opção deste tópico em concentrar-se, não no ato e no momento do aborto em si, mas nas situações que as mulheres ficaram grávidas para explicá-lo. A partir daí, a nossa estratégia é tentar perceber as relações e os sentidos construídos que fazem com que a gravidez seja vista como um problema e o aborto mesmo clandestino e inseguro, por sua vez, a solução viável para ela.

“Enquanto eu chorava por tudo, mas principalmente porque minha mãe me expulsaria de casa, ele só dizia que não ia ter este filho (...) Nossa casa era muito pobre, não caberia mais uma criança ali”, conta a História 2. A jovem engravidou aos 19 anos do namorado. “Quando me vi grávida, não sabia por onde começar, que médico procurar. Só tinha um resultado positivo nas mãos e muita gente dando palpite. Meu namorado queria que eu fosse morar com meus pais em outro país, meus pais diziam que eu era pura decepção”, relata a História 9. Neste caso, a gravidez aconteceu aos 17 anos. “Eu era a primeira da minha família a ir para a faculdade. Meus pais são analfabetos (...) eu era ainda estudante, tinha 22 anos. Morava no alojamento estudantil, o dinheiro faltava muito”, explica a História 19.

Os recortes apresentados acima foram trazidos para dar início a um debate sobre a percepção social de que a maternidade precoce, nomeadamente na adolescência ou início da vida adulta, é algo negativo, motivo de vergonha e constrangimento. Mais do que isso, ser mãe nestas fases representa um impedimento para a realização de um futuro desejado ou mesmo um empecilho para a mobilidade social ascendente através do estudo ou do trabalho.

Dados estatísticos confirmam o argumento que sustenta essa ideia. As mulheres, afinal, já recebem salários menores em relação aos homens, com uma diferença ainda maior se a comparação é feita entre homens brancos e mulheres negras³¹; e aquelas com filhos, especialmente filhos pequenos, têm mais dificuldades em conseguir contratos formais ou trabalhos a tempo inteiro³² e quase metade das mulheres trabalhadoras formais são, inclusive, demitidas até um ano após o parto³³.

Outro ângulo desta realidade é o cruzamento entre a possibilidade de mobilidade e ascensão social através do acesso a universidade e a setores do mercado de trabalho mais qualificados e

³¹ IBGE, 2018, citado no primeiro capítulo deste trabalho.

³² Regina Madalozzo *apud* Mota, 2017, referência no primeiro capítulo deste trabalho.

³³ Investigações da Fundação Getúlio Vargas *apud* Bertho, 2017, referência no primeiro capítulo deste trabalho.

com melhores salários: dados estatísticos mostram que, no Brasil, concluir o ensino superior triplica a renda em relação a quem concluiu apenas o ensino médio e sextuplica sobre quem não tem qualquer nível de instrução (Almeida, 2018). Se a estratégia para alcançar uma melhor qualidade de vida é a formação universitária, realçamos que a ausência de políticas de assistência estudantil nestes espaços para que as mulheres que são mães possam também frequentá-lo é um dos motivos para que jovens mulheres interrompam seus estudos e este futuro melhor.

A ideia de que a gravidez na adolescência vai arruinar o futuro, inclusive, é um eixo que atravessa as classes sociais; encontramos o mesmo argumento acompanhado de marcadores de classe diferentes, como nas Histórias 19 e 4. Associado a este, estão outras questões, como o julgamento da família e da sociedade sobre mães adolescentes ou jovens adultas, muitas vezes sem companheiro. “Eu não tinha nada na cabeça, não sei se alguma menina adolescente tem. Eu era inocente demais: contei para uma amiga, que contou para minha mãe. Eu não acuso ela, eu não tinha coragem de contar e precisava da ajuda de minha mãe. Minha mãe fez um escândalo. Chorou e me levou para uma clínica de aborto”, lembra a História 22. “Eu não tinha o apoio dele e nem da sociedade ao meu redor, para dizer que eu ia ser uma mãe solteira numa cidade do interior, aos 16 anos e sem pai”, explica a História 36.

Outra constante que também atravessa classes sociais é o abandono da mulher grávida ou a ameaça de fazê-lo caso ela decida por levar a gestação adiante: “Eu não tive apoio da pessoa em quem mais eu confiava. Eu não poderia ter mais um filho e enfrentar uma separação. Eu não tinha escolha”, explica a História 14. “Nem precisei me explicar muito, ele já foi gritando: ‘você vai tirar. Ou quer você também ter um filho sem pai?’”, avança a História 13. “Ele disse: ‘se você quiser fazer um aborto, o problema é nosso, se você quiser ter, o problema é seu’ (...) Eu era muito nova, mas eu sabia também que não podia ter aquele filho sozinha”, expõe a História 40.

E se por família incluirmos os companheiros, realidade especialmente das mulheres adultas, outras questões emergem, nomeadamente relacionadas às tarefas de cuidado. A História 12 nos conta: “Eu já tinha uma filha, e tinha passado por uma depressão pós-parto. Eu não queria engravidar novamente, foi sem querer. (...) Meu marido era contra [o aborto], para ele, ter um filho não mudava nada. Eu que sabia o que era cuidar de uma criança”. A História 26 traz um relato no mesmo sentido: “Casada e com três filhas era tudo muito intenso. Meu marido tem vida própria e independente, é atleta de alta performance, fica pouco em casa e jamais cuidou das meninas. Eu sempre trabalhei fora de casa, chegava e ia cuidar das meninas. Ele chegava e deitava no sofá. (...) Ele nunca levantou para cuidar de uma menina chorando, nunca trocou uma fralda ou deu leite. Nunca foi comigo a nenhuma consulta. Como a vida ficou insustentável com meu sofrimento, e eu sabia o que seria um quarto filho, eu usei o citotec”.

Temos expresso mais um aspecto que é também determinante na decisão de interromper a gravidez: a desigualdade nas tarefas domésticas e de cuidado com crianças e idosos, às quais as mulheres dedicam quase do dobro de tempo que os homens³⁴. Às estruturas citadas antes, soma-se mais esta expressão da desigualdade de género. Uma vez que as tarefas de manutenção e reprodução familiares foram historicamente delegadas às mulheres como trabalho não remunerado, uma criança ou uma criança a mais não têm o mesmo impacto sobre a vida delas e a vida dos homens. São as mulheres, afinal, que na maior parte das famílias serão condicionadas a abdicar dos outros aspectos da vida para atender as demandas que acompanham um novo nascimento e um bebé.

No conjunto de narrativas analisado, ainda temos uma gravidez decorrente de violação (História 5); um caso de gravidez de feto anencefálico, que é também o único caso de aborto legal entre as 40 histórias; um caso de aborto espontâneo (História 18); e um caso que as tentativas de aborto ilegal não resultam e a gravidez é levada a termo, mas a mulher ainda fica com sequelas na saúde (História 27).

O que deduzimos disso é que antes mesmo do momento do aborto, existe uma realidade complexa que se impõe como determinante do que serão as experiências socialmente construídas de género: plurais, múltiplas, condicionadas pela forma como o ser mulher interage com as demais questões estruturantes da sociedade. Entretanto, apesar da diversidade de situações e mais do que decisões mediadas pela ideia de autonomia sobre o próprio corpo ou uma reflexão sobre a vida do feto, interromper a gravidez é principalmente uma decisão ligada a um contexto social, familiar e de relacionamento. As mulheres fazem esta opção a partir do conhecimento da própria realidade; sabem o que ter um ou mais um filho significará em termos de trabalho, cuidados, gastos e consequências sobre todos aspectos da vida, materiais e subjetivos. O aborto, assim, surge como a hipótese possível para que o presente que vivem e futuro que desejam ou esperam não seja prejudicado.

3.4. “SEMPRE DEI AZAR COM OS HOMENS”³⁵

“Eu fiz 4 abortos no Brasil, todos clandestinos. Todos foram de humilhação, sofrimento e solidão. Sem companheiro, como estou agora. (...) Camisinhas estouram, os caras não aceitam, a gente esquece o comprimido, ou ele falha. Não é azar ou mentira, essa é a vida real. Eu fiz 4 abortos e

³⁴ IBGE, 2017, citado no primeiro capítulo deste trabalho.

³⁵ História 17

nenhum deles eu fui de mãos dadas com meus companheiros. Sempre fui sozinha, eles são covardes, mentirosos, machistas”³⁶.

Existe uma exceção no segredo que circunda a prática do aborto: os companheiros. Eles sempre sabem. Embora muito se fale do aborto como uma escolha da mulher sobre o próprio corpo, as histórias analisadas mostram que os homens usualmente têm um papel determinante no processo de decisão, por presença ou ausência, e em prover meios materiais para que o aborto aconteça, seja pela aquisição dos remédios ou o dinheiro para pagar a clínica. Neste sentido, ainda que reconheçamos a diversidade da categoria “homem”, construímos esta análise a partir da postura em relação às mulheres, conforme relatada por elas, na situação da gravidez indesejada.

Uma marca discursiva recorrente nas narrativas é a auto-desresponsabilização dos homens em relação à gravidez e à hipótese de tornarem-se pais, com conivência e até mesmo apoio da família e da sociedade. Muitas vezes, isto acontece na forma do abandono da mulher grávida: “Fomos juntos fazer o exame de sangue, e enquanto eu chorava por tudo, mas principalmente porque minha mãe me expulsaria de casa, ele só dizia que não ia ter este filho. (...) Depois do exame, o meu ex-namorado desapareceu”, relata a História 2. “Ele consultou a mãe dele, pediu ajuda e ela me deu os remédios. Ela já tinha ajudado outras namoradas dele. Eu namorava escondido dos meus pais, eu sabia que meus pais seriam contra. Ele chegou com os remédios e disse com naturalidade, ‘Minhas namoradas todas abortaram. Não é agora que vou ter um filho’. Ali eu tive certeza que eu, por vontade própria, também não teria”, lembra a História 11. A História 13, por sua vez, conta que “ele já tinha um filho, era um pai ausente. Nem precisei me explicar muito, ele já foi gritando: ‘você vai tirar. Ou quer você também ter um filho sem pai? (...) Sabe, eu até acho que essa seria minha decisão também, mas foi antes dele que minha. Ele sumiu, não me ajudou em nada’”.

Outra faceta deste postulado é a expressa na História 15, que o então companheiro sequer reconhece a paternidade: “Era uma gravidez de um namorado que havia terminado comigo há um mês. Ele tinha outra namorada ao mesmo tempo, uma ex dele. Quando eu me descobri grávida, eu já sabia o que ele ia me dizer – ‘de quem?’. Pedi para uma amiga ir até ele, e foi isso mesmo que ele disse. Me vi sozinha. Com dois filhos, meu ex-marido, e grávida de um namorado que duvidava de mim”.

Ainda neste sentido, existe a desresponsabilização masculina em relação aos cuidados com as crianças, conforme relatamos no ponto anterior. Esta não acontece na gravidez, mas na sequência do nascimento, na desigualdade da divisão dos trabalhos domésticos. Ainda quando

³⁶ História 35

atuam como um casal e a família já tinha optado por ter filhos, sendo o caso aborto subsequente a outras gravidezes levadas a termo, a estrutura se replica.

Além disto, existem outras consequências relacionadas à gravidez que são sofridas apenas pela pessoa que gesta, nomeadamente uma série de alterações no corpo, limitações e eventuais questões de saúde física e mental posteriores que fazem parte deste processo. Podemos citar o caso da História 32: “Eu tinha uma filha bebezinha, não poderia ter outra. Engravidei em meio a uma depressão sofrida do pós-parto. Nem poderia cogitar ter aquele filho”. A idealização e a visão romântica da gravidez e da maternidade, a partir da atribuição de uma série de significados positivos, e mesmo dos relacionamentos afetivos, estão, na verdade, muito distantes da realidade cotidiana.

O segundo papel desempenhado pelos homens é o de garantir materialmente que o aborto aconteça. São eles, na maior parte das vezes, que conseguem o dinheiro para pagar os remédios, compram os remédios, pagam por procedimentos em clínicas clandestinas. Entretanto, os discursos não trazem indicações que isto possa representar uma divisão de responsabilidades em relação à gravidez da qual eles também são protagonistas. Nas ocasiões que o é, o apoio do companheiro não é apenas material, como mostra a História 25: “Meu namorado da época vendeu o celular para comprar os 4 comprimidos. (...) Nós fizemos isso juntos. Eu fui para a casa dele, até porque minha mãe não poderia saber. Ele me apoiou muito. Me apoiaria se eu tivesse querido manter a gestação, mas me respeitou e cuidou de mim na decisão”.

Noutras vezes, todavia, a presença do parceiro no momento do aborto acontece para ter certeza de que a vontade dele de não ter o filho será efetivada. Este indicativo aparece na descrição da sequência de ações em relação ao procedimento abortivo quando não aconteceu abandono prévio: “O meu namorado deu um jeito de arrumar dinheiro para pagar o médico que fez o aborto e fomos na consulta com o dinheiro na mão, caso tivesse que pagar adiantado. Quando chegamos, ele me deixou na porta do prédio e falou que era melhor eu ir sozinha. Eu era muito boba e estava com tanto medo, que peguei o elevador sem ele”, lembra a História 3.

O caso da História 36 pode ser realçado devido aos múltiplos cruzamentos que se ligam a este tema. Antes mesmo de ter a primeira relação sexual, o jovem já tinha perguntando à adolescente se ela faria um aborto. Com a confirmação da gravidez, “ele disse ‘eu não posso assumir, eu não vou assumir, eu não tenho condições e você vai abortar’. Eu diria que não foi uma escolha naquele momento, foi uma ordem. Eu não tinha o apoio dele e nem da sociedade ao meu redor, para dizer que eu ia ser uma mãe solteira numa cidade do interior, aos 16 anos e sem pai. Ele ainda me dizia, como para me ameaçar, que a minha mãe e o meu irmão iam-me abandonar, iam-me botar para fora de casa, ou seja, eu não ia ter ninguém, só o julgamento”. Na

sequência, a mulher lembra que após algumas tentativas com chás e outros remédios, o então namorado conseguiu o Citotec e “marcou dia e horário para eu estar com ele para fazer o aborto (...) Eu fui para casa dele, tomei os medicamentos, e ele ficou ao meu lado assistindo todo o processo do abortamento”.

A estória citada acima pode ser usada também como exemplo para relacionamentos afetivos nos quais existe uma relação de poder muito desigual, o que autoriza uma das partes a tomar decisões baseadas nas suas prioridades sem levar em conta as vontades e sentimentos da outra, mesmo quando a interferência direta é sobre esta. Outras formas de relacionamentos abusivos também são identificadas ao longo dos relatos, desde aqueles que envolvem inclusive violência física até aqueles onde existe exclusivamente a violência psicológica. Na História 39, inclusive, é o relacionamento abusivo que faz com que a mulher decida por interromper a gravidez pela segunda vez: “Um dia, eu já não tomava mais a pílula, eu sabia que estava fértil. Eu já não queria mais me relacionar com ele. Ele me ameaçou surrar e me obrigou a ter sexo com ele, foi aí que eu engravidiei novamente dele. Eu tinha 18 anos, eu sabia que aquilo não tinha futuro, por tudo o que eu já tinha vivido e pelo o que eu estava vivendo com esse homem violento. (...) Eu não queria um homem como aquele sendo pai do meu filho. Nós terminamos e ele nunca soube desse meu segundo aborto”.

No entanto, de forma a não generalizar, façamos uma nota sobre a História 19; até o momento do relato para a Campanha, a mulher afirma continuar com o mesmo companheiro de quem fez dois abortos. Ela relata que não recebeu nenhuma ajuda do então namorado no primeiro aborto e sequer o menciona na descrição do segundo. Entretanto, afirma: “Você pode estranhar isso, mas entre trancos e barrancos a gente resolveu encarar esses erros”. Quando constrói sua narrativa, temos o aspecto reflexivo do discurso como prática social (Chouliaraki e Faircloguh, 1999): ela analisa sobre as situações anteriores e as identifica como erros assumidos pelo casal, num indicativo de que estão a tentar construir uma relação afetiva baseada no companheirismo e na divisão de responsabilidades.

Reconhecemos que tentamos tratar de uma esfera muito íntima: os relacionamentos afetivos e a forma como eles intervêm em outras decisões, nomeadamente a decisão pela interrupção da gravidez. O “azar com homens” que nomeia este tópico não foi escolhido ao acaso, pois as posturas masculinas relatadas não se constituem numa questão de sorte ou azar relacionadas à personalidade ou caráter de cada ser humano específico. Ao contrário, traduzem uma estrutura de poder patriarcal com consequentes relações de privilégio e exclusão, também atravessadas por outros eixos de desigualdades. Estas se replicam em relações de poder na esfera íntima, materializadas nestes casos em tentativas de influenciar a decisão a partir do não querer assumir

o filho até a ordem explícita para o aborto aconteça, a violência física e psicológica e mesmo a não partilha das tarefas sobre o lar e as crianças.

Padrões sociais nesse mesmo sentido são identificados também no abandono paterno desde a descoberta da gravidez e na responsabilização dos homens por garantir meios materiais para o aborto. Temos, assim, uma réplica daquilo que está estabelecido como papéis sociais e comportamentos de género aceitáveis e esperados. Estas desigualdades são apontadas muitas vezes e de formas diferentes a depender dos outros elementos estruturais que atravessam a experiência de quem narra. Entretanto, para finalizar este tópico, podemos citar este relato da História 39 como exemplo das contradições e desigualdades que envolvem as relações de género: “Fui eu que falei para ele a primeira vez sobre aborto, ele logo me chamou de vagabunda, disse que não, ao mesmo tempo em que dizia que não queria ter aquele filho comigo”.

3.5. “SAÍ DAQUELE ABORTO PARA UMA GRAVIDEZ SEM NENHUMA ORIENTAÇÃO”³⁷

Numa convergência direta com os companheiros e as gravidezes, uma categoria que emergiu da leitura das estórias foi a relação entre as duas anteriores e a ausência ou presença de educação sexual antes e depois da gravidez interrompida. O segredo, conforme apontamos antes, muitas vezes começa já na própria existência de uma vida sexual ativa, especialmente na adolescência e em famílias descritas como religiosas e/ou conservadoras.

“Eu namorava com ele sem minha mãe saber, imagine se ela sonhasse que eu fazia sexo”, diz a História 2. “Como minha mãe não iria aceitar jamais que eu tivesse relações sexuais, tive que ir com uma vizinha na ginecologista e comecei a tomar a pílula, que guardava a sete chaves, pois se me pegasse, e depois me pegaram mesmo, eu iria apanhar muito. E eu apanhei mesmo”, lembra a História 3. “Não tive orientação sexual em casa. Minha mãe casou virgem, aos 24 anos. Também engravidou na primeira relação”, relata a História 11. “Não falava de sexo com minha mãe, nunca ouvi ninguém me dizer ‘vá no médico, use camisinha, tome anticoncepcional’”, explica a História 23.

Queremos aqui identificar a hipótese desta constante no que diz respeito à ausência de informações sobre sexo seguro estar relacionada a uma estrutura social que espera das mulheres o não exercício da sexualidade. A História 9 consegue expressar isso de forma mais explícita: “Fui criada em uma casa evangélica, onde todos queriam que eu fosse uma santa, e não um ser humano”. A ideia de santidade se relaciona diretamente com a pureza, a castidade e a obediência,

³⁷ História 23

conceitos que usualmente não fazem parte da construção social da atividade sexual e, especialmente, do papel das mulheres no sexo.

Uma fala que confirma esta tese é a da História 3, conforme descrito logo acima. A jovem procurou se informar e cuidar da saúde sexual e reprodutiva por meios externos à família, uma vez que esta não aceitava o exercício da sexualidade; assim, pediu ajuda à vizinha e inclusive foi ao médico e começou a tomar a pílula, até que a mãe descobriu e a castigou. A presença do remédio confirmou que a adolescente estava a fazer algo que supostamente não devia: não é o uso da pílula ou a busca por cuidados, mas a prática sexual da adolescente que está a ser punida.

Outro lado deste novelo de questões relacionadas à educação sexual e o consequente acesso ao sexo seguro é a postura dos homens em relação ao uso de métodos contraceptivos. Nas narrativas, encontramos em relação à atividade sexual as mesmas atitudes de auto-desresponsabilização que mencionamos no tópico anterior: “Pedi para ele levar camisinha. Na cama, ele avisou que camisinha atrapalhava e que ele sabia controlar o gozo. Aliás, ao longo dos meus 28 anos de vida sexual, quase todos os homens com quem transei relutaram muito a botar a uma camisinha”³⁸; “O anticoncepcional me fazia mal e ele não aceitava fazer uma vasectomia. Foi aí que engravidiei, ele [o marido] havia concordado em controlar a ejaculação, mas não fez. Quando o pressionei, ele só disse ‘quem tem que se cuidar é a mulher, não é o homem’ (...) Você pode me ouvir e perguntar; por que não operou antes? Porque acreditei que ele faria a vasectomia. Porque depois do terceiro parto, o médico não aceitou fazer minha ligadura porque ele foi contra a operação. Ele dizia que eu ficaria gorda como uma porca capada. Sem ele saber, eu fiz a laqueadura escondida”³⁹.

Identificamos, portanto, diversas marcações discursivas que indicam comportamentos masculinos de ausência de cuidados em relação à prevenção da gravidez que são resguardados por uma estrutura social de poder patriarcal: (i) a prioridade para o próprio prazer em vez de prevenir uma possível gravidez; (ii) a quebra de acordos durante o sexo; (iii) a ideia da mulher como única responsável pela contracepção; (iv) o impedimento de aceder à contracepção, numa situação que o médico opta por atender ao que o marido decide sobre o corpo da esposa e não o desejo da própria, com base num argumento relacionado a um ideal de beleza e não à saúde.

Além disto, podemos observar também o exercício do poder através do impedimento, por parte do homem, de que a mulher usasse métodos contraceptivos em relacionamentos descritos com marcas discursivas relacionadas ao abuso. A mulher da História 39 conta que usava a pílula

³⁸ História 3

³⁹ História 26

até que o namorado a obrigou a parar: “Era um relacionamento abusivo, abusivo mesmo, ele me batia, nós tínhamos brigas violentas e ele desconfiava de tudo e de todo o mundo. Ele me mandou parar de tomar o anticoncepcional, eu podia traí-lo quando ele não estivesse ao meu lado”.

Finalmente, precisamos fazer uma última nota: ainda quando usados do jeito correto, todos os métodos contraceptivos, mesmo os considerados mais seguros, são passíveis de falhas. A ideia de que, se tomar os cuidados necessários, é impossível engravidar num momento indesejado não se confirma quando avançamos sobre a realidade. Podemos usar, como síntese, a História 35, que a mulher relata ter feito quatro abortos: “Camisinhas estouram, os caras não aceitam, a gente esquece o comprimido, ou ele falha. Não é azar ou mentira, essa é a vida real”.

Na tentativa de perceber as complexidades que envolvem as vidas vividas, é muito difícil estabelecer relações diretas de causa e consequência quando tratamos de fenómenos sociais. Entretanto, podemos refletir sobre como este somatório onde encontramos (i) a ausência de uma educação sexual que permita às mulheres terem conhecimentos que as deixem menos vulneráveis, inclusive a relacionamentos violentos; (ii) as expectativas de comportamento sexual pautadas no não exercício da sexualidade; e (iii) estruturas de poder que autorizam os homens a se desresponsabilizarem de todos os aspectos da reprodução, da contraceção ao cuidado, criam um contexto propício para gravidezes indesejadas e, consequentemente, para a possível realização de abortos clandestinos.

3.6. “EU SOU UMA MULHER PRIVILEGIADA. NÃO MORRI, EU TIVE DINHEIRO PARA IR NUMA CLÍNICA LIMPA, TIVE PESSOAS QUE SOUBERAM ME ORIENTAR PARA ONDE IR. EU PENSO NAS OUTRAS MULHERES QUE NÃO TIVERAM O MESMO PRIVILÉGIO QUE EU”⁴⁰

O Dicionário Priberam da Língua Portuguesa define “privilégio” como “1. Direito ou vantagem concedido a alguém, com exclusão de outros; 2. Título ou diploma com que se consegue essa vantagem; 3. Bem ou coisa a que poucos têm acesso, 4. Permissão especial; 5. Imunidade, prerrogativa; 6. Qualidade ou característica especial, geralmente positiva”. Por falarmos, aqui, de privilégios sociais, podemos assumir a primeira e a terceira definições como as que se encaixam no uso que a palavra assume no contexto deste trabalho. Assim, lembramos também os dados e teorias levantados no primeiro capítulo desta dissertação, que explicam e explicitam as dinâmicas de privilégio e exclusão no Brasil através dos marcadores de género, étnico-raciais e de classe.

Trazemos esta questão porque as estórias mostram que não existe universalidade na experiência do aborto clandestino; não é porque todas – salvo a História 8 – tratam de casos ilegais

⁴⁰ História 6

que todos aconteceram da mesma forma ou com as mesmas consequências. Neste sentido, com o olhar no conceito de interseccionalidade e nas “diferenças que fazem a diferença” (Crenshaw, 2002), queremos levantar uma discussão sobre o que será um privilégio num aborto clandestino.

De forma geral, podemos afirmar que as estruturas sociais replicam seus privilégios de classe e étnico-raciais também nesta situação, de forma a condicionar a experiência partilhada do patriarcado. Além destes, encontramos duas outras ideias principais: privilégios relacionados a conhecimento, nomeadamente onde ir, no caso de clínicas, mas também como usar os medicamentos, onde comprá-los; e o privilégio de ser acolhida, seja pela família, pelo companheiro ou por amigos, tanto na gravidez como na decisão pelo aborto.

Nesta perspectiva, os relatos são explícitos no que diz respeito a mulheres ricas e de setores médio-altos disporem de uma série de facilidades, mesmo na clandestinidade, que advém diretamente da sua condição de classe. Podemos citar como exemplo a História 4; a mulher conta que era “uma menina de classe média” e engravidou aos 16 anos. “Eu não me lembro da clínica, nem como foi o procedimento. Eu não fui sozinha, falei com minha família e ele com a família dele. No dia, minha mãe me acompanhou”.

A História 20 avança no mesmo sentido: “Eu sou uma garota típica da classe média – ou melhor, eu era: estudava em colégio particular, fazia faculdade, tinha plano de saúde. Aborto não era um tema proibido na minha casa, eu sabia que minha tia já tinha feito, minha avó e mesmo minha mãe”. Na sequência, ela conta que a clínica que realizou o procedimento foi inclusive indicada por outra médica que frequentava. Temos também a História 24; aqui, a marcação de classe aparece através da profissão da mãe, que era médica ecografista na época que a especialidade estava a começar no país. A mulher, com apoio da mãe, procurou uma tia que já tinha feito um aborto e foi levada para “uma clínica no centro da cidade”, que “ficava numa galeria, se entrava e depois tinha o consultório, como se fosse de um médico mesmo”.

A hipótese de fazer um aborto numa clínica, mesmo que clandestina, mas num espaço limpo e acompanhada por profissionais de saúde, que vão realizar um procedimento com anestesia e sem deixar sequelas e com remédios para prevenir infecções é uma possibilidade que está associada diretamente a ter dinheiro para pagar por isto.

Podemos apontar, ainda, outro elemento: socialmente, parece existir um certo nível de tolerância com estes lugares que atendem mulheres localizadas numa determinada classe social, as quais, pela configuração demográfica brasileira, usualmente partilham de um mesmo marcador

étnico-racial⁴¹. Isto se expressa em discursos como da História 32 – “Conheci dois médicos que faziam aborto no Brasil. Um deles, na minha cidade, tinha uma clínica de muito movimento, junto a um hospital superfamoso da cidade” – ou da História 40 – “Era uma clínica bem arrumada, com placa, nada disfarçado ou escondido. Todo mundo sabia o que acontecia lá dentro, e havia muitas mulheres”.

A mesma tolerância inexiste nos hospitais públicos para onde as mulheres mais pobres, que comumente também partilham de um marcador étnico-racial, são levadas quanto têm complicações. Nestes casos, elas ficam a depender da sorte de serem atendidas por um profissional que faça prevalecer o tratamento de saúde, não uma questão do ponto de vista moral. Podemos citar a História 2: “Eu gritava de dor, os médicos e enfermeiras foram muito rudes comigo. Eles sabiam que eu tinha provocado um aborto. Eu fiquei numa maca mais de 24 horas, e sangrava muito. Minha amiga ouviu um deles dizer que esperava que eu perdesse o útero para nunca mais ter filhos. (...) Eu fiz imediatamente uma curetagem, mas senti tudo. Eu sentia e ouvia rasparem meu útero. Eles não me deram anestesia. Assim que acabou eu já saí andando da maca. Eu tinha certeza que eles iam chamar a polícia. O mais certo é dizer que eu fui do hospital”.

Outro caso é o da História 38: “Minha sogra me levou a uma senhora que fazia aborto. A mulher era auxiliar de enfermagem aposentada, tinha trabalhado com um médico que fazia aborto. Ela introduziu uma espécie de torçal de borracha na minha vagina, mandou eu voltar em 24 horas ou quando eu sangrasse. Era uma casa bem pobre. (...) Ela fez o procedimento com aquela borracha em mim, não prestei atenção se ela ao menos lavou as mãos. (...) Comecei a ter febre, era muita febre e um sangramento. Minha mãe e minha irmã começaram a desconfiar, fui levada à maternidade e lá eu fui muito maltratada. Eu sempre mentia, como a minha sogra e a mulher tinham mandado. O hospital parecia uma delegacia. Fiquei lá vários dias, acho que foram quatro, todos os casos passavam na minha frente. Eles queriam me punir, saía um líquido escuro como café e fedia muito. Um deles, que estava lá no hospital, disse: ‘essa aí é aborteira, todo ano ela vai chegar aqui’”.

No entanto, trazemos mais uma vez a dinâmica descrita por Collins (1990) na matriz de dominação: as pessoas são, ao mesmo tempo, privilegiadas e excluídas em eixos diferentes. Como os outros, as relações de privilégios no aborto clandestino não são estáveis. Observamos isto ao ter em vista os outros dois pontos aqui elencados, nomeadamente o conhecimento e a acolhida. Se a condição de classe é determinante na possibilidade de ir a uma clínica boa e segura, outros

⁴¹ Dentre o 1% de pessoas mais ricas no Brasil, oito em cada dez são brancas; na população mais pobre, três em cada quatro pessoas são negras (Vieira, 2016, citada no primeiro capítulo deste trabalho).

tipos de privilégios podem ser importantes nas ocasiões que esta opção inexiste. Vamos partir do contraste entre duas histórias de mulheres que fizeram aborto com medicamentos para explicar este ponto.

Primeiro, temos a História 30. A mulher engravidou de um namorado enquanto era estudante universitária; ela decidiu pelo aborto e, na sequência, foi abandonada pelo companheiro, ofendido pela ideia. A marcação de classe, além da presença na universidade historicamente não fazer parte da realidade das classes baixas, é explícita também nesta afirmação: “Eu já era funcionária pública neste momento, achei que esse meu status me ajudaria a solucionar o aborto”. Entretanto, as coisas não correram tão bem. Ela conseguiu aceder aos medicamentos através de um amigo que estava a trabalhar numa farmácia e ele pediu para encontrá-lo num quarto alugado. “Eu fui, ele dizia que havia conseguido uma injeção. Quando cheguei lá, eu retruquei muito, mas ele trancou a porta e me disse que só aplicaria a injeção se eu mantivesse relações sexuais com ele. Ele me acusou de eu estar sozinha, de não ter ninguém, só ele. Dizia que eu era uma mulher sozinha sem homem. Ele me bateu, forçou o sexo, até me mordeu. Ele aplicou a injeção e não fez efeito nenhum”. Depois, ela conseguiu os remédios de outra forma, faz o aborto e corta relações com o até então amigo e nunca contou para a família. “Eu, no final, sentia culpa ou vergonha de tudo, não sei explicar”, lembra.

Temos, então, a História 19, que a mulher relata ter feito dois abortos. Vamos, por agora, nos deter ao primeiro. A marcação de classe é oposta: “Eu era a primeira na minha família a ir para faculdade. Meus pais são analfabetos. (...) No primeiro [aborto], eu era ainda estudante, tinha 22 anos. Morava no alojamento estudantil, o dinheiro faltava muito”. A jovem conseguiu aceder aos comprimidos através de algumas colegas que a apresentaram para pessoas do departamento de farmácia e o aborto aconteceu sem complicações. Ao contrário do relato anterior, ela decidiu falar sobre e foi punida por isso: “Depois do procedimento, precisava de cuidado, precisava contar a verdade para minha família. Falei para minha mãe que foi supermoralista comigo, minha irmã havia acabado de ter um bebê (...) Depois de tudo acabar, eu contei à professora da bolsa sobre o aborto, ela fez um sermão horrível, falou do cara, e depois de uns dias perdi minha bolsa. Não posso dizer que ela me tirou a bolsa por isso, mas foi muita coincidência. Era a única estudante negra no grupo dela”. Aqui, aparece também de forma explícita o marcador de raça.

Encontramos situações com pontos de partida parecidos (estudantes universitárias), atravessadas por condições de classe e provavelmente de raça muito diferentes. O “status de funcionária pública” e os benefícios que daí advém da História 30 não garantiram um aborto seguro ou efetivo, nem deixou a mulher imune à uma situação de violência sexual, praticada justamente pela pessoa que supostamente ia ajudá-la, ou de ser enganada, uma vez que não existe

Citotec injetável, mas ela não sabia. Na História 19, por sua vez, uma série de fatores que podemos associar à categoria do conhecimento, como as amigas que indicaram com quem falar e os colegas do departamento de farmácia que forneceram os medicamentos corretos puderam proporcionar um procedimento sem complicações. A condição de classe original foi menos determinante do que o acesso às informações corretas sobre como proceder num aborto com medicamentos.

A jovem da História 19, contudo, era uma exceção na composição da juventude universitária no Brasil – apenas 12,8% da população negra chegou ao ensino superior, segundo dados do IBGE de 2015 (Vieira, 2016). Considerando ainda a distância temporal em relação ao dado apresentado, a composição étnico-racial universitária que a jovem viveu na universidade na época deste primeiro aborto era ainda mais desigual. Neste sentido, podemos arriscar que as colegas que fizeram a ligação entre ela e os estudantes de farmácia provavelmente tinham marcadores sociais distintos da narradora e, de alguma forma, estavam a emprestar o estatuto social privilegiado do que dispunham através da partilha de conhecimento sobre como aceder a um aborto seguro.

Sobre a acolhida, as duas experiências mostram-se negativas de formas diferentes. A História 30 não menciona ter contado para a família, apenas uma sugestão que os pais não sabem do aborto; no entanto, a mulher foi abandonada pelo namorado e violada pelo amigo que devia ajudá-la. Na História 19, a jovem primeiro sente a necessidade de contar para a família e a mãe briga com ela; além disto, conta para a professora e perde a vaga de participação no projeto onde era bolsista. Todavia, encontrou colegas que a ajudaram e continua com o mesmo companheiro até o momento que conta a história, a despeito de ele não ter ajudado naquela ocasião.

Para finalizar este ponto, vamos fazer uma nota sobre um elemento que se revelou para além das relações de privilégio e exclusão: a solidariedade entre mulheres. Mesmo quando famílias e companheiros falharam, amigas, colegas e conhecidas que dispunham de alguma informação sobre como aceder a um aborto clandestino da forma mais segura possível partilharam as informações que tinham com as outras. Muitas das mulheres que relatam as histórias, inclusive, contam ter ajudado outras mulheres após o aborto que fizeram. Isto, por óbvio, não é suficiente para superar as desigualdades, mas é uma rede de cuidado a que esta campanha se integra.

3.7. “EU SEI SE FIZ A COISA CERTA, EU NÃO QUERIA ME EXPLICAR COM VOCÊ QUE NÃO SOU EGOÍSTA. POR QUE AS PESSOAS DIZEM ISSO, VOCÊ SABE ME EXPLICAR?”⁴²

Neste último momento, vamos tentar explicar “por que as pessoas dizem isso” e tantas outras coisas negativas a respeito do aborto e das mulheres que abortam através da análise das marcas

⁴² História 7

discursivas que indicam a atuação das estruturas de poder. Muito disto já foi tratado de alguma forma nos tópicos anteriores; o objetivo de toda esta análise é, afinal, a busca por padrões e estruturas sociais. Entretanto, consideramos relevante acrescentar ainda algumas questões.

Comecemos por um facto: não existe nenhum relato de mulher que tenha sido denunciada à polícia, ainda que todas as histórias digam explicitamente que outras pessoas sabiam que algo considerado crime estava a acontecer. Nenhuma foi processada segundo a lei penal, mas quase todas contam terem se sentido de alguma forma punidas por outras estruturas de poder: sofreram desnecessariamente durante o procedimento; viveram violências físicas e psicológicas por parte dos serviços de saúde, dos companheiros e da família. O hospital, a escola e a casa constituíram-se em locais não de acolhida, mas de um castigo sobre o qual médicos, professores e familiares assumem a posição de juízes.

Podemos trazer algumas passagens: “Eu gritava de dor, os médicos e enfermeiras eram muito rudes comigo. Eles sabiam que eu tinha provocado um aborto”⁴³; “O meu castigo seria viver o mesmo ano duas vezes, talvez para eu nunca esquecer que eu tinha feito um aborto. Você pode perguntar por que não brigamos com a escola? Por medo, por vergonha, porque aborto é crime. Eles podiam fazer o que quisessem comigo, eles sabiam que tinha sido um aborto provocado”⁴⁴; “Eles só iam cuidar da dor se eu confessasse. Eu tinha medo de falar. Os médicos sabiam quem eu era e que eu tinha feito algo muito errado (...) Eu sou uma mulher de estrutura grande, quando fui violentada, eu ouvi na delegacia, ‘por que não reagiu’. Não reagi porque o mundo não é o que o papel diz. Eu sou uma trabalhadora sexual e eu preciso trabalhar sexualmente”⁴⁵; “Depois de tudo acabar, eu contei à professora da bolsa sobre o aborto, ela fez um sermão horrível, falou do cara, e depois de uns dias perdi minha bolsa. Não posso dizer que ela me tirou a bolsa por isso, mas foi muita coincidência. Era a única estudante negra no grupo dela”⁴⁶.

Outra face desta punição é a ideia de atribuição de culpa: as mulheres merecem o sofrimento pelo que estão a passar e são responsáveis por se colocarem nesta situação. A História 11 faz uma síntese: “Essas pessoas todas da minha família, e tantas outras que ouvirão minha história, dirão ‘sou contra’. Dirão que a mulher é culpada por desejar sexo e não se cuidar. Dirão que é criminosa porque fez, que é pecadora. Ela é culpada na terra pela justiça dos homens, é culpada no céu pela justiça divina (...) Por que só nós temos a responsabilidade de ser ‘boa moça’ e de assumir a culpa se não formos?”

⁴³ História 2

⁴⁴ História 4

⁴⁵ História 5

⁴⁶ História 19

Assim, a punição socialmente aplicada pela gravidez e pelo aborto assume também um sentido de castigo pelo exercício da sexualidade feminina, por não cumprir a responsabilidade de ser ‘boa moça’. Trazemos a História 33: “Não havia entre mim e minhas referências femininas da casa qualquer contato mais caloroso, qualquer trato sobre sexualidade, sobre viver o feminino plenamente. E veio num susto. Um resultado positivo, um pavor em meu coração. Uma frase cruel, dita por minha irmã, a primeira a saber, accidentalmente, ecoa ainda hoje em mim: ‘A gente não esperava outra coisa de você’”.

Quem é esta mulher da qual a família não espera outra coisa que não uma gravidez precoce, no caso, ainda enquanto era estudante universitária? E por que esta é uma expectativa ruim? A narradora não especifica, mas, frente aos significados que temos identificado nesse processo, podemos afirmar que esta expectativa negativa da família sobre si está ligada à comportamentos que destoam do que é o esperado comportamento sexual feminino. Neste sentido, a gravidez não só é punida como pode também ser considerada uma das facetas da punição pelo exercício da sexualidade, atribuindo-lhe um sentido negativo muito distante de ideias românticas de maternidade.

Ainda sobre esta questão, consideramos relevante fazer um breve debate a respeito do que se trata este ideal de feminilidade e comportamento sexual feminino. Para isto, recorremos à filósofa norte-americana Angela Davis (2016). Apesar da obra centrar-se no contexto dos Estados Unidos, identificamos muitos elementos estruturais que fazem de suas reflexões apropriadas também à realidade brasileira.

A autora fala sobre a “ideologia da feminilidade” como uma consequência da industrialização, que se popularizou através de revistas femininas e romances, de forma que “as mulheres brancas passam a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo (...) ‘Mulher’ se tornou sinônimo de ‘mãe’ e ‘dona de casa’ (...) Mas entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente” (Davis, 2016: 29). Esta distinção persiste do ponto de vista da sexualidade, avança a filósofa ao longo do texto, com a ideia de feminilidade branca associada a castidade, enquanto as mulheres negras são associadas à promiscuidade, à imoralidade e à lascívia (Davis, 2016).

De volta às histórias em análise, apontamos que as expectativas sobre o comportamento sexual das mulheres, conforme são relatadas, estão mais próximas desta ideia de feminilidade branca e casta; as condutas consideradas reprováveis, que deixam as famílias decepcionadas e que devem ser punidas, por sua vez, estão próximas do que foi socialmente construído como um desejo sexual infinito das mulheres negras. Assim, as estruturas de poder que se sustentam no

patriarcado e no racismo se expressam nas narrativas da vida cotidiana, numa esfera tão íntima como é a da sexualidade.

A sequência disto é a aplicação do mesmo tipo de diferenciação entre as mulheres que fazem abortos: a “mulher direita” não aborta, enquanto as que abortam são irresponsáveis, egoístas, promíscuas, culpadas. Trazemos aqui a História 18, um caso de aborto espontâneo, mas que a mulher foi acusada de tê-lo provocado e descreve no seu relato as violências sofridas a partir desta hipótese e a reflexão de faz a partir daí: “Ela [a médica] respondeu de uma maneira bem grossa ‘Já era, você perdeu, você abortou’. Eu tinha abortado, entende? Ela não parou aí, ‘Você não enfiou nada?’ Ela disse essa palavra: enfiou. Eu só respondi que era casada. Depois tive ódio de mim: inconscientemente, lá estava repetindo o mundo que separa as corretas das putas. Como se casadas não abortassem. Demorei 20 anos, mas aprendi a resposta certa (...) Como me arrependo de ter dado aquela resposta. Mas é que eu também acreditava nisso na época – que mulher direita não aborta. A hipocrisia sobre isso precisa acabar. Em mim, ela acabou”. Encontramos também um confronto entre crenças e realidade, e a consequente transformação do pensamento anterior sobre a questão.

Outro exemplo é a História 37, onde a alteração da postura em relação ao aborto acontece também a partir da violência sofrida no hospital: “Os residentes passavam por mim e eu os ouvia falar, se referir a mim como ‘a aborteira’. Foram dias muito difíceis e eu cheguei a ouvir esse diálogo que eu conto agora: uma mulher perguntava para outra ‘quem é essa aí no canto?’ ‘Ela fez um aborto, ela tá aí para lembrar o que ela fez, para apagar o que ela fez’. (...) Eu saí do hospital andando e, naquele dia, naquele momento, eu me transformei numa feminista. Agora eu sou uma lutadora pela descriminalização do aborto, e sabe quem fez isso comigo? Eles fizeram isso comigo. Eu sobrevivi por sorte, mas aprendi a lição sobre o que é resistir e é o que eu venho fazendo desde então, e é o que eu faço aqui, mais uma vez”.

É impossível não realçar a diferença entre esta expectativa de comportamento sexual para as mulheres e o tratamento dado aos homens sobre a mesma questão. Deles, aceita-se que tenham vida sexual, que não se cuidem, que corram o risco de engravidar a companheira e, além de tudo, não são punidos nem criminalmente nem socialmente pelo aborto. “Eu não desejava fazer um aborto, não existe isso, ‘ah, eu desejo fazer um aborto’. Era uma necessidade. Só que eu também não queria que me marcassem como alguém que havia perdido um filho. Isso nunca foi dito ao meu namorado, entende?”, pondera a História 4.

Além disto, encontramos nas estórias uma diversidade de relações abusivas em diferentes níveis, que se sustentam e são fortalecidas através de ideais de amor romântico, do despreparo

das mulheres para identificar abusos, da ausência de educação sexual que permita proteger-se ou mesmo perceber que o prazer sexual também é para si.

Outra questão que emerge da leitura é sobre ideia da maternidade idealizada e necessariamente desejada, fazendo do aborto motivo para uma eterna carga de culpa. A História 32 propõe uma reflexão justamente no sentido contrário: “Tenho muitas amigas que abortaram também. Eu já abortei e não tenho trauma algum. Sei que as histórias tristes não são as nossas que abortamos, mas as de mulheres que não conseguiram abortar. Você ouviu essas histórias? Essas são de trauma e sofrimento, mulheres forçadas a serem mães”. Precisamos apontar que a mesma história aponta marcadores sociais que são determinantes para fazer da experiência de aborto dela não traumática.

No entanto, o desejo de não ser mãe aparece também em relatos com marcas discursivas de classe diferentes, como a História 38: “Eu tive um filho aos 18 anos, era minha primeira gravidez, não planejei e não queria, mas não pude abortar, embora eu pensasse nisso, não tive oportunidade”. A oportunidade para o aborto, neste caso, podia ter sido propiciada justamente pelo que consideramos privilégios no tópico acima: recursos financeiros e conhecimento sobre como fazer.

Finalmente, precisamos apontar uma reflexão sobre a própria clandestinidade. Investigações já constataram que a proibição é ineficiente no sentido de evitar que abortos aconteçam; a análise das histórias confirma isto. O que surge a partir dos relatos é justamente o questionamento contrário: pode a criminalização, na verdade, contribuir para aumentar a quantidade de abortos? Por um lado, que países que legalizaram a prática tiveram estabilização ou decréscimo de casos (Boueri, 2018). Por outro, avançando sobre os relatos, encontramos a reflexão que a ausência de informações sobre saúde sexual e relacionamentos, assim como o silêncio e o segredo sobre práticas sexuais e relacionamentos são determinantes para a recorrência tanto de abortos como de uma nova gravidez indesejada.

Para concluir, citamos o relato da História 35, que faz esta síntese de forma explícita: “O que as 4 histórias têm em comum? Em todas eu tive que resolver sozinha, em todas eu não fui cuidada para evitar que um próximo acontecesse, em todos o que havia de errado na minha vida afetiva e sexual, continuou errado. Se eu sofria violência, eu não pude falar com os médicos. Se eu não usava certo o método, não pude falar no hospital. (...) Isso da clandestinidade fez com que eu fizesse 4 abortos. Sou uma mulher com universidade, trabalho, bem informada. O que eu errava, eu continuava errando. É sobre isso que eu queria falar: se o aborto não fosse proibido, nós poderíamos cuidar das mulheres como eu para que não passassem por tantas experiências assim”.

CAPÍTULO IV: COMUNS E ÚNICAS SÃO AS EXPERIÊNCIAS DE ABORTO

4.1. CONTAR DE SI É TAMBÉM FALAR DO MUNDO

Entramos agora na segunda etapa desta análise. Conforme explicamos antes, neste capítulo nos concentraremos no estudo de algumas estórias na integralidade. Se a análise dos relatos como conjunto nos deu a possibilidade de perceber estruturas e processos sociais, agora a intenção é alargar a aplicação do método sobre os outros elementos a serem considerados na análise do discurso. Desta forma, estão em análise o próprio discurso e as formações discursivas; o sujeito deste discurso, uma vez que o anonimato das histórias não as destitui de marcações sociais; e a intertextualidade, as outras ordens de discursos que o compõem, os quais afirmam e negam, como se relacionam com enunciados e contextos⁴⁷.

Não perdemos de vista em momento algum que os discursos em análise são também relatos de vida. Como tais, e por assim serem, nos permitem perceber processos socioculturais através de experiências particulares (Kofes, 1994). É possível, portanto, que questões que já foram tratadas de forma coletiva no capítulo anterior retornem agora. Acreditamos que a riqueza deste processo está justamente em perceber de que modo as estruturas que identificamos antes através de um conjunto de vivências interagem entre si e no nível da biografia pessoal, conforme avança Collins (1990) nas explicações sobre a matriz de dominação.

Assim, para este capítulo optamos por trabalhar com quatro relatos, o que corresponde a 10% do total analisado na etapa anterior. O critério de quantidade foi decidido pelo que consideramos possível de realizar nos limites desta investigação. As histórias foram escolhidas na tentativa de contemplar uma diversidade de casos que se relacionassem com as categorias que analisamos na etapa anterior. Assim, optamos por um caso de aborto legal, a História 8; um relato de relacionamento abusivo, a História 13; um relato de dois abortos, a História 19; e um caso no qual a mulher estava casada e já tinha uma outra filha, a História 37. Apresentamo-las a partir de agora.

4.2. HISTÓRIA 8

O que é anencefalia? É uma má-formação grave do tubo neural. Eu explico de maneira ainda mais simples: o feto não vai sobreviver, porque não tem cérebro. Essa foi a pergunta que fiquei me fazendo semanas seguidas, lendo o que eu podia, até que encontrei um médico que me explicou. Eu estava grávida de um bebê com anencefalia. Eu descobri que estava grávida

⁴⁷ Conforme descrito no Capítulo 2 deste trabalho, chegamos a esta síntese sobre o processo de análise do discurso através do estudo de Brandão, 2012; Carregnato e Mutti, 2006; Capelle, Melo e Gonçalves, 2003; Carvalho, 2015; Chouliaraki e Fairclough, 1999; e Maingueneau, 1996.

no dia 21 de março de 2017. Vivi uma mistura de sentimentos: eu me sentia grávida, um sentimento único que só quem viveu sabe explicar. Eu já imaginava como seria o rostinho, se seria menino ou menina. Até sonhar com chá de bebê eu comecei.

A História 8 não começa a partir da apresentação de si, mas de um diagnóstico médico: a anencefalia, uma má formação fetal incompatível com a vida. Ao contrário de muitos relatos que trouxemos no capítulo anterior, este se destaca porque a mulher fala do desejo de ser mãe e o associa a sentimentos positivos, alegria, expectativa. Podia não ter sido uma experiência de aborto, mas tornou-se pela impossibilidade do bebé sobreviver.

Existe também uma marcação temporal explícita: 2017. Realçamos este ponto porque foi apenas a partir de 2012 que o aborto de fetos anencefálicos começou a ser abrangido pela Lei; é o único caso de má-formação que dá às mulheres o direito de interromper a gravidez legalmente. Segundo notícias da época, dados da Organização Mundial de Saúde colocavam o Brasil como o quarto país do mundo em nascimentos com anencefalia, com incidência de um caso para cada 1600 nascimentos, segundo dados da Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia (Gonçalves e Lapa, 2008: 142).

Eu esperei as 12 semanas, pois dizem que é a fase mais comum de aborto espontâneo. Muito feliz eu me preparei para a minha primeira ultrassonografia morfológica. Fiquei três horas esperando o atendimento, e quando a médica começou o exame, ela logo ficou em silêncio. Eu fazia perguntas, e ela se esquivava das respostas. A consulta foi rápida e ela não me deu o laudo. Disse que eu fosse para casa. Passaram cinco dias e nada do laudo. Resolvi ir a outro médico. Ouvi tudo de uma vez só. Eu não acreditava que Deus estava fazendo isso comigo, eu só chorava e chorava. Fiquei com raiva de Deus, preciso confessar.

Durante 12 semanas, o projeto de ter um filho foi amado, acalentado e motivo de felicidade. Inclusive, se este é o período mais comum de abortos espontâneos, podemos inferir que superar esta marca temporal assume um significado de que a gravidez vai até o fim, aumenta a confiança de alcançar o sonho de ser mãe. O ponto de virada é o exame que diagnostica a anencefalia. A mudança na descrição dos sentimentos é também uma mudança no significado atribuído à gestação, que não é mais um projeto de vida e realização, mas algo que gera luto e tristeza.

É também neste momento, a marca discursiva “Deus” começa a se fazer presente e segue por toda a história. O diagnóstico de anencefalia é descrito não como um acaso da genética que todas as mulheres grávidas correm risco e que acontece até frequentemente, mas como uma obra da vontade de Deus – “Deus estava fazendo isso comigo”. Temos uma primeira marca de intertextualidade: o diálogo com o discurso religioso sobre o tema. Esta opção nos permite deduzir que a religião e a fé formam uma dimensão relevante da forma como esta mulher se

relaciona com o mundo. Neste sentido, a escolha da palavra “Deus”, masculino, único e humanizado, com capacidade e vontade para interferir na vida das pessoas, está associada à construção da divindade da tradição cristã; podemos avançar, portanto, que esta mulher está entre os 86,8% de pessoas que se declaram católicas ou evangélicas no Brasil (IBGE, 2012) e que as verdades construídas por estes discursos que atuam sobre si.

O que isto significa em relação ao aborto propriamente dito? Desde o século XIX, a igreja católica assume a premissa da vida do ser humano criada a partir do momento da concepção e afirma o feto como sujeito de direitos, a chamada doutrina da hominização imediata; além disto, considera que este indivíduo ainda por nascer é responsabilidade de toda a sociedade (Gonçalves e Lapa, 2008: 74). As igrejas evangélicas, por sua vez, embora sejam múltiplas em seus posicionamentos sobre o tema, se expressam publicamente na direção do conservadorismo moral, especialmente sobre assuntos que dizem respeito à sexualidade (Souza, 2013: 184). Embora nenhuma destas questões apareça de forma explícita no discurso da História 8, o campo de significados trazido pela recorrente ideia de Deus nos permite considerar que, para esta mulher, o aborto era uma prática moralmente rejeitável.

Pesquisei muito e vi que os bebês não sobreviviam. Vi mentiras de histórias de bebês sobrevivendo. Mas era tudo mentira, as pessoas mentem para tirar nossa força para decidir pelo aborto. Anencefalia é incompatível com a vida, e isso não há dúvidas. Eu pensava no meu sofrimento, no sofrimento do bebê. Eu não queria passar por isso, só que lia as pessoas dizendo que uma mulher que faz aborto nesses casos é egoísta. Eu não sou egoísta, ao contrário, estava pensando no melhor para todos nós. Só que isso me perturbava. Eu rezei muito, pedi perdão, mesmo ainda tendo muita raiva de Deus. Eu tinha escolha, aquilo não era um destino de sofrimento. Eu resolvi fazer o aborto. Todos julgamos e falamos do aborto como se fosse uma coisa que não existisse. Eu tinha jurado para mim mesma que nunca faria um aborto. E lá estava eu, atrás do convênio para fazer um. O médico do convênio me disse que eu precisaria de uma ordem judicial. Isso acabou comigo, eu não sabia se isso era na polícia ou no juiz. Me sentia uma criminosa, e parecia que ninguém queria ouvir minha história. O bebê não ia sobreviver, e eu sendo acusada de querer matar alguém. A sociedade julga sem mesmo saber nossos motivos.

A segunda marca interdiscursiva é o conhecimento científico. No entanto, não é um caso de contradição em relação a doutrina da hominização imediata, mas se tem hipótese de um bebé sobreviver com este tipo de má-formação ao final da gestação. A resposta da ciência a esta pergunta faz a mulher decidir pelo aborto. É com este argumento que ela suscita um debate com o discurso moral-cristão que incide no sentido contrário, explicitamente ao afirmar que existe chance deste bebé anencefálico viver e que a mulher que aborta um bebé com algum tipo de

deficiência é egoísta e/ou está a assumir uma postura eugênica. A ideia do aborto, neste interdiscurso religioso, tem o sentido de uma prática inaceitável, mesmo que signifique uma mulher levar adiante uma gravidez que resultará num bebé morto. A narradora atribui à continuação da gravidez o significado de “destino de sofrimento”.

O contraponto a este “destino” é a “escolha”, o aborto. Chamamos atenção para a escolha das palavras, também oriundas de tradições de narrativas cristãs. A interrupção da gravidez, por sua vez, assume significados múltiplos: é a solução para um problema, a escolha frente a um destino, mas também algo errado pelo qual é preciso pedir “perdão”. Temos, assim, uma terceira marca interdiscursiva da religião: a ideia de perdão, que se relaciona de forma direta e oposta à ideia de pecado, algo considerado errado. A “escolha”, portanto, é algo que precisa ser perdoado, algo que tinha jurado que jamais faria. Outro aspecto a ser realçado é justamente o confronto entre crenças pessoais e realidade como capaz de transformar o posicionamento sobre uma determinada questão.

Na sequência, a narradora procura o convênio médico para realizar o procedimento. Identificamos uma marcação social de classe que a localiza nos setores médios ou altos, uma vez que não depende dos serviços públicos para aceder à saúde. É também neste espaço que atuam estruturas de poder formais. O confronto anterior tinha acontecido no campo da moral e da religião, materializado num dilema íntimo; agora, os mesmos eixos se expressam no julgamento social, no desinteresse e na atuação do médico, que condiciona a operação a uma ordem judicial e a empurra para os labirintos do sistema de justiça formal.

Queremos também chamar atenção para o final: “a sociedade julga”. Não existe menção explícita a qualquer pessoa além da médica do convênio, o que faz desta formação discursiva ou uma sugestão de que outras pessoas souberam da situação ou uma identificação, por parte da mulher, de toda a sociedade a atuar através do comportamento da médica. Disto, podemos interpretar dois significados que não são auto excludentes: um literal, no qual ela está a se referir às estruturas formais de poder e ao discurso de verdade; e outro que diz respeito à uma busca por apoio, possivelmente em amigos e familiares, que falhou.

Eu decidi pelo aborto. Comecei a procurar um advogado, fui na defensoria pública de meu estado. Nada, ninguém me ajudava. Fui pesquisar por minha conta. Descobri que havia uma decisão do Supremo Tribunal Federal que me dava esse direito. Era como se fosse uma nova lei – eu não precisava de mais nada nem de ninguém. Só de minha decisão, e ela eu já tinha tomado. Mandei a decisão judicial para o convênio, e eles demoraram a me responder. Eu, às vezes, penso que a primeira médica e o convênio queriam me obrigar a não fazer o aborto.

As estruturas de poder, no sentido de dar sustentação ao regime de verdade (Foucault, 1999), atuam de muitas formas. Uma delas, podemos avançar, é na dificuldade de acesso ao sistema de justiça propriamente dito, expressa na ideia que “ninguém me ajudava”. Recorrendo aos profissionais que deviam orientá-la, a mulher não recebeu apoio ou informação.

Outra forma de atuação desta estrutura de poder é a supressão de informação, o retardo nas decisões e a vagarosidade em atender aos pedidos. Nesta época, a decisão do Supremo Tribunal Federal que autorizava o aborto de fetos anencefálicos já tinha cinco anos, mas nem o médico, nem a defensoria pública ou advogado orientaram a mulher a perceber que o caso que vivia estava contemplado pela nova normativa; ela descobre apenas quando faz uma investigação por conta própria. Ainda assim, ao enviar esta informação para o convênio, não obtém resposta. A própria narradora expressa a ideia de que a médica e o convênio queriam obriga-la a não fazer o aborto; se isto não era a realidade, este foi o sentido percebido e atribuído às ações, fizeram valer o discurso “verdadeiro” que proíbe o aborto.

Eu saí à procura de um serviço de aborto legal, eu descobri que existiam, e antes não sabia. Um anjo me atendeu no serviço. Eu tenho certeza que Deus voltou a cuidar de mim. Passei noites sem dormir, com coração acelerado, até o dia do procedimento. Era uma segunda-feira, cheguei no hospital e já recebi a medicação. Eu tive o trabalho de expulsão, senti dores intensas. A enfermeira disse que era para eu não ver o bebê, mas como eu ia conseguir viver sem saber se fiz a coisa certa? Depois que eu o vi, tive certeza de que fiz a coisa certa. Ele era lindo. Quando saí do hospital na quarta-feira, eu senti que fiz a coisa certa.

Outra supressão de conhecimento que reforça o discurso de verdade do aborto como algo errado e socialmente condenável é o desconhecimento dos serviços de aborto legal. Neste momento, a narrativa que tinha se tornado mais prática volta a ter marcações interdiscursivas relacionadas à religião: “um anjo me atendeu”; “Deus voltou a cuidar de mim”. Podemos encontrar uma inversão nos significados que são atribuídos a este discurso religioso: antes, era algo contra o qual se argumentava; agora, é a que se atribui ter alcançado a solução. O Deus que fez do bebé anencefálico é o mesmo que a faz ser bem atendida num serviço de aborto legal e conseguir fazer o aborto propriamente dito.

Fazemos uma nota para observar que no serviço de aborto legal, o procedimento não é descrito como traumático ou violento. Pelo contrário, está relacionado à palavra “cuidado”, o cuidado de Deus. Existe até mesmo uma preocupação com a saúde mental por parte da enfermeira em sugerir que a mulher não veja o bebé, mas a vontade da paciente é respeitada e, ao ver o filho, ela reafirma a certeza da decisão através de uma afirmação positiva: “Ele era lindo”.

É tão triste eu ter passado por isso e pessoas que não me conhecem, que não sabem de minha história, saírem julgando. Eu estou aqui para compartilhar com todas as mulheres que passaram pelo mesmo que eu e não tiveram apoio, ou que não sabiam dos seus direitos, eu quero que elas saibam que não estão sozinhas. Eu fiz a minha escolha, era meu direito, e ninguém tira de mim. Eu estou agora em paz, pois sei que foi o certo. Não digo que foi fácil, mas foi a minha escolha e isso ninguém pode tirar de mim.

O fim da História 8 é dedicado a outro momento de argumentação interdiscursiva, com a verdade moral e religiosa, agora também materializada no convênio e no sistema de justiça. A mulher avança na crítica sobre a postura social de julgamento e condenação automáticas ao contrário da compreensão sobre uma decisão nascida de um contexto; temos aqui, se não um confronto, uma nova proposta de embate entre crenças e realidade. Ademais, ela toma parte de um processo de cuidado coletivo através da partilha da experiência e dá ao público da campanha informações práticas que não tinha: o direito de abortar legalmente neste caso específico, a existência de serviços de aborto legal; quer que outras mulheres se sintam acolhidas.

No encerramento, a mulher ainda avança na defesa da escolha pessoal como algo inalienável, um interdiscurso historicamente alinhado à defesa feminista da legalização do aborto e não à religião com que dialogou ao longo de todo o percurso anterior. Realçamos a curiosidade desta conclusão, uma vez que numa menção anterior da mesma narrativa, a escolha era algo pelo que precisava pedir perdão.

Por último, precisamos fazer nota a duas ausências, entendendo o silêncio sobre determinados aspectos também como marcas discursivas. Primeiro, toda a história é contada a partir do pronome “Eu”; não existe qualquer menção a um companheiro, ainda que a gravidez fosse desejada, ou mesmo a alguma amiga ou familiar. Não podemos somente a partir daí deduzir que não existem, mas podemos inferir que não foram relevantes neste processo ou se encontram dentro do discurso “a sociedade julga”. Nos dois casos, a perda do filho pela má-formação e o aborto foram vivenciados em solidão.

A segunda nota é o não relato, ao longo da história, de qualquer hipótese ou reflexão sobre fazer o aborto de forma clandestina, ainda que a princípio ela não tivesse conhecimento da lei que abarcava o caso ou dos serviços de aborto legal. Podemos refletir se a procura imediata pelo convênio, somada a outras marcas discursivas, representa a confiança num sistema de privilégios sociais, mas reconhecemos a ausência de elementos suficientes para validar esta afirmação. Mesmo assim, num país que a quantidade de abortos clandestinos é de uma em cada cinco mulheres em idade reprodutiva (Diniz, Medeiros e Madeiro, 2017), pouca informação sobre os poucos casos de aborto legal e difícil acesso à justiça, esta é uma opção intrigante.

4.3. HISTÓRIA 13

Eu não sei por que estou chorando. Já contei tantas vezes, para tantas amigas. Nunca choro. Acho que é porque agora eu consigo entender – não existe isso de um “fato do aborto”, mas várias histórias que levaram à minha decisão. Pela primeira vez, eu estou contando tudo: minha mãe, meu pai ausente, o namorado abusador. Ele me agredia. Eu tinha 17 anos, morava com minha mãe. Ela não tinha me criado, era Testemunha de Jeová, e me teve muito cedo. Ela queria ser independente antes de me criar. Meu pai morreu quando eu tinha um ano, só conheci ele por fotografia. Quando minha tia morreu, eu fui para a casa da minha mãe. Nós éramos duas estranhas, eu trabalhava o dia inteiro numa casa de empréstimo consignado. Ela trabalhava numa loja. Eu tinha um namorado da mesma idade do namorado dela. Minha mãe fazia tudo por esse homem, até esconder comida de mim.

Queremos apontar dois elementos que a História 13 nos traz já na apresentação. O silêncio e o segredo parecem não ser uma dimensão constituinte desta experiência: a mulher já contou da sua vivência muitas vezes. Entretanto, esta tem uma diferença fundamental: é a primeira que expressa o aborto como uma decisão que tem origem num contexto, criado a partir de muitos eixos sociais que se cruzam na sua biografia e o conjunto faz com que chegue a esta escolha.

Ganha destaque neste caso a percepção de como o relato se constitui também como espaço de reflexão para a própria narradora e a organização do discurso e o uso da linguagem vão ajudá-la a criar relações entre factos antes desconectados. Antes do aborto, existiram a morte do pai, o abandono da mãe, a morte da tia que a criava, uma relação abusiva com a mãe e um relacionamento abusivo com o homem mais velho de quem engravidou. A mulher que chega a uma gravidez que deseja interromper é esta mulher com uma vida de relações de afeto marcadas pelo abandono e pela violência.

Além disto, temos um marcador social de classe: a narradora trabalha numa casa de empréstimo consignado e a mãe trabalha numa loja. Os trabalhos de comércio e atendimento ao público, na condição de empregadas, não estão entre posições bem remuneradas no mercado de trabalho; podemos avançar que é uma família que se localiza nos setores médio-baixos.

Outro ponto a ser realçado é a diferença de idade entre a narradora e o namorado: ela tinha 17 anos e ele, a idade do namorado da mãe. Ainda que legalmente não se trate de uma relação de pedofilia, uma vez que no Brasil a idade do consentimento prevista no artigo 217-A do Código Penal é de 14 anos, precisamos considerar que existem relações de poder e desigualdade que advém da combinação entre gênero e idade, nomeadamente no relacionamento entre uma adolescente e um homem adulto.

Após apresentar um breve panorama do que era sua vida naquele momento, ela avança sobre a situação da gravidez propriamente dita:

Eu tomava a pílula, mas de uma maneira errada. Eu me sentia mal, enjoava, não gosto de tomar remédios. E sempre tinha sido assim, por isso não achava que engravidaria. Foi um susto: fui lá fiz um teste de farmácia. Positivo. Fiquei desesperada, fiz mais dois teses. Sai de casa e fui na casa dele. Ele já tinha um filho, era um pai ausente. Nem precisei me explicar muito, ele já foi gritando: “você vai tirar. Ou quer você também ter um filho sem pai?” Sabe, eu até acho que essa seria minha decisão também, mas foi antes dele que minha. Ele sumiu, não me ajudou em nada. Eu sabia que era possível fazer o procedimento com remédio ou em clínica. Eu não queria clínica, mesmo que tivesse dinheiro. Se fosse para morrer, que fosse com tudo que eu tivesse controlado. Esperei dois meses para juntar o dinheiro, antes contei para minha mãe que estava grávida do namorado. Ela me olhou e só disse: “a decisão é sua, só não faça na minha casa”. Essa foi a preocupação dela, não sujar a casa dela.

Podemos observar a tentativa de evitar uma gravidez através do uso de um método contraceptivo, a pílula. Entretanto, os efeitos colaterais não permitiam o uso correto do medicamento. Aqui, faz-se necessário apontar duas marcas de ausência: a narradora constata que não se adaptou a pílula, mas não menciona a procura do sistema de saúde para testar outros métodos; e não existe a partilha da responsabilidade da contracepção com o então namorado através do uso de preservativo, o que nos sugere que evitar uma gravidez era uma tarefa exclusiva dela.

A desresponsabilização do homem sobre a gravidez e a influência sobre a decisão do aborto, por outro lado, são explícitas. Não só parte dele a ideia de interromper a gestação, como esta é feita por ameaça, sendo o abandono a única hipótese apresentada para o caso de ela decidir ter o filho. O conhecimento do comportamento ausente em relação ao outro filho é uma confirmação de um padrão de comportamento pelo qual ele não parece sofrer nenhuma punição social ou pessoal. Ainda assim, acatar a decisão do companheiro não fez com que ele tivesse parte do processo e a mulher foi abandonada para fazer o aborto sozinha tanto materialmente como psicologicamente.

Se a decisão pelo aborto foi, a princípio, imposta, identificamos também uma passagem que indica a tentativa de recuperar autonomia sobre si: “se fosse para morrer, que fosse com tudo que eu tivesse controlado”. A partir do conhecimento que dispõe sobre como aceder a um aborto clandestino, através de clínica ou medicamentos, a narradora faz a opção a partir do que acredita que lhe vai permitir controlar o processo. Ao método do aborto, portanto, é atribuído um significado que se relaciona com a recuperação do domínio sobre a própria vida e as próprias escolhas.

Retomamos aqui a questão do segredo. No início do relato, a mulher já tinha dito ter contado a história várias vezes após ter feito o aborto. No momento que estava a vivê-la, igualmente não o fez em silêncio: além do então namorado, contou da gravidez para a mãe. No entanto, seguindo o histórico de violência que marcava também o relacionamento familiar, não recebeu críticas, mas também não encontrou apoio ou acolhida. Assim, numa nova faceta de abandono, a solidão se constitui como uma marca que atravessa esta experiência.

Perto do meu trabalho tinha uma farmácia. Eu sabia que lá vendia, procurei o cara do balcão. Não sei se ele era farmacêutico. Ele me disse que eram 150 reais. Isso tem 12 anos, acho que foi 150, sim. Eu já estava enjoando, quase não comia. Marquei com ele para pegar os remédios. No dia, ele estava numa moto com um carona. O cara do carona me olhou e disse: “não toma os remédios não, eu cuido de você e do seu filho”. Eu não acreditei. Eu li muito sobre o remédio. Na internet parece até que citotec é remédio de rato. Mas não é, vi que em alguns países é usado oficialmente. Eu tinha que tomar dois e colocar dois com aplicador vaginal. Eu pensei que ia sangrar muito, horrores. Mas nem foi assim: sangrei, em quatro horas tudo começou a sair. Eu fui ao banheiro, e tudo desceu. No dia seguinte eu fui no hospital, eu estava com muito medo. Eu falei a verdade, quem me atendia era um grupo de residentes. Um deles foi bacana comigo, escreveu “sugestivo”, ou algo assim. Daí fizeram uma curetagem. Ninguém me julgou.

Fazemos nota a mais uma ausência: a narradora não menciona como tinha as informações que usou para aceder ao aborto, como a farmácia que vendia os medicamentos. Se, em muitas histórias, conforme verificamos no capítulo anterior, existiam mulheres que estavam dispostas a partilhar conhecimento com as outras, nesta a única marca pronominal é a primeira pessoa do singular, “Eu”. Podemos tomar isto como mais uma marca discursiva sobre a solidão, construída a partir do abandono por parte de todas as pessoas que recorreu.

Esta sequência discursiva também nos oferece mais detalhes sobre a condição de classe da narradora, uma vez que ela menciona a data do aborto e valor explícito pago pelos medicamentos. Em valores atualizados pelo IPCA e INPC⁴⁸, o valor de 150 reais há 12 anos hoje equivale a cerca de 300 reais; na época, o valor correspondia a um pouco menos da metade do salário mínimo de 350 reais; hoje, representa menos de um terço dos 998 reais. Considerando as defasagens entre o salário mínimo real e o salário mínimo necessário calculado pelo

⁴⁸ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e Índice Nacional de Preços ao Consumidor, respectivamente, são as ferramentas usadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para calcular a variação dos custos dos gastos conforme a variação da moeda.

DIEESE⁴⁹, em 2006 os 350 reais deviam ser cerca de 1500; os 998 de hoje, por sua vez, deviam estar em torno de 4200. Portanto, o valor pago pelos medicamentos há 12 anos era quase metade de um salário mínimo, que por sua vez era cerca de um quinto do que era de facto necessário para uma pessoa sobreviver no país. O gasto com os remédios foi alto e o facto de ter esperado dois meses para juntar o dinheiro mostram que o valor não era pequeno na vida daquela mulher.

Na sequência, temos um debate com um interdiscurso específico, nomeadamente a percepção social do citotec. Ela explicita na narrativa que decidiu procurar informações sobre o remédio antes de usá-lo e, a partir das descobertas, nega a ideia de que o medicamento seja ruim ou ineficaz. De forma didática, contra o discurso que diz que “é remédio de rato”, ela apresenta o argumento da legalidade da mesma substância noutras países e da recomendação da substância pela Organização Mundial de Saúde. Além disto, nos revela que, apesar da divulgação de informações sobre o medicamento estar proibida no Brasil desde 2006, não teve muitas dificuldades para encontrá-las. Finalmente, relata como o misoprostol deve ser usado – “tinha que tomar dois e colocar dois com aplicador vaginal” – e relata os efeitos – “eu pensei que ia sangra muito, horrores. Mas nem foi”. Na construção do discurso que emite e nas reflexões que faz, a narradora também divide o conhecimento com outras mulheres: o remédio é seguro, foi eficaz e o processo não foi de imenso sofrimento.

Apesar de não ter complicações e mesmo com medo, ela decide ir para o hospital. O significado desta decisão, podemos ponderar, pode estar ligado simplesmente com o cuidado com a própria saúde, mas também pode ser uma forma de aceder a algum tipo de cuidado de outros para consigo, uma vez que o namorado e a mãe não deram qualquer apoio afetivo ou material. Ao contrário de muitos outros relatos que integram a mesma campanha, este não foi um caso de violência física ou psicológica e o serviço de saúde realmente cumpriu o papel que lhe cabia de oferecer cuidado e não operar como agente de punição.

Eu demorei ainda um tempo para me separar deste namorado. Não sei se essa é a história de outras mulheres. Hoje olho e sei que eu poderia ter tido mais responsabilidade – de não engravidar, de não ter um namorado agressivo. Eu era nova, sozinha. Hoje já me perdoou de tudo isso. Até de ter sido sozinha.

O encerramento da narradora traz mais algumas questões a serem notadas. Primeiro, que apesar dos vividos em relação ao aborto, ela ainda continuou com aquele namorado por algum tempo. Podemos associar isto à relação de poder desigual entre um homem adulto e uma

⁴⁹ O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE) é uma entidade criada pelo movimento sindical brasileiro em 1955. Dentre os estudos realizado, está a publicação todos os meses da diferença entre o salário mínimo nominal e o salário mínimo necessário.

adolescente, mas também ao contexto familiar de abandono no qual ela estava inserida e na vulnerabilidade em muitas dimensões potencializada pelo aborto recente. Perceber-se e encerrar um relacionamento abusivo, afinal, não é uma fórmula e passa por um processo de fortalecimento que aquela mulher não parece ter estado a viver naquele momento.

O segundo ponto é que ela chama para si a responsabilidade por tudo o que viveu, da gravidez a estar num relacionamento violento. Na organização do discurso, não existe espaço para a responsabilidade masculina nem em partilhar a proteção em relação à gravidez ou não ser agressivo com a companheira; pelo contrário, são questões que ela atribui a si. A partilha e o cuidado por parte do homem são ideias que não aparecem neste repertório discursivo. Podemos analisar isto como uma mais uma dimensão do “verdadeiro”. Finalmente, não existe uma postura uniforme entre a experiência do aborto e outras: ainda que tenha se oposto a um discurso de verdade em determinado momento, outros elementos deste mesmo discurso continuam a operar na interpretação que faz da própria história.

4.4. HISTÓRIA 19

Eu tenho duas histórias para contar. As duas foram minhas, não sei se outras mulheres já fizeram dois abortos como eu, ou se elas contaram só uma história. Eu tenho 43 anos, estudava ainda quando fiz o primeiro aborto. Eu era a primeira na minha família a ir para faculdade. Meus pais são analfabetos. Os dois abortos foram do mesmo companheiro, ainda hoje meu marido. Vou começar com um de cada vez.

A apresentação da História 19 tem início com o que podemos chamar de uma marca de não edição, mas que também já se configura como um interdiscurso: a comparação da própria narrativa com as demais que integram a campanha. Estes elementos reforçam o pacto de confiança estabelecido entre o público e a instituição organizadora do projeto na coleta e publicação dos relatos sobre o qual discorremos no capítulo 2 deste trabalho. Além disto, a mulher que está a contar já adianta que seu relato não é de apenas um aborto, mas de dois; portanto, nem sempre o aborto é um evento isolado na vida reprodutiva.

Este começo também aponta um marcador social de classe: “eu era a primeira na minha família a ir para a faculdade. Meus pais são analfabetos”. No Brasil, as universidades têm sido historicamente um espaço ocupado pelos setores médios e elites, conforme avançamos em capítulos anteriores. Um dado que confirma a relevância desta marca discursiva em específico é que, segundo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do IBGE, que apenas 4,6% dos filhos de pais sem instrução conseguiram concluir o ensino superior (Villas Bôas, 2017). Ser a primeira da família a estar na universidade enquadra a narradora numa minoria; desta forma, não apenas

é um acontecimento relevante no contexto da biografia pessoal desta mulher, como também dos grupos sociais a que ela pertence. Neste discurso, passa a ser um dos eixos em torno dos quais gira a sequência de acontecimentos que segue.

No primeiro, eu era ainda estudante, tinha 22 anos. Morava no alojamento estudantil, o dinheiro faltava muito. Falei com ele que não me ajudou em nada. Um colega me apresentaram a um pessoal no departamento de farmácia e lá consegui os 4 comprimidos. Fiz tudo na casa de uma amiga, senti muitas dores. Depois do procedimento, precisava de cuidado, precisava contar a verdade para minha família. Falei para minha mãe quem foi supermoralista comigo, minha irmã havia acabado de ter um bebê. Para pagar os comprimidos, eu usei minha bolsa inteira de iniciação científica. Era uma bolsa que eu recebia para pagar coisas muito básicas e me manter vinculada à universidade. Depois de tudo acabar, eu contei à professora da bolsa sobre o aborto, ela fez um sermão horrível, falou do cara, e depois de uns dias perdi minha bolsa. Não posso dizer que ela me tirou a bolsa por isso, mas foi muita coincidência. Era a única estudante negra no grupo dela.

No primeiro aborto, encontramos a situação da gravidez no início da vida adulta, que assume a configuração de problema a partir do prejuízo de um futuro desejado, conforme debatemos no capítulo anterior. Aqui, a jovem estava ainda a cursar a universidade e, dada sua condição de classe, era esta a sua oportunidade de ascensão social. Enquanto estudava, a narradora era dependente das políticas de assistência estudantil, nomeadamente o alojamento estudantil e a bolsa de extensão. O companheiro, com o qual ela já tinha dito antes que continua atualmente, “não ajudou em nada” – temos mais uma vez a autodesresponsabilização masculina como comportamento recorrente frente às gravidezes indesejadas.

Ela consegue aceder ao aborto através de amigas que conheciam “o pessoal do departamento de farmácia” que podia fornecer os comprimidos. Uma rede de cuidado entre mulheres é acionada não só aí, mas também no momento do aborto, pois é na casa de uma amiga que ela faz o procedimento. Além disto, conforme apresentamos antes ao usar esta mesma estória como exemplo, dentro desta rede de cuidados podemos encontrar uma extensão dos privilégios sociais de que as amigas eventualmente dispunham, que eventualmente vão se configurar como privilégios no aborto clandestino.

Na sequência, avançamos sobre a inexistência do segredo: além do namorado que a abandonou e a amiga que ajudou, ela relata ter contado para a mãe e para a professora com quem trabalhava sobre o aborto. A inexistência do silêncio, no entanto, não significou acolhida. As duas mulheres, na construção deste relato, representam alguma forma de autoridade, seja sobre a vida familiar ou sobre a vida profissional. Nenhuma faz denúncia para a polícia, mas ambas atuam como agentes punitivos: no caso da mãe, onde procurou por acolhida, com “um

discurso supermoralista”; no caso da professora, através de “um sermão horrível” e o corte do auxílio financeiro que recebia.

Nesta parte do discurso, temos também a explicitação de um marcador social étnico-racial: “eu era a única estudante negra no grupo dela”. Cruzá-lo com o marcador de género e o marcador de classe explícitos antes nos permite tecer reflexões perceber melhor os significados, neste contexto, da hipótese de concluir a faculdade, onde qual a bolsa que recebia ajudava a manter-se vinculada, e do corte da bolsa por parte da professora.

Da minoria de filhos de pais analfabetos que conseguem concluir o ensino superior, como é o caso da narradora, e visto como os marcadores de raça e classe se relacionam no Brasil, podemos ligar este dado ao facto de que da população com menores rendimentos, três em cada quatro são negras (Vieira, 2016). Além disto, pessoas não-brancas são a maior parte da população desocupada no país (62,6%) e com menor participação em trabalhos formais (54,6% de pessoas negras contra 68,6% de pessoas brancas que trabalham com contratos formais regidos pela CLT), embora sejam também a maior parte das pessoas em idade de trabalhar (54%). No que diz respeito à educação e as possibilidades de trabalho, entre trabalhadores e trabalhadoras negros, 34% não têm instrução ou tem ensino fundamental incompleto, enquanto entre trabalhadores e trabalhadoras brancos esse número é de 21,2%. Ao cruzar esses dados com a desigualdade de gênero, temos que os homens, mesmo sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, estão mais ocupados (33,2%) do que as mulheres na mesma situação de escolaridade (21,8%) (IBGE, 2017).

Ainda que devamos ter em vista que os dados apresentados têm uma distância temporal em relação ao período que a história acontece, as estruturas que formam a sociedade brasileira pouco têm se alterado desde a época da escravidão (Carneiro, 2003). Frente a isto, podemos avançar que, na manutenção destas relações, as mulheres de baixa escolaridade, filhas de pais também de baixa escolaridade, dificilmente terão hipótese de aceder a um mercado de trabalho formal e qualificado. Além disto, a maior parte dessas mulheres é negra, como no caso da narradora nos conta a História 19. Não concluir o ensino superior por uma gravidez, portanto, na localização social desta jovem, tinha o significado também de abrir mão de uma hipótese concreta – talvez a única – de ascensão social para uma vida melhor.

Neste sentido, o corte da bolsa será também um acréscimo de dificuldade para que esta mulher se mantenha vinculada à universidade, chegue ao final do curso e de facto aceda às hipóteses de melhoria material que o ensino superior trará. Se tratamos, como a construção do discurso sugere, ainda que realce não ser possível afirmar, que tirar a bolsa é uma punição pelo aborto, a professora atua não apenas segundo o próprio julgamento moral, mas assume o papel

de replicar e manter inalteradas as estruturas de poder que sustentam a realidade apresentada nos dados e constroem o discurso de verdade sobre a questão.

Fazemos, enfim, nota a uma ausência: não existe qualquer menção ao uso de métodos contraceptivos ou educação sexual. A atribuição do adjetivo “supermoralista” ao discurso da mãe nos permite construir algumas interpretações sobre estas ausências. Podemos, por exemplo, avançar sobre a hipótese de ser uma família em algum grau conservadora, onde as questões sexuais não eram debatidas. Além disto, uma vez que o adjetivo foi acompanhado pela menção de que a irmã tinha acabado de ter um filho, um espaço que valoriza a maternidade como papel da mulher.

Ao mesmo tempo, a escolha deste adjetivo e a atribuição de um significado de carga negativa ele, assim como estas associações, nos indicam um certo deslocamento em relação aos valores familiares: a mãe é “supermoralista”, a mulher, não. Podemos, ainda, cruzar esta questão com o facto de se tratar da primeira pessoa da família a aceder ao ensino universitário. Isto que nos permite construir a interpretação de que, de alguma forma aceder, a um nível mais alto de conhecimento formal afeta a percepção sobre os valores anteriores, não numa relação de causa e efeito, mas de influência.

Eu terminei a faculdade, arrumei um emprego como professora de educação infantil. Tive minha filha, e depois me descobri grávida novamente. Não tive dúvidas que iria abortar só que com mais condições. Procurei uma clínica, sabe aquela com mármore Carrara? Era dessas muito chiques, todas as pacientes eram brancas, só eu negra. Tudo demorou 10 minutos, no outro dia estava trabalhando. Não me lembro bem, mas acho que pedi um empréstimo para pagar esse aborto. Eu continuo com esse mesmo companheiro. Você pode estranhar isso, mas entre trancos e barrancos a gente resolveu encarar esses erros. Encarar que isso é uma possibilidade na vida. Minha história já era o improvável na vida, uma menina que estudou em escola pública chegar em universidade pública. Eu já era o improvável do improvável. Eu tinha que fazer tudo, sempre, sozinha. Esses abortos foram só parte desta história.

O relato do segundo aborto tem início com a demarcação das mudanças de estatuto que sucederam a primeira decisão, nomeadamente concluir a graduação, aceder ao mercado de trabalho formal e ter uma filha. Fica explícita, portanto, uma alteração no marcador social de classe, confirmada pela opção que faz para o procedimento “com mais condições”: agora, em vez dos comprimidos, opta por uma clínica que, mesmo clandestina, oferece um atendimento de saúde de qualidade. A partir dos elementos que descrevemos no capítulo 1 deste trabalho, especialmente sobre formação e composição social das classes, podemos realçar as marcas discursivas que confirmam esta ideia: o material do revestimento, o mármore Carrara, o adjetivo

“muito chique” e especialmente composição étnico-racial das mulheres que lá estavam: “todas as pacientes eram brancas, só eu negra”.

Se não existe menção a complicações no primeiro aborto, apenas “muitas dores”, a ascensão económica é acompanhada da simplificação do procedimento e a ausência total de sequelas e complicações. Este ponto específico mostra, na biografia pessoal da narradora, o argumento estrutural que construímos no capítulo anterior: os privilégios no aborto clandestino muitas vezes acompanham os privilégios de classe. As diferenças entre os dois abortos desta mulher, com um processo de ascensão social entre eles, realçam este ponto em específico.

Notamos, ainda, a ausência do companheiro ou de qualquer outra rede de apoio no discurso referente ao segundo aborto. No primeiro, ele sabia e não a ajudou, mas as amigas indicaram onde conseguir os remédios. Desta vez, a narrativa é completamente marcada pelo pronome “eu”, da decisão ao processo de encontrar a clínica, e inclusive no que diz respeito à aquisição dos meios materiais de pagar pelo aborto. Isto pode nos indicar que a experiência foi atravessada pela solidão, algo que se confirma ao fim do relato, inclusive como uma constante. Entretanto, outra interpretação possível a partir da mesma composição do discurso em torno do pronome “eu” é por um viés de tomar para si as decisões sobre a própria vida, num sentido mais relacionado ao empoderamento: quando desejou ser mãe, teve a filha; desta vez que não deseja, interromperá a gravidez, é capaz de decidir por isto e provar si própria, inclusive materialmente. Realçamos, todavia, que não se tratam de hipóteses autoexcludentes, mas que podem estar a acontecer simultaneamente.

Existe, por fim, uma quebra de expectativa sobre o relacionamento afetivo: a mulher afirma continuar com o mesmo companheiro de quem fez os dois abortos. “A gente resolveu encarar esses erros”, ela avança, trazendo uma dubiedade sobre se os erros se referem aos comportamentos do homem em relação aos abortos, às gravidezes indesejadas ou a ambos. Isto nos permite refletir se houve algum tipo de partilha de responsabilidade com o companheiro após o aborto e estão a tentar construir um relacionamento baseado em premissas de companheirismo ou, por outro lado, se não existem traços de abuso e/ou desigualdade de poder que se refletem na manutenção da relação e que não estão a ser percebidos. O discurso, para além do abandono nos abortos, não nos oferece elementos para avançar sobre estas hipóteses, ou ainda outras informações sobre o respetivo companheiro para aprofundá-las, mas consideramos relevante nomeá-las.

O encerramento do discurso é uma reflexão que, ao contrário de outras narrativas, não se dirige às mulheres que vão conhecer a história, mas a perceber os abortos em relação a outros fatos que formam a biografia, assim como relacionados a localização social. Podemos recordar,

aqui, a descrição dos níveis sobre os quais a matriz de dominação atua: a biografia pessoal, o contexto cultural dos grupos sociais a que pertence e as instituições sociais (Collins, 1990). A própria narradora faz esta relação a partir de um interdiscurso com as próprias estruturas de poder: “eu já era o improvável do improvável”. Nesta construção de significados, toda a experiência de vida desta mulher é um contraponto à forma como a sociedade está organizada no que diz respeito aos marcadores sociais de género, etnia e classe. Assim, os abortos estão associados a apenas mais um momento em que foi necessário desafiar as relações de poder e as verdades estabelecidas a partir delas.

4.5. HISTÓRIA 37

Eu tinha 27 anos e uma filha de 4 anos, me relacionava com um cara que era muito afetuoso, muito bacana, já éramos até amigos antes de sermos namorados. Eu posso garantir a você, nós fazíamos tudo direito, eu sou a prova de que os métodos podem falhar. Eu engravidiei, nós procuramos rapidamente uma dessas clínicas conhecidas de aborto, mas ela estava fechada. Havia tido uma batida policial e nada estava funcionando. Nos indicaram outra, que eu não tinha nenhuma referência, exceto uma amiga que me sugeriu que ali podia, que ela tinha uma prima e que tudo podia dar certo nessa clínica. Eu fiquei um pouco insegura, mas não podia ter outro filho naquele momento tendo uma criança de 4 anos. Eu resolvi encarar, mas, preciso dizer, estava com muito, muito medo. A gente juntou dinheiro, eu nem sei como, e marcamos o procedimento. Eu fui bem tratada, não senti dor nenhuma, nem no procedimento e nem depois.

Tratamos agora da experiência de uma mulher casada, já com uma filha de um relacionamento anterior, que usava métodos contraceptivos com o atual companheiro, mas ainda assim deparou-se com uma gravidez indesejada porque os métodos falham. É também logo aqui que identificamos o primeiro interdiscurso: quem é a mulher que aborta? Temos um contraponto à ideia de que são aquelas promíscuas e irresponsáveis. O argumento apresentado pela narradora é justamente o contrário: engravidou num relacionamento estável, usando contraceptivos e tomando os cuidados necessários para que não acontecesse.

Por um lado, podemos realçar o uso do pronome “nós” ao longo de toda a descrição do processo de aceder ao aborto, o que indica que ela e o namorado faziam-no em conjunto: “procuramos”, “a gente juntou dinheiro, e marcamos o procedimento”. Por outro, quando explica a motivação, predomina o pronome “eu”: “não podia ter outro filho naquele momento tendo uma criança de 4 anos”. Se o companheiro acolheu a decisão pelo aborto e a ajudou, ao mesmo tempo parece não existir no cotidiano a partilha de cuidados em relação à criança que já existia na vida do casal, o que nos indica que um novo filho também criava uma demanda de

tarefas exclusivamente sobre a mulher. Conforme debatemos no capítulo anterior, a divisão desigual de trabalhos domésticos e trabalhos de cuidados tem se apresentado como um fator de grande influência na decisão de interromper uma gravidez quando já existem filhos.

A opção pela clínica, a princípio uma “conhecida” e depois aquela indicada pela amiga nos oferece alguns fracos indicativos de classe, especialmente quando associada a ideia de a mulher não sofreu violência durante o procedimento. As clínicas conhecidas usualmente o são porque conseguem dispor de uma certa tolerância por parte da sociedade que recorre aos serviços oferecidos; neste sentido, considerando que tratamos de uma prática considerada ilegal e tendo em vista a estrutura de desigualdades que já descrevemos, podemos relacionar esta tolerância à questão de classe: tolera-se que mulheres dos setores médios e altos, na maioria etnicamente brancas, accedam a abortos com segurança e médicos ganhem dinheiro oferecendo este procedimento. A ausência de violência e mesmo de dor antes e depois na clínica a que finalmente recorreu corroboram esta hipótese: foi atendida por profissionais qualificados.

Fui para casa. Parecia que tudo tinha dado certo, eu fiquei em casa dois dias descansando e depois voltei à vida normal, mas foi exatamente um mês depois que eu comecei a ter uma espécie de um sangramento, era uma menstruação, mas era diferente. Ela rapidamente passou para uma hemorragia, havia sangue por todos os lados. Eu ficava em pé, fazia uma poça de sangue embaixo de mim, eu fui tomar banho e pedaços de coágulos de sangue saíam durante o banho, mas era muito sangue. Essa clínica em que fiz o procedimento não fazia curetagem e havia uma regra de que eu não podia voltar para procurá-los. Isso era diferente das outras clínicas, em que você saía ou com o telefone do médico ou orientações do que você ia fazer caso algo desse errado, ou seja, eu estava jogada à própria sorte. Meu namorado na época conhecia uma enfermeira que trabalhava em um hospital universitário e ela conseguiu uma vaga para mim. Nenhum absorvente nesse momento segurava mais a minha hemorragia, eu tinha medo de morrer, eu tinha medo de ser presa, eu me via indo em sangue. Eu posso dizer a você que eu tinha três palavras, medo, medo e medo. Eu tremia muito, comecei a sentir dores, mas como se fossem muito mais fortes que uma cólica de menstruação.

Apesar do procedimento bem-sucedido, as complicações aparecem depois. A mulher avança sobre detalhes do procedimento – não foi uma curetagem, um dos métodos mais usuais e popularmente conhecido para interromper cirurgicamente uma gravidez – e inclusive compara a regra de não poder retornar ou não poder contatar um médico do local com o protocolo de outras clínicas das quais tinha conhecimento. Ela não avança sobre como conhece outras clínicas, mas também não menciona ter feito outro aborto antes desse; isto nos suscita a hipótese de que conhece outras mulheres que tinham interrompido gravidezes indesejadas.

Uma marca da clandestinidade são os sentimentos que circundam o aborto. Neste relato não encontramos a solidão ou abandono do companheiro e dos familiares, mas a marca discursiva do medo o atravessa. A mulher já tinha relatado estar com medo antes de fazer o aborto; agora, novamente cita o medo após conseguir a internação pelas complicações, nomeadamente da morte e da prisão, e na sequência realça mais uma vez: “medo, medo e medo”. A ênfase dada a este sentimento e a organização do relato após estar no hospital, cruzando com o conhecimento expresso antes de como funcionavam as outras clínicas, nos indicam que ela não tinha confiança no serviço de saúde.

Como não tinha emergência, o meu leito ficou em um canto no corredor. Era um lugar que não era muito usado e era quase que esquecido, ele foi estratégico, para ninguém cuidar de mim e eu ser esquecida. Fizeram a minha ficha e aquela foi a primeira noite de três noites em que eu fiquei internada. Nos três primeiros dias, ninguém fez um exame comigo, ninguém falou comigo, ninguém se aproximou de mim. Os residentes passavam por mim e eu os ouvia falar, se referir a mim como “a aborteira”. Foram dias muito difíceis e eu cheguei a ouvir esse diálogo que eu conto agora: uma mulher perguntava para outra “quem é essa aí no canto?” “Ela fez um aborto, ela tá aí para ela lembrar o que ela fez, para apagar o que ela fez”. Era uma voz feminina me condenando, sabe? Isso parece que teve uma dor particular, ouvir de uma mulher, foi aí que eu comecei a me desesperar. No final do quarto dia, eles fizeram um exame e depois a curetagem, só depois disso eu fui liberada. Eu saí do hospital andando e, naquele dia, naquele momento, eu me transformei numa feminista. Agora eu sou uma lutadora pela descriminalização do aborto, e sabe quem fez isso comigo? Eles fizeram isso comigo. Eu sobrevivi por sorte, mas aprendi a lição sobre o que é resistir e é o que eu venho fazendo desde então, e é o que eu faço aqui, mais uma vez.

A sequência discursiva posterior é a descrição de um processo de violência hospitalar praticada por negligência e violência verbal. O que devia ser espaço de cuidados, neste momento, atua como agente punitivo e, ao invés de acolher e amenizar, estende e amplia tanto o sofrimento físico como o sofrimento psicológico e os sentimentos a ele associados. Desta forma, apesar da hemorragia detalhada antes, a mulher não recebeu cuidados por três dias, sequer um exame, foi abandonada num corredor a sentir dor e sangrar. Além disto, escutava as conversas depreciativas dos residentes, o que revela a total ausência de discrição e respeito para com a paciente; e escuta uma mulher literalmente expor este tratamento como uma punição pelo aborto. Assim, a narrativa não só tem marcas interdiscursivas que se referem ao discurso de verdade que criminaliza e condena as mulheres que fazem abortos, mas também descreve como ele usa de outras instituições que não aquelas responsáveis pela aplicação da lei formal

para se consolidar. Neste sistema, propicia que sujeitos variados se apropriem deste papel de reforça-lo e aplica-lo a quem destoa, se materializando em todos os espaços.

Fazemos nota também ao destaque dado à violência verbal cometida por uma mulher: “isso parece que teve uma dor particular, ouvir de uma mulher”. Trazemos uma reflexão sobre o indicativo que esta marca discursiva faz a uma quebra de expectativa: ela já imaginava que pudesse sofrer maus tratos por parte dos profissionais de saúde, mas esperava solidariedade e empatia de outras mulheres, o que também não encontrou. Além disto, é apenas a partir daí que usa a palavra “desespero” para falar dos sentimentos. Realçamos também a ausência de alguma manifestação no sentido de interromper este ciclo de violência. Podemos associá-la ao medo, mas outra hipótese a ser levantada é a internalização da ideia de que tinha feito algo que merecia ser punido, uma vez que a mulher está a viver numa sociedade que lhe constrói esta verdade, reforçada agora especialmente pela condenação feminina.

A pena, abandono, sofrimento e violência chega ao fim no quarto dia, quando a narradora foi finalmente atendida e liberada. O encerramento da narrativa fica pela apresentação de um argumento que se contrapõe ao interdiscurso: a tentativa de enquadrá-la num regime de verdade teve o efeito de torná-la uma contestadora desta mesma verdade. Assim, a experiência vivida se sobrepõe ao discurso “verdadeiro” das estruturas de poder. A partilha da experiência através da Campanha, finalmente, encaixa nessa de vivência como mais uma parte do processo de disputa de uma nova ordem do discurso.

CAPÍTULO V: UMA NARRATIVA COLETIVA SOBRE ABORTO NO BRASIL

5.1. A CAMPANHA #EUVOUTATAR COMO DISCURSO

Neste ponto da nossa investigação, já percebemos os principais argumentos que emergem das Histórias, descritos no capítulo três, e procuramos avançar sobre como estes se relacionam entre si em contextos específicos a partir da análise de quatro narrativas no capítulo quatro. A partir de agora, trabalhamos com a ideia que a coletividade de relatos forma um discurso único, nomeadamente o discurso da Campanha #EuVouContar, que está a dizer ao público todos os elementos que apontamos nos capítulos anteriores. Este discurso coletivo, assim como sua estratégia discursiva, são os objetos da última etapa de análise deste trabalho.

Fairclough (2010) retoma a ideia do discurso como prática social que apresentamos antes e sua concepção em três formas: como parte da atividade social dentro de uma prática, nas representações e como elemento que integra os modos de ser e a constituição de identidades. Realçamos a segunda; o autor explica que “atores sociais inscritos em qualquer prática produzem representações acerca das demais, bem como representações (“reflexivas”) das suas próprias”. Assim, “a representação é um processo de construção social de práticas, incluindo a autoconstrução reflexiva, modelando processos e práticas sociais” (Fairclough, 2010:226).

Esta ideia de construir representações através dos discursos nos parece útil para dar início a esta etapa da análise. Se percebemos cada um dos relatos apresentados como uma representação, inclusive reflexiva, da realidade das mulheres que os contaram, o que será então construído pelo discurso da campanha que as une?

A primeira resposta a esta questão é que a Campanha traz uma proposta de representação de uma realidade estrutural do aborto clandestino no Brasil. Não se trata de falar sobre vida de uma mulher, de adjetivar uma experiência como boa ou ruim ou mesmo de discorrer sobre recorrência de abortos no conjunto das mulheres, mas de revelar as estruturas e processos sociais que atuam sobre a prática. Fairclough (2010: 226) ainda nos explica que, nesta produção de representações, os discursos “recontextualizam outras práticas, isto é, incorporam-nas à sua própria prática e representam-nas diferentemente em função do seu posicionamento”. Neste sentido, as semelhanças, mas principalmente as diferenças entre as histórias apenas refletem a dinâmica variável de como as estruturas de poder operam sobre a realidade, organizando de forma distinta os elementos que a compõem, como o patriarcado, o capitalismo, o racismo, a violência hospitalar e outros, a partir da localização dos sujeitos.

A Campanha #EuVouContar, desta forma, propõe uma representação sobre o aborto e a clandestinidade para propor uma mudança na representação “verdadeira” sobre a questão. Ao disputar o regime de verdade (Foucault, 1993), a narrativa coletiva que dá corpo à campanha

tenta desafiar os procedimentos de interdição do discurso (Foucault, 1999)⁵⁰. Assim, no contraponto ao silêncio e ao segredo que circundam o tabu, propõe a partilha de experiências e conhecimentos; como alternativa à proibição e à condenação moral, sugere a legalização e a acolhida num momento difícil; em alternativa aos rituais de falas, oferece as histórias de mulheres que viveram as consequências reais do que é proposto por estas mesmas leis.

A cada estória apresentada, novos elementos são adicionados ao discurso da Campanha, o que nos permite identificar muitos interdiscursos no decorrer desta narrativa. Alguns estão a ser afirmados, como as ideias feministas de solidariedade entre mulheres e a própria premissa de que a legalização do aborto vai resolver uma questão social. Outros, por sua vez, estão a ser questionados, principalmente a partir das reflexões sobre a prática que aparecem no decorrer das narrativas, que se estendem para reflexões sobre as estruturas que a cercam e suas consequências, como a solidão das mulheres, o julgamento diferenciado para homens e mulheres em relação à mesma situação do optar por não ter um filho, a idealização da maternidade, divisão desigual das tarefas domésticas e outros.

Entretanto, encontramos especialmente discursos hegemônicos que estão a ser negados. Podemos nomear, no que diz respeito às instituições formais, (i) os discursos religiosos cristãos, predominantes no Brasil, que se posicionam contrários ao aborto principalmente a partir da doutrina religiosa que atribui o início da vida ao momento da fecundação; (ii) o discurso da lei, que proíbe o aborto exceto em três casos, mas as mulheres que por algum motivo não querem ser mães fazem abortos clandestinos que estão fora dos casos cobertos; (iii) o discurso de que a lei contempla a realidade e as mulheres estão erradas, pois alguns relatos mostram que mesmo nos casos de aborto legal, as mulheres têm dificuldades de aceder aos seus direitos.

Do ponto de vista da construção social desta verdade sobre aborto, existem ainda outros interdiscursos na narrativa, com os quais a campanha também se relaciona a partir da negação. Podemos citar (i) a ideia de que a mulher que aborta é promíscua e irresponsável, contraposta pela diversidade de relatos que mostra que qualquer mulher pode abortar; (ii) a construção moral que vê a decisão de fazer um aborto como uma decisão irresponsável, insensível, egoísta e até eugênica, negada pelas histórias explicitarem que se tratam de decisões, sobretudo, contextuais e cercadas de sofrimento e, muitas vezes, atravessadas por violências e solidão; (iii) o papel assumidos pelos hospitais e pelas famílias, tidos como lugares de cuidado e

⁵⁰ Conforme citado no primeiro capítulo deste trabalho, Foucault (1999) elenca três procedimentos de interdição do discurso: tabu do objeto, ritual da circunstância e direito privilegiado do sujeito que fala.

acolhimento, mas que nos casos de aborto operam muitas vezes como agentes e espaços de punição; (iv) uma ideia de culpa e arrependimento eternos para a mulher que aborta, como pena moral para o que é considerado um erro; sobre isto, os relatos nos contam que, na verdade, elas não se arrependem e a culpa está muito mais relacionada à criminalização e condenação moral social do que ao ato de interromper uma gestação indesejada.

Entretanto, a representação sobre aborto clandestino no Brasil apresentada pelo discurso da Campanha #EuVouContar não é desprovida de intencionalidade. Podemos retomar, inclusive, que esta é realçada explicitamente no vídeo que apresenta o projeto: “nós estamos contando as histórias para dizer que a lei está errada”. Dito de outra forma, a Campanha está a afirmar que é construída sobre uma intenção de convencimento, ou seja, de que o público adira ao consenso social que deseja promover (Covaleski, 2016). Trata-se, portanto, de persuadir no sentido publicitário do termo, o que nos permite afirmar que o discurso do projeto está caracterizado como propaganda. A distinção entre publicidade de propaganda é feita por Bigal (1998) a partir do gênero de conteúdo que cada uma delas divulga: enquanto a primeira se dedica a produtos, marcas e serviços, a segunda “divulga ideias, proposições de caráter ideológico” e “liga-se ao objetivo de gerar adesões” (Bigal, 1998: 19).

Avaliamos ser possível, então, construir reflexões tomando como horizonte as considerações de Charaudeau (2010) sobre o discurso propagandista para melhor perceber a constituição do objeto desta análise. O autor reflete sobre a possibilidade de analisar o discurso numa relação de influência social e, para isto, estabelece alguns postulados: não existem relações sociais sem relações de influência; a influência se expressa através da alteridade eu-tu; a situação na qual a comunicação acontece define a legitimidade dos sujeitos; e além da legitimidade, aponta a necessidade de quem fala ter credibilidade para captar os interlocutores.

Na sequência, o linguista propõe três tipos de “visadas discursivas” que indicam as relações de intencionalidade do sujeito que fala: a visada de prescrição, na qual o sujeito falante, numa posição de autoridade absoluta com poder de sanção, deseja que o interlocutor faça ou pense algo, enquanto o interlocutor deve fazer isto sob risco de ser punido; a visada de informação, onde o emissor deseja que o receptor saiba de algo e está legitimado por uma posição de saber, enquanto o receptor está numa posição de dever saber deste algo; e a visada de incitação, marcada pelo “eu” não estar em posição de autoridade, mas ainda assim querer que o interlocutor faça algo, e portanto poder apenas incitá-lo a fazer a partir da construção da ideia de que será bom para “tu” fazer isto ou pensar na direção desejada por “eu” (Charaudeau, 2010).

O discurso propagandista, avança o autor, está caracterizado pela última visada discursiva. Quando aplicamos a definição ao nosso caso, encontramos um sujeito falante duplo,

nomeadamente a Anis, instituição organizadora da campanha que aparece a cada vídeo na presença de uma narradora fixa que lê os relatos, mas também as mulheres que se propuseram a contar suas histórias e tomar parte do processo. Nenhum dos dois “eu” está numa posição de autoridade formal do ponto de vista de poder aplicar uma punição, mas deseja que o “tu”, o público que recebe os vídeos e textos, pense numa direção específica, de que a criminalização do aborto é ruim para as mulheres e para a sociedade, e o incita a isto apresentando as estórias das mulheres que fizeram abortos clandestinos.

Neste sentido, o sujeito que fala está de certa forma a apresentar a ideia de que será bom para todos que o aborto seja legalizado, pois os riscos e sofrimentos vividos pelas mulheres e do qual agora o público toma conhecimento podem ser evitados. Não descartamos também o desejo de, além de “fazer pensar”, existir a intenção de “fazer fazer”, que pode ser representada pela hipótese da Campanha conquistar mais adeptos para os movimentos organizados em torno da legalização do aborto no Brasil.

Na sequência, Charaudeau (2010: 62) avança sobre as características do discurso propagandista “ideal”, das quais realçamos a posição de não autoridade do sujeito falante, o que faz ser necessário uma estratégia para convencer um interlocutor, este, por sua vez, na posição de “dever crer”; o alvo ser uma coletividade, o que está relacionado também à localização deste discurso em dispositivos de difusão; e a organização do discurso propagandista num esquema que é narrativo, para seduzir e chegar ao imaginário do receptor, e argumentativo, para persuadir a partir da proposta de um raciocínio específico e de argumentos sobre a narração anteriormente apresentada. Adiante, o autor observa três géneros de discurso propagandista: publicitário, promocional e político. Todos os casos, afirma, são tentativas de influência, mas trazem a característica de as duas partes conhescerem os termos do contrato; os objetivos são alcançados, ou não, a partir do convencimento e não existe a intenção de enganar ou de manipular (Charaudeau, 2010: 62-63).

Mais uma vez, podemos aplicar a teoria à Campanha #EuVouContar. O sujeito falante não está, de facto, em posição de autoridade; o que pode fazer é apenas oferecer as narrativas que torna públicas aos interlocutores difusos das redes sociais. Na escolha destas, encontramos nas peças o duplo esquema a que o autor se refere, reforçado pelas características das estórias de vida: as mesmas narrativas seduzem e propõem um imaginário ao ouvinte a partir de diversos elementos, como a contextualização do momento, a descrição dos sentimentos, uma personagem que vive uma sequência de ações; e são argumentativas porque explicam os motivos, as decisões, atribuem significados às ações e algumas até mesmo propõem reflexões sobre o tema de forma objetiva.

Os termos do contrato, por sua vez, são dados a conhecer desde o primeiro vídeo, não apenas a partir do compromisso de que as informações oferecidas são verdadeiras, expresso na convocatória por estórias reais, mas também com que intenção chegam ao público. Além disto, as marcas de não edição que encontramos nos relatos, como perguntas de algumas mulheres se podiam escrever em vez de mandar áudios, ou mesmo alguns comentários sobre o desejo de dizer o nome à interlocutora que as escutava ou que esta não precisava consolar, reforçam este pacto de confiança com o público.

No que diz respeito ao género, encontramos traços do discurso promocional e do discurso político. O primeiro, explica Charaudeau (2010: 65), tem a intenção de prevenir flagelos, como doenças, incentivar ou desestimular um comportamento específico; o “eu” sustenta a legitimidade num suposto saber e numa postura moral e ética, responsabiliza-se pela sociedade e aconselha sobre o que será um benefício coletivo, a solução para um problema social. Enquadramos nesta definição a Anis, na sua posição de organização da sociedade civil que, ao promover a Campanha #EuVouContar, apresenta a ideia de que as consequências da criminalização do aborto são um problema social enquanto a legalização, no contraponto, será uma solução para reparar esta questão, beneficiando a coletividade. Do ponto de vista do público, este não é visto como consumidor no discurso promocional, mas como cidadão; por isto, é levado “moralmente, a dever reconhecer-se no comportamento estigmatizado e a dever querer seguir certo modelo de comportamento em nome de uma solidariedade social” (Charaudeau, 2010: 66).

Encontramos aí um elemento que podemos relacionar diretamente à opção por construir este discurso a partir de estórias de vida. Se, ao aspecto narrativo que ativa sensibilidades e imaginários, somarmos esta característica do apelo moral público e solidariedade social do discurso promocional, encontramos um argumento que pode ser sintetizado na ideia que “não fui eu, mas podia ter sido; preciso agir para que isto seja de outra forma porque também será bom para mim”. O dar a conhecer relatos reais traz consigo inúmeros pontos de identificação do público para com as mulheres, seja pelo momento da gravidez, o abandono masculino, as relações familiares, o contexto socioeconómico, os planos para o futuro, as crenças e outras. As vivências das mulheres que narram têm grandes hipóteses de serem as mesmas ou parecidas com as de quem recebe as narrativas ou de alguém próximo.

Não existe, todavia, um modelo de comportamento proposto individualmente, como o exemplo dado pelo autor de não fumar, mas uma proposta de mudança social à qual se tem a intenção que as pessoas adiram. Este, por sua vez, é um elemento que está relacionado ao discurso político: “a instância política se encontra em situação dever fazer aderir à sua política

uma maioria de indivíduos sobre os quais não tem poder de injunção” e, para realizar este projeto, utiliza “estratégias de persuasão ou de sedução que consistem em fazer com que se compartilhe com o outro (indivíduo ou público) um certo ‘fazer crer’” (Charaudeau, 2010: 67).

Entretanto, neste “fazer crer” proposto, encontramos também a convocatória a uma ética de responsabilidade que integra o discurso promocional (Charaudeau, 2010: 66). A partir do momento que se tornam conhecidas histórias reais, e delas vêm um confronto com o regime de verdade sustenta a criminalização, fazendo do sofrimento e dos riscos não uma hipótese, mas uma certeza, o público não pode mais desconhecê-las. Assim, a narrativa constrói a ideia que apoiar a criminalização do aborto é também assumir a responsabilidade sobre as violências que atravessam os relatos, assim como sobre as mortes das mulheres que não sobrevivem à tentativa de aborto clandestino.

Finalmente, Charaudeau (2010: 75) aponta que “qualquer sociedade tem necessidade de gerir as relações de força que se instauram na vida coletiva com lances de discursos persuasivos cuja finalidade não é ‘a verdade’, mas fazê-la ‘crer verdadeira’”. Encontramos uma ideia parecida com a disputa do que Foucault (1999) chamou de “regime de verdade”. Realçamos o uso da palavra “verdade” pelos dois autores não no sentido de algo absoluto, mas algo construído e não estável. Se a Campanha #EuVouContar desafia os procedimentos de interdição do discurso e tenta propor um novo “verdadeiro” sobre o aborto, o caminho que escolhe para fazê-lo é discurso propagandista. Assim, não só tenta subverter o tabu do objeto, o ritual da circunstância e o direito privilegiado do sujeito que fala, como também tenta persuadir outros sujeitos a tomar posição nesta disputa e conseguir adeptos à verdade que propõe. Esta combinação de elementos dá origem à estratégia discursiva que será analisada a seguir. As opções feitas para que isto aconteça perpassam desde a forma como a mensagem é construída e disponibilizada até o meio escolhido para publicá-la.

5.2. ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DA CAMPANHA #EUVOUTAR

No primeiro capítulo deste trabalho, discutimos sobre a necessidade de ser visto mediaticamente para existir enquanto sujeito político no mundo, fazendo da visibilidade um dos fatores pelo que se luta (Thompson, 2008: 37), enquanto o discurso, por sua vez, é o objeto da própria luta, o poder desejado (Foucault, 1999: 10). Agora, podemos nos debruçar sobre a opções que vieram a formar a estratégia de ser visto através na internet, nomeadamente nas redes sociais digitais, na tentativa de intervir no discurso sobre aborto no Brasil.

Os hábitos de consumo deste tipo de meio de comunicação social no Brasil, sistematizados na Pesquisa Brasileira de Mídia 2016⁵¹, indicam que a internet é o segundo media onde as pessoas mais buscam informações, ficando atrás apenas da televisão. 58% dos inquiridos declararam utilizar a internet mais de três vezes na semana e 50% afirmam fazê-lo todos os dias. Os locais de uso prioritário são as moradias e trabalho e os dispositivos mais usados são os telemóveis e computadores. No que diz respeito ao tempo, 77% dos entrevistados ficam conectados mais de 60 minutos por dia durante a semana; durante o final de semana, o número cai apenas levemente, para 72%.

No que diz respeito às redes sociais propriamente ditas, o relatório *Digital in 2017 Global Overview*⁵² indica que 58% da população brasileira usa redes sociais online, o que representa cerca de 122 milhões de pessoas. O Facebook é a rede mais utilizada, com mais de 120 milhões de utilizadores, seguida pelo Whatsapp, Youtube (98 milhões de utilizadores), Instagram (57 milhões de utilizadores) e Twitter (30 milhões de utilizadores) (Costa, 2018).

Ainda que estes números representem um alcance potencial, podemos avançar sobre os números públicos dos canais que publicam a campanha, nomeadamente os canais da Anis: o Facebook da instituição tem 33.516 subscritores; o canal Vozes da Igualdade, no Youtube, conta com 9.876; no Twitter, são 4.389; e, no Instagram, 10,6 mil. Mesmo quando consideramos que uma parte destes inscritos são os mesmos utilizadores a acompanhar o projeto nos diferentes canais, ainda são muitas pessoas que se propõem a estabelecer um contato sem intermediários mediadores com os conteúdos criados pela instituição, dentre eles a Campanha #EuVouContar. Além disto, um elemento a ser considerado é a característica das redes sociais online de segmentação de público: a especificidade temática dos conteúdos produzidos permite afirmar que não se tratam de seguidores randômicos, mas pessoas que estão de facto interessadas naquela proposta.

Ao grande público, somam-se características específicas destes media que os diferenciam dos outros meios de comunicação. Na televisão, no rádio e nos jornais impressos, os atores sociais como a Anis e outras organizações da sociedade civil são dependentes da criação de

⁵¹ A Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 é uma investigação organizada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República com objetivo de conhecer os hábitos de consumo de medias da população brasileira. As entrevistas foram realizadas com uma amostra nacional de 15.050 pessoas com idade a partir dos 16 anos, de todos os estados, de forma a garantir a representatividade do universo da população.

⁵² O Relatório *Digital in 2017 Global Overview* foi desenvolvido pela We Are Social em parceria com a Hootsuite para elaborar estatísticas sobre os hábitos de uso de redes sociais em 239 países.

acontecimentos que estejam enquadrados em critérios de seleção de notícias e do desejo das emissoras de inseri-los em suas agendas. Na internet, pelo contrário, os conteúdos podem ser criados e publicados pelos próprios sujeitos e o encontro com o público acontece independente de um agente que faça mediação sobre a mensagem; dito de outra forma, elimina-se o *gatekeeper* que decide o que entra e o que sai do noticiário (Wolf, 1999: 77). No que diz respeito à publicidade e à propaganda, por sua vez, quase que se eliminam por completo os fatores de exclusão baseado no poder económico dos atores sociais para adquirir espaços à venda nos media; uma vez que a publicação na internet é gratuita, os custos para ter a mensagem pública são reduzidos de forma drástica e, do ponto de vista da produção, os conteúdos podem ser criados de formas mais simples e mais baratas (Batista e Zago, 2010).

Por isto, numa equação que considera os elementos público, custos e complexidade de produção e publicação e possibilidade de falar sem ser interditado exceto pelos algoritmos que definem o alcance, mas sobre os quais não se tem controle, o resultado foi a emergência deste como um dos media muito usados para fins de ativismo político. Batista e Zago (2010: 131) explicam que “a multiplicidade de sistemas e recursos comunicacionais disponíveis nesses ‘espaços’ passam a ser apropriações para ações coletivas como uma nova perspectiva de reverberação política”. Dieminger e Oliveira (2015: 16), por sua vez, avançam que “a internet proporciona, por meio de ciberativismos, o tratamento de questões sociais pelos próprios afetados e causadores”.

Podemos afirmar, portanto, que a escolha pela internet e redes sociais online como media para a Campanha #EuVouContar advém deste contexto. Neste sentido, identificamos uma estratégia de alcançar a maior quantidade de pessoas possíveis, especialmente o público difuso e ainda não adepto. Entretanto, é possível apontar o desejo de reforçar laços e gerar engajamento naqueles que já partilham das mesmas ideias e também estão nestas redes, que muitas vezes atuarão também como replicadores da campanha pelas ferramentas de partilha de conteúdo características das redes sociais online.

Se percebemos a estratégia do “onde”, vamos avançar sobre o “como”. Do ponto de vista da mensagem, Bigal (1998: 22) adianta que a propaganda tem a característica de não possuir uma sintaxe fixa determinada e isso permite que a associação de signos seja feita de múltiplos jeitos, inclusive de forma a compor estruturas parecidas com as de outros géneros, como o teatro, a novela ou o documentário. No caso que está a ser estudado, tratam-se de peças construídas para representar experiências reais, publicadas durante um longo tempo (mais de um ano) numa periodicidade relativamente regular.

Isto, além de despertar os aspectos narrativos e argumentativos que Charaudeau (2010) aponta como característicos do discurso propagandista, localiza-se também numa cultura característica das redes sociais online de partilha de relatos pessoais, acompanhada de um processo de ressignificação dos mesmos em correlação à própria experiência. No que diz respeito aos ativismos feministas, espaço no qual podemos avançar que a Campanha também se encontra, “o avanço da tecnologia informacional proporcionou às mulheres um compartilhamento amplo de conhecimento e vivências que possibilitou uma maior lucidez sobre as desigualdades que sofriam” (Dieminger e Oliveira, 2015: 5).

É, portanto, atravessada por estes elementos que a estratégia discursiva da Campanha “Eu Vou Contar” é criada, orientada para adequar-se ao meio de comunicação no qual é veiculada e para o qual é produzida. Desta forma, utiliza possibilidades de formas e ferramentas oferecidas por este e pela flexibilidade do género escolhido, nomeadamente a propaganda; e integra-se à cultura de consumo de discursos, das interações e das relações sociais que ali tomam lugar.

Carvalho (2015) explica que as estratégias discursivas são as formas como os atores sociais intervém discursivamente na realidade para alcançar um efeito ou objetivo. A autora relaciona esta ideia com o que chama de “poder capacitador do discurso”, de forma que os atores sociais tomam parte nos processos de disputa e promoção dos pontos de vista “que envolvem necessariamente o uso da linguagem com o objetivo de ‘mostrar’, ‘provar’ ou ‘chamar a atenção’ para uma determinada matéria ou perspectiva” (Carvalho, 2015: 188-189). O caso em estudo traduz a ideia: na defesa da legalização do aborto, o discurso da campanha é constituído de forma a chamar atenção para um viés distinto do usualmente tratado pela questão, a vida das mulheres que praticam o aborto ilegal no Brasil, mostrando como e porque as interrupções nas gravidezes acontecem e “provando” que a Lei não se adequa à realidade social nem promove o bem estar social.

Na sequência, a autora discorre sobre as estratégias que considera mais relevantes: o enquadramento da realidade de que se fala num determinado ângulo, a partir dos mecanismos de seleção e composição; o posicionamento, relacionado à identidade do sujeito do discurso e a relação deste com os outros; a legitimação ou deslegitimação, construída sobre a ideia de justificar ou desconstruir as justificativas das ações, do poder, da realidade; e a politização ou despolitização, definidas como a atribuição ou retirada de estatuto político ao que se fala (Carvalho, 2015: 189-190).

Charaudeau (2010: 59) também nos fala sobre legitimidade quando avança sobre os postulados que usa para refletir sobre o discurso propagandista. Para o linguista, as estratégias

elaboradas para estabelecer influência se concentram sobre o contato entre os sujeitos e a relação que se estabelece entre eles; a construção da imagem do sujeito que emite a mensagem (o que chama de *ethos*); a forma como o discurso apresentado toca o afeto do ouvinte para seduzi-lo ou persuadi-lo (a que chama de *pathos*); o modo como se organiza o discurso para descrever e explicar o mundo sobre princípios de veracidade (chamado *logos*).

Acreditamos, neste momento, ser válido apontar também a distinção que o autor faz entre discurso propagandista e manipulação. Esta é caracterizada principalmente pela ruptura do contrato no qual as duas partes estão cientes das intenções; a pessoa que manipula não informa de suas intenções e projetos, iludindo o receptor sobre o que apresenta para convencê-lo que se refere a algo bom para si enquanto na verdade é bom apenas para os desejos do emissor. Muitas vezes, tentativas de manipular são acompanhadas pela simplificação da questão, pelo uso de estereótipos e pela repetição do discurso (Charaudeau, 2010: 69).

A partir destes horizontes teóricos, podemos afirmar, primeiramente, que a Campanha #EuVouContar elabora uma estratégia discursiva com finalidade de convencer outros a aderirem ao seu projeto, mas não um estratagema de manipulação do público. Pelo contrário, é explícita sobre os objetivos do projeto e onde deseja chegar. Além disto, usa de recursos opostos aos que Charaudeau (2010) aponta como tipicamente manipuladores: ao invés de simplificar o debate sobre aborto, apresenta um discurso complexo, onde cada relato traz novas variáveis da realidade que circunda o tema. O estereótipo da mulher que aborta, por sua vez, é desconstruído, a partir da diversidade de casos apresentados. A repetição é o único elemento que encontramos de alguma forma: enquanto cada relato é diferente entre si e avança novas questões para o público, está também a ser repetido o argumento central do projeto, de que a prática deve ser legalizada.

Dito isto, podemos avançar sobre o entendimento de que o enquadramento é uma estratégia que acontece de forma consciente ou não em toda e qualquer narrativa. Carvalho (2015: 189) define o ato de enquadrar como “organizar o discurso de acordo com um certo ponto de vista ou perspectiva” e avança que “o que está em jogo na análise de enquadramento é como, e não se, um ator enquadra a realidade”. Toda mensagem, afinal, é construída a partir de um ponto de vista. Na Campanha #EuVouContar, encontramos diversas variáveis que interferem com mais ou menos força nesta organização discursiva; podemos realçar, no pano de fundo, a postura feminista, em defesa dos direitos humanos e da legalização do aborto da instituição que a organiza. Além disto, está expressa a intenção de fazer do discurso do projeto uma mensagem contra a criminalização do aborto, adentrando um discurso historicamente construído por

sujeitos que constroem a defesa da legalização da prática e são também molduras para o conteúdo em análise.

É também aqui que encontramos a tentativa de ruptura de uma das interdições do discurso apontadas por Foucault (1999), nomeadamente o tabu do objeto. Isto se materializa especialmente a partir de uma mudança de foco proposta pela Campanha, que localiza no centro da narrativa as experiências de mulheres reais que fizeram abortos clandestinos. Muitos interdiscursos costumam focalizar a questão como um debate sobre a afirmação da existência de vida a partir da concepção e a percepção do aborto como “assassinato”; assim, atribuem ao aborto o significado de algo moralmente condenável, que deve ficar em segredo, configurando o tabu. De outro lado, temos também a relação com as ideias de maternidade, como algo que necessariamente integrará a existência socialmente construída de “ser mulher”.

Ao situar o discurso num enquadramento distinto do convencional, a Campanha propõe direcionar o olhar do público interlocutor para outro lugar, nomeadamente as relações de significados entre as mulheres e as gravidezes indesejadas, os riscos e consequências dos abortos, a solidão, o abandono e os demais aspectos que tratamos nos capítulos anteriores. A mudança na moldura tem como consequência uma proposta de mudança no conteúdo do debate público: trabalha-se com a apresentação de situações concretas que fazem as mulheres optarem por não ter um filho, o facto de que a Lei não impede que estes abortos aconteçam e a percepção de como a criminalização da prática apenas aumenta os riscos e reforça as estruturas de desigualdades que constituem a sociedade brasileira.

Correlacionam-se ao enquadramento os processos de seleção e composição do discurso. “Seleção é um exercício de inclusão e exclusão de factos, opiniões, juízos de valor, etc. Composição é o arranjo desses elementos a fim de produzir um certo significado” (Carvalho, 2015: 189).

Num discurso criado a partir de relatos, a seleção começa nas próprias narrativas oferecidas ao público: opta-se por este género de conteúdo e excluem-se os outros, como dados estatísticos e ensaios científicos sobre o tema. Uma vez que não encontramos informações sobre como as estórias foram escolhidas, podemos avançar duas hipóteses: a organização recebeu um volume de estórias superior às 52 que estão a ser publicadas e decidiu-se por estas ou apenas estas foram recebidas e consequentemente eleitas. Outro aspecto da seleção sobre o qual podemos refletir diz respeito às marcas de ausência de edição que encontramos em alguns textos, o que nos mostra a opção por publicar ou fazer parecer que se está a publicar relatos na íntegra.

As narrativas são então organizadas segundo uma composição que formará o discurso integral da Campanha para alcançar os significados desejados. O conjunto compõe uma

mensagem única, enquadrada nas experiências das mulheres, de forma a afirmar que estas vivências da Lei são relevantes e que a Lei não se adequa a realidade. A diversidade de estórias, por sua vez, constitui a ideia de que qualquer mulher pode abortar, não existe um perfil determinante; entretanto, traz também a ideia que as localizações sociais destas mulheres, que podem ser traduzidas nas ‘diferenças que fazem a diferença’ de que Crenshaw (2002) nos fala quando define o conceito de interseccionalidade, fazem dos abortos vivências muito diferentes entre si.

Neste ponto, encontramos também o que Charaudeau (2010: 59) definiu como *logos*. A composição do discurso a partir dos relatos das mulheres oferece uma descrição e uma explicação sobre como se dão os abortos clandestinos, que elementos permeiam decisões e motivações das mulheres que os fazem, as violências e dificuldades que os envolvem. Para isso, descreve diversos aspectos da sociedade, como as relações e desigualdades entre homens e mulheres, a relação entre mulheres e as expectativas sobre atividade sexual, educação sexual, uso de métodos contraceptivos, privilégios de classe, desigualdades étnico-raciais, etárias e muitas outras.

Na sequência, podemos nos debruçar sobre o *pathos*, ou seja, a maneira como o discurso é orientado para tocar os afetos do interlocutor e persuadi-lo (Charaudeau, 2010: 59) a aderir a uma ideia. Ao descolar o aborto da ideia de assassinato de uma vida que tinha direitos e lançá-lo como resultado de um contexto no qual a maternidade não era possível ou desejada, intenciona-se constituir uma estratégia de sensibilizar o público e gerar empatia pelas mulheres, não pelas supostas vidas não nascidas. Neste ponto, a estratégia da Campanha procura ativar imaginários através de estórias diversas, sobre a ideia de que alguma daquelas podia ser do próprio interlocutor ou a de alguma mulher com quem se relaciona. No fundo, está a propor a reflexão sobre se estas mulheres merecem ser punidas legalmente, moralmente e passar pelas dificuldades e violências que vivem por decidirem não se tornarem mães.

Para isto, descreve uma realidade conhecida do público, envolta em questões objetivas e subjetivas que também são familiares, como o abandono por parte dos homens, os desejos de um futuro melhor, as possibilidades de mudar de vida que serão interrompidas pela gravidez, a resistência das famílias em aceitar que as filhas jovens fazem sexo, a ausência de educação sexual, a divisão desigual das tarefas domésticas entre homens e mulheres, a tristeza, as violências, o medo da morte e outras. Encontramos, portanto, a tentativa de aceder a subjetividades a partir da identificação, se não com a gravidez, com um contexto que a envolve: aquela história não foi do ouvinte, mas podia ter sido. Ao ser capaz de promover este encontro

de sentimentos, deixa a sugestão que o aborto clandestino é uma decisão que podia ter sido tomada e, assim, levanta a hipótese da legalização como algo bom para a sociedade.

Acontecem ainda em conjunto estratégias de legitimação e politização, assim como seus revezes. Subverte-se aqui uma segunda interdição do discurso: o ritual da circunstância (Foucault, 1999). A organização social brasileira propõe uma democracia representativa com rituais que legitimam o debate político: o parlamento é o exemplo mais óbvio, mas podemos citar ainda os movimentos sociais e a sociedade civil organizada, que fazem também intervenções na institucionalidade. Entretanto, as redes sociais online têm sido um espaço onde as conversas e construções políticas estão a ganhar fôlego e relevância, com a possibilidade de inclusive extrapolar estes espaços.

Dieminger e Oliveira (2015: 11), por exemplo, refletem que “o compartilhamento de experiências facilitadas por *fan pages* em redes sociais reforça a noção nas mulheres de que tais desigualdades podem ser politizadas com o intuito de desestruturar a hegemonia patriarcal”. As próprias autoras usam o termo politizar: as experiências partilhadas passam a ser politizadas, assim como se consolida a própria ideia de que o que está a ser vivido é atravessado por elementos políticos e aquilo que antes se tinha como uma ocorrência da vida particular passa a ser percebido como cultural, estrutural e sistêmico. Tratamos especificamente deste caso.

O aborto no Brasil tem sido uma questão política tratada no parlamento e pelos movimentos sociais e organizações da sociedade civil feministas desde a redemocratização nos anos 1980, segundo os rituais de cada um dos espaços, os quais muitas vezes se encontram. Entretanto, agora são as experiências com abortos clandestinos que estão a ser politizadas, com todas as informações e evocações que os relatos de vida são capazes de transmitir. Esta atribuição de caráter político às narrativas e subsequente publicação vai compor uma estratégia que materializa a máxima feminista “o pessoal é político”, ao mesmo tempo que coloca o debate numa arena que podemos chamar de “desritualizada”, que permite a interação direta entre emissor e receptor, sem limites de espaço.

Ao mesmo tempo que não existe limites nas possibilidades de interação, nem todas as pessoas acedem às mesmas informações da mesma forma. Podemos recorrer à teoria do *two step flow of communication*, o fluxo de comunicação em dois níveis, definido pela identificação dos líderes de opinião, capazes de influenciar grupos de pessoas a partir do que percebe e partilha do mundo com os outros (Wolf, 1999). Esta teoria, explicam Batista e Zago (2010: 136) abriu espaço para a possibilidade de uma teoria de fluxo de comunicação em múltiplos níveis, criada por Everett Rogers a partir da obra *Diffusion of Innovations*, e aplicada à difusão de informações na internet. Nos múltiplos níveis, “a comunicação vai e volta entre diferentes

canais e indivíduos. Conforme os papéis exercidos, estes podem atuar como influenciadores em uma situação e ser influenciados em outras” (Batista e Zago, 2010: 140).

Embora não exista um limite formal à quantidade de receptores possíveis para um conteúdo nas redes sociais online, existe de facto um grande contraste entre o número total de utilizadores e o número de pessoas que subscrevem os media que divulgam as peças. As informações publicadas, portanto, não alcançam a todos, mas alcançam sujeitos que podem agir como amplificadores não apenas a partir da partilha do conteúdo nas mesmas redes, mas também pela influência que vêm a ter sobre os grupos nos quais se encontram. Mais uma vez podemos verificar a estratégia de politização: ao atribuir caráter político aos relatos e, consequentemente, ao discurso composto através deles, intenta-se que este discurso seja percebido como político, para que assim sejam tratados nas demais interações de quem o recebeu.

Simultaneamente, está a estratégia de legitimação deste discurso político. Afinal, um discurso com intenção de persuadir que seja considerado ilegítimo pelos interlocutores nunca alcançará seu objetivo. Neste caso, a tentativa de colocar o discurso da Campanha #EuVouContar como legítimo sustenta-se, especialmente, sobre dois pilares: (i) temos uma representação de realidade que é formada a partir de relatos reais, não de ficção; (ii) evoca-se o histórico de seriedade e credibilidade das instituições e pessoas que estão à frente da campanha.

No que diz respeito ao primeiro, é nele que encontramos a ideia de ser legítimo para justificar uma determinada ação pretendida que, neste caso, é a intenção de mudar a legislação que define como crime o aborto ou de conquistar adeptos para esta ideia. A representação da realidade apresentada pelo discurso da campanha é feita de forma a mostrar por que, por inúmeros motivos, a criminalização é tanto um prejuízo à sociedade como é ineficaz no sentido de evitar abortos. Apresentam-se aqui os argumentos que sustentam o desejo de mudança: os abortos continuam a acontecer; as mulheres sofrem violências e correm riscos para aceder-los; as gravidezes indesejadas estão relacionadas não só a biografias pessoais, mas a estruturas sociais e são estas que devem ser corrigidas, dentre outros. Como realçamos antes, outro elemento que dá legitimidade ao discurso é a descrição de uma realidade familiar ao público interlocutor: não apenas as estórias são reais, como descrevem processos conhecidos e, portanto, fortalece a ideia que este discurso é baseado em evidências empíricas.

Além disto, a Campanha #EuVouContar traz a assinatura de uma instituição com vinte anos de atuação pública, referência em diversos debates de direitos humanos, género e bioética. A cada nova publicação, em todas as redes sociais online, esta assinatura se repete, pois a página que publica as peças é justamente a página da organização. Assim, o discurso, que é o discurso

emitido por alguém, recebe numa relação direta a credibilidade e seriedade deste alguém, nomeadamente a Anis.

5.3. LUGAR DE FALA E A ESTRATÉGIA DE POSICIONAMENTO

Para analisar a estratégia de posicionamento (Carvalho, 2015), ou seja, da construção dos atores sociais da campanha na relação com os outros, nomeadamente o público, que também pode ser traduzida no que Charaudeau (2010) chama de *ethos*, a construção da imagem do sujeito falante, vamos avançar sobre o estudo de Djamila Ribeiro (2017) a respeito da ideia de lugar de fala. Optamos por trabalhar com este conceito a partir dos significados relevantes que os relatos das mulheres assumem na configuração das demais estratégias, nomeadamente o enquadramento, a legitimação e a politização.

A filósofa brasileira aponta que os privilégios sociais estão relacionados a privilégios que são também epistêmicos e, por consequência, alguns tipos de conhecimento são considerados legítimos enquanto outros, não. A autora refere-se à análise da antropóloga Lélia Gonzalez sobre o tema e avança que:

A consequência dessa hierarquização legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica, conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e, assim, inviabilizando outras experiências do conhecimento (Ribeiro, 2017: 16).

Assim como os conhecimentos propriamente ditos, as formas como estes são construídos também são consideradas ilegítimas ou não científicas. Como exemplo, Ribeiro (2017: 18) traz o pensamento da filósofa panamenha Linda Alcoff para explicitar os saberes que ficam de fora do que é tido como conhecimento. Historicamente, avança, se tratam dos desenvolvidos por povos não-brancos, colonizados e construídos fora das universidades; dentre eles, cita a escrita de si na primeira pessoa.

Encontramos aqui pontos parecidos aos que Foucault (1999) elenca quando fala sobre a constituição do regime de verdade. Ao analisar as disciplinas de conhecimento, o filósofo reflete sobre a hipótese de uma proposição tomar parte deste discurso científico e afirma: “antes de poder ser declarada verdadeira ou falsa, deve encontrar-se, como diria M. Canguilhem, ‘no verdadeiro’” (Foucault, 1999: 34).

Na sequência da obra, Ribeiro (2017: 34) começa a construir a ideia de lugar de fala como algo relacionado ao regime autorização discursiva. A autora se refere à teoria do *feminist standpoint*, elaborada por Patricia Hill Collins, para trazer a relevância de explicitar diversidade de sujeitos, experiências e diferentes pontos de vista de análise de um fenômeno. Entretanto,

realça, não se trata apenas nem sobretudo da experiência individual da pessoa, mas de onde esta pessoa se localiza nas relações de poder enquanto grupo: “Como explica Collins, a experiência de fulana importa, sem dúvida, mas o foco é justamente tentar entender as condições sociais que constituem o grupo do qual fulana faz parte e quais são as experiências que essa pessoa compartilha ainda como grupo” (Ribeiro, 2017: 38).

A filósofa aponta que a consequência de trazer para a análise estas diferenças entre as vivências, assim como o conhecimento que delas advém a partir da localização nas relações de poder, promove a quebra de uma falsa ideia de universalidade do conhecimento. Este, por sua vez, está também situado numa face destas estruturas, nomeadamente na posição de dominante, e por isso sua epistemologia é considerada legítima (Ribeiro, 2017). Num diálogo com as ideias de Foucault (1999), podemos construir a reflexão que este conhecimento dos grupos dominantes vai resultar num discurso de conhecimento que não sofre interdições, que está localizado ‘no verdadeiro’.

Por isto, “ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva” (Ribeiro, 2017: 40). O lugar de fala será então definido por esta característica de tornar explícitas as localizações sociais de quaisquer que sejam os sujeitos falantes; não se trata de definir quem pode ou não falar sobre determinado assunto, mas de realçar sob que perspectiva o faz, de forma a validar e reconhecer que grupos sociais diferentes vão produzir ideias e interpretar questões de formas também distintas; além disto, a autora sublinha que o direito ao discurso, ao poder falar, se traduz também no direito à própria humanidade (Ribeiro, 2017).

Podemos começar a aplicar as ideias apresentadas ao caso em análise a partir da construção do discurso da Campanha #EuVouContar por relatos de mulheres que fizeram abortos clandestinos. No debate público, temos por um lado discursos religiosos, nomeadamente católicos e evangélicos, que se detém às hipóteses sobre o começo da vida e propagandeiam, enquanto sujeitos autorizados junto a suas comunidades, a doutrina da hominização imediata e, na melhor das hipóteses, a ideia de perdão para o pecado de encerrar uma vida. A produção científica sobre o tema, por sua vez, avança segundo os rituais deste campo de atuação a partir também da legitimação dos seus intérpretes segundo determinados critérios que funcionam como mecanismos de legitimação para os cientistas, mas também como interdição para quem está fora da dinâmica privilegiada de aceder aos altos níveis educacionais. Assim, o ato de trazer a público as vivências das mulheres desloca o olhar para uma coletividade de sujeitos e uma

experiência que não costumam fazer parte do debate sobre o aborto por diversos motivos, especialmente pela proibição de se falar sobre ter praticado um aborto sob o risco de prisão.

As mulheres que narram suas estórias se configuram como um primeiro emissor deste discurso, especialmente quando o contato com as peças se dá através dos textos, que estão sempre na primeira pessoa do singular. Neste sentido, elementos apontados por Ribeiro (2017) tornam-se parte da estratégia de posicionamento da campanha: legitima-se o conhecimento produzido por um grupo historicamente subjugado, as mulheres, através de um método considerado inválido, o falar de si em primeira pessoa a partir da experiência com uma realidade específica, o aborto clandestino.

A vivência é individual, pois cada relato é único e traz isto como marca discursiva, mas é igualmente consequência de uma estrutura social que define a localização deste grupo. Portanto, o aborto clandestino é também uma experiência coletiva, assim como a ruptura do silêncio e a publicação de narrativas vão tomar parte numa luta e num processo de cuidados que são coletivos. A legislação e os atores a ela relacionados, como parlamentares a favor da criminalização, por sua vez, podem ser lidos como parte da estrutura dominante que interdita esta epistemologia como socialmente relevante e não a tem em vista na tomada de decisão.

O discurso coletivo, entretanto, existe a partir da iniciativa da Anis de colher os relatos, publicá-los e organizá-los numa narrativa comum que se materializa na campanha. É possível considerar a instituição como um segundo emissor deste discurso, mas com um posicionamento diferente em relação ao público. Ainda que a estratégia de validação de experiências historicamente silenciadas continue presente, o lugar de falar deste emissor é outro. A Anis é uma instituição da sociedade civil organizada, com figuras públicas relevantes, além de vinte anos de atuação nos campos de pesquisa social, incidência política, litígio estratégico e projetos de comunicação nas temáticas de direitos sexuais e direitos reprodutivos, dentre outros.

Isto nos traz outro elemento a ter em vista na estratégia discursiva: o processo de validação do discurso das mulheres como fonte de conhecimento e informações relevantes para o tratamento da questão começa num sujeito institucional que já é considerado apto a falar. Apenas após serem atravessadas por esta legitimação que as estórias chegam ao público como peças de comunicação. Encontramos, portanto, uma estratégia na qual um sujeito enunciador cujo discurso está autorizado, ainda que para se contrapor ao discurso dominante, constrói a mensagem a partir de uma soma de falas interditadas, de forma a tentar estender a estas falas a própria legitimidade. Assim, enquanto cada mulher conta apenas a própria estória, a Anis aparece como o enunciador da história coletiva das mulheres com aborto.

Na narrativa desta história coletiva, a instituição avança sobre a estratégia de romper a ideia de um conhecimento único, que invisibiliza experiências pelo critério do quanto menos socialmente privilegiados são os sujeitos que as vivem. Ao mesmo tempo que as mulheres são um grupo subalternizado que agora tenta ter seu discurso autorizado e legítimo, não são um grupo homogêneo. As ideias de interseccionalidade (Crenshaw, 2002), de exploração-opressão (Saffioti, 2009) e de matriz de dominação (Hill Collins, 1990) explicam as distinções das experiências que as mulheres vivem a partir de quais marcadores sociais se relacionam na sua existência. A multiplicidade de histórias apresentadas pela Campanha retoma esta afirmação e expõe que vidas diferentes terão experiências de aborto também distintas. Temos, portanto, um *ethos* construído sobre a ideia de abraçar a diversidade e não tenta universalizá-la, enquanto propõe uma solução coletiva no campo dos direitos.

A Anis constrói este posicionamento em relação ao público da Campanha #EuVouContar, mas é preciso realçar que este sujeito é marcado por um segundo posicionamento, que se dá em relação às próprias mulheres. Antes de serem narradoras que fazem parte de um discurso coletivo, elas foram público interlocutor, envolvidas num processo de persuasão. O primeiro vídeo da Campanha, que fala das intenções do projeto, é também uma convocatória pública de reunir narrativas; nele, os interesses de convencer a aderir a determinada ideia estão direcionados prioritariamente às mulheres que já praticaram um aborto clandestino.

Neste momento, os argumentos avançam sobre o imaginário e o campo dos afetos de outra forma. As afirmações se dão no sentido de que a partilha de estórias vai tomar parte num processo de luta por direitos e cuidado coletivo, que será importante para mostrar que a legislação prejudica as mulheres. Não são os mecanismos de identificação com os relatos que estão ativados, pois não existem ainda narrativas, mas o fim de uma pena de silêncio e a ideia de que aquela experiência e o conhecimento por ela criado são importantes, pois, conforme aponta Ribeiro (2017), o direito ao discurso é também o direito à humanidade. Ao mesmo tempo, a instituição propõe um pacto de confiança com estas mulheres que se sustenta no lugar de fala que ocupa, nomeadamente a posição de referência na defesa dos direitos.

Embora o objeto de análise deste trabalho sejam os textos da Campanha consideramos relevante introduzir um elemento dos vídeos que os acompanham para encerrar esta análise: a narradora. Os textos dos relatos das mulheres, quando são apresentados na versão de vídeos, são lidos por uma representante da Anis, a professora e antropóloga Débora Diniz. Ainda que as leituras mantenham a narrativa em primeira pessoa, existe um novo personagem que é inserido na relação com o público; além disso, não se trata de uma pessoa que representa apenas a instituição, mas de uma pessoa pública conhecida pelo histórico trabalho com o tema.

Algumas hipóteses podem ser levantadas para falar desta opção. Primeiro, percebemos que é preciso guardar o anonimato das mulheres, mesmo que as histórias tenham mais de oito anos e punições formais não sejam mais aplicáveis. Como refletimos nos capítulos anteriores, ainda que não possam ser presas, existe uma condenação moral social por parte dos amigos, familiares e colegas de trabalho que podiam resultar em outros gêneros de punição e, ao tornar as histórias públicas, estes tipos de efeitos se tornam incontroláveis.

A segunda questão diz respeito à própria existência dos vídeos. As redes sociais digitais, ao definirem os algoritmos de relevância, valorizam alguns gêneros de conteúdos em detrimento de outros. Os vídeos, mais que os textos, “ensinam” ao algoritmo que aquele conteúdo é importante e aumentam o alcance da publicação. Existe, assim, uma demanda a ser atendida que é relevante para o objetivo do projeto, de conseguir o máximo de adeptos possível para a ideia da legalização do aborto, mas que entra em conflito com o princípio de preservar o anonimato. A estratégia usada para tentar contemplar a ambos, então, é a figura da narradora.

Esta opção, todavia, pode ser lida de diversas formas. De um lado, podemos encontrar a representação de uma alegoria de mulher, que traz em si as histórias de todas as mulheres, marcadas linguisticamente pelo pronome “eu”. Neste sentido, o que percebemos como ideia sugerida é que a coletividade de relatos pode se materializar em qualquer uma, pois as dores de todas são relevantes e compõem a narrativa coletiva. O diverso, então, ainda que não seja universal, pode ser unificado num projeto.

Ao mesmo tempo, trata-se de uma mulher que sofre menos interdições que muitas das que “emprestaram” vivências à Campanha #EuVouContar. As marcações sociais de etnia e escolaridade, o espaço que ocupa como pessoa pública, como intelectual de referência no debate, e o vínculo institucional com a entidade que promove a campanha são alguns elementos que já lhe constituíam como oradora autorizada. A necessidade de anonimato de algumas mulheres enquanto esta outra em específico pode falar é também uma marca das desigualdades estruturantes, inclusive no que diz respeito aos direitos reprodutivos e na construção epistemológica deste conhecimento. Assim, a própria tentativa de subversão é atravessada pela mesma estrutura de desigualdades. Neste sentido, a presença da narradora constrói um *ethos* distinto, baseado em quem ela é, e este é diferente do *ethos* coletivo das mulheres que fizeram abortos clandestinos.

Um terceiro ponto a ser levantado é que esta pode se configurar como uma estratégia de usar ou estender os privilégios sociais de que dispõe para dar espaço a outras pessoas que estão em relações de exclusão. Do ponto de vista institucional, a Campanha #EuVouContar é atravessada pela legitimidade da Anis. Do ponto de vista visual, todavia, encontramos uma

narradora com mais hipótese de ser ouvida e validada pelo público difuso interlocutor justamente pelos privilégios associados a si, e que pode se expor a este processo supostamente com menos riscos. Existe, então, uma duplidade: ao mesmo tempo que isto se apresenta como uma marca de desigualdades, é também usado como instrumento de proteção para que as estórias possam ser publicadas.

Por último, temos a sugestão da ideia que alguém está a organizar o discurso. Embora a assinatura da Anis a cada peça através da publicação nos media institucionais explice isto, a presença imagética e permanente da narradora humaniza este posicionamento ao mesmo tempo que representa um fio condutor que unifica as narrativas numa só. No meio da diversidade de estórias, temos a construção de uma personagem que se torna íntima do público, pois é através dela que os utilizadores de redes sociais entram em contato com as narrativas. Desta forma, ainda que as narrativas propriamente ditas não sejam editadas, o que nos é sugerido por marcas de não edição, realça-se a ideia que existe uma mediadora entre as estórias e o público e que esta mediadora é criteriosa e confiável. Isto vem a compor o posicionamento da Anis em relação aos interlocutores difusos das redes sociais, assim como contribui para a estratégia de legitimação do discurso da Campanha.

A partir destas dinâmicas de posicionamentos, podemos avançar sobre a última interdição do discurso elencada por Foucault (1999), o direito privilegiado do sujeito que fala. Enquanto as outras duas interdições são de alguma forma rompidas, nesta encontramos maior ambiguidade: é subvertida ao mesmo tempo que não o é. Por um lado, temos mulheres reais a contar relatos historicamente silenciados e estas vivências são validadas, tanto individualmente como enquanto experiências de grupo, assim como o conhecimento que delas advém é considerado legítimo. Por outro, isto acontece através de um processo organizado por sujeitos que tinham, a partir de algumas localizações, o privilégio da fala e o consequente direito de serem ouvidos, mas, a partir de outros, a necessidade de propor um novo “regime de verdade” transformar as estruturas de poder. Resgatando a ideia de Collins (1990), temos aqui uma materialização do binômio conceitual “both/and”.

Finalmente, a interpretação que oferecemos para o que encontramos neste aspecto é uma estratégia de posicionamento que tenta usar o direito privilegiado do sujeito que fala para romper, de alguma forma, com o próprio direito privilegiado de falar. Assim, a Campanha #EuVouContar forma este discurso propagandista no qual a multiplicidade de sujeitos envolvidos é processada numa unificação que o fortalece do ponto de vista da persuasão dos interlocutores, mas que também está atravessado pelas mesmas estruturas de poder que tenta desconstruir, o que traz perdas do ponto de vista de uma real ruptura.

CONCLUSÕES

Concluímos esta investigação num momento que o lobby contra o aborto caminha a passos firmes no Brasil: elege parlamentares, organiza manifestações, articula-se internacionalmente e até mesmo investe na formação de juristas antiaborto (Villaméa e Tarantino, 2019). Estamos em meio a um embate de forças do qual nosso objeto de estudo é um episódio que ainda precisa de distanciamento temporal para ter sua relevância percebida. Entretanto, isto não nos impede de avançar algumas conclusões após este percurso investigativo. Afinal, como as histórias de vida são usadas para construir a estratégia discursiva da Campanha #EuVouContar?

Primeiramente, para perceber o aborto clandestino no Brasil é necessário inseri-lo no quadro mais amplo das desigualdades de gênero, onde os direitos reprodutivos são uma das formas de manutenção das hierarquias sociais. Neste sentido, procuramos explicações para a organização da própria sociedade brasileira, estruturada pelo capitalismo, pelo patriarcado e pelo racismo. Encontramos elucidações sobre como as estruturas se materializam de formas diferentes nas vidas vividas; nomeadamente, dialogamos com as ideias de exploração-opressão, de Saffiotti (2009); de interseccionalidade, de Crenshaw (2002); e matriz de dominação, de Collins (1990).

A partir daí, apresentamos a Campanha #EuVouContar como nosso objeto de estudo. Construída a partir da reunião de relatos de vida de mulheres que fizeram abortos clandestinos no Brasil, consideramos o discurso do projeto como um discurso de luta (Foucault, 1993). Ao propor inversões de poder pela nomeação dos processos que vão ser determinantes para que uma mulher aceda a um aborto clandestino, assim como das violências sofridas, encontramos a tentativa de romper interdições discursivas e construir um novo regime de verdade (Foucault, 1999). No contexto de uma sociedade que a comunicação estrutura as relações sociais, a forma como este discurso de luta tenta existir é através de uma visibilidade mediada (Thompson, 2008). Especificamente, o ambiente escolhido pela Campanha são as redes sociais online, o principal media onde a sociedade civil organizada tem encontrado hipóteses de se fazer ouvir e intervir na realidade.

Uma vez que tratamos de um discurso formado por relatos de experiências, a combinação de métodos de análise do discurso (Brandão, 2012; Carregnato e Mutti, 2006; Capelle, Melo e Gonçalves, 2003; Carvalho, 2015; Chouliaraki e Fairclough, 1999; e Maingueneau, 1996) e de investigação da realidade através de histórias de vida (Bertaux, 1980 e 1989; Kofes, 1994; e Ferrarotti, 2007) se mostrou eficaz para condicionar o olhar que lançamos sobre o objeto de estudo e alcançar respostas para a questão de partida. Propomos-nos, então, a uma análise dividida em três etapas a partir do terceiro capítulo.

Através de um conjunto de relatos, nomeadamente as Histórias 1 a 40, encontramos estruturas sociais que se relacionam com a experiência do aborto clandestino. Acedemos, assim, à realidade complexa que descrevemos no primeiro capítulo, agora traduzidas nas vivências de mulheres que optaram por interromper voluntariamente uma gravidez indesejada. Sobretudo, percebemos o aborto como uma decisão contextual, relacionada a uma série de fatores cuja construção de significados tem início muito antes do momento da gravidez em si: educação sexual, idade da gravidez, acolhida da família, abandono ou não do companheiro e perspectivas de futuro são alguns deles.

Podemos ainda refletir que a ineficácia da legislação em impedir que abortos aconteçam está relacionada a isto: trata-se como evento algo que na verdade é uma culminância de processos. Além disto, verificamos que embora nenhuma mulher tenha sido denunciada à polícia, muitos sujeitos agem na manutenção deste regime de verdade que afirma que o aborto é errado; encontramos médicos, familiares e professores atuando inclusive como agentes punitivos.

Na sequência, avançamos sobre como experiências de aborto podem ser diferentes entre si e como são condicionadas pelo cruzamento de marcadores sociais. Para isto, escolhemos 10% do total anterior, o que resultou na análise integral do discurso de quatro estórias. Nas especificidades de cada biografia, constatamos a impossibilidade de universalizar uma experiência tão definida pela localização social de cada mulher que a vive. Verificamos ainda muitos interdiscursos a serem contestados: religiões, especialmente de matriz cristã, quem é a mulher que aborta e ideais de maternidade são alguns deles.

Chegamos, então, à análise desta estratégia discursiva, do discurso coletivo formado pela soma dos relatos. A escolha por estórias de vida para construir o discurso da Campanha #EuVouContar se mostra uma opção por dizer ao público interlocutor os elementos encontrados na realidade do aborto clandestino no Brasil e descritos nas duas etapas anteriores. Ao mesmo tempo que revelam estruturas, as narrativas têm a capacidade de alcançar afetos; neste sentido, encontramos um esquema narrativo-argumentativo característico do discurso propagandista (Charaudeau, 2010).

Além disto, podemos apontar que a apresentação de 52 histórias, reunidas pela intencionalidade declarada de dizer que a lei está errada, também pode ser lida como uma opção política de contrapor-se às invisibilidades criadas por tentativas de universalizar experiências como “mulher” e “aborto”. A hipótese de avançar estas complexidades no discurso mediático é definida também pelo tipo de visibilidade mediada que a Anis escolheu: na internet e nas

redes sociais online, organizações da sociedade civil conseguem assumir o controle das próprias narrativas e falar com o público sem mediadores.

Nas desinterdições do discurso, por sua vez, temos um processo ambíguo. Por um lado, uma afirmação possível é que o tabu do objeto foi desinterditado não apenas pelo falar sobre, mas também pela estratégia de enquadramento adotada: o foco nas vivências das mulheres. Por outro, encontramos contradições especialmente no direito privilegiado do sujeito que fala. Apesar da Anis construir um processo que tem como base a legitimação dos dizeres das mulheres, estes discursos não estão autorizados por si nem subvertem por completo o direito de falar ou o ritual a ser seguido. A visibilidade dos relatos acontece apenas a partir da iniciativa de uma instituição que atua há 20 anos no debate público a respeito da questão e que, na disputa do regime de verdade, está de alguma forma autorizada a fazer parte deste processo, legitimada por autorizações discursivas do mesmo regime a que se contrapõe: a organização formal numa ONG; a formação académica das pessoas públicas; o histórico de construção de conhecimento científico sobre o tema. Isto, todavia, nos deixa uma questão: será possível subverter por completo esta estrutura a partir de uma ação de comunicação?

Por fim, realçamos que esta dissertação não esgota o objeto. Segundo adiantam os autores que trabalhámos no segundo capítulo, oferecemos uma interpretação para a Campanha #EuVouContar. Esta construção se deu sobre referências teóricas e metodológicas escolhidas também a partir da percepção do mundo da própria investigadora. Outras são possíveis e, inclusive, desejadas. Encerramos este trabalho com muitas questões ainda abertas; algumas que esperávamos encontrar, outras que foram surpresas do processo; algumas que precisam de outros métodos para serem respondidas, outras que demandam abordagens teóricas sob vieses distintos dos que escolhemos. Entretanto, vemos as hipóteses que se abrem como uma das riquezas do processo: para entender um objeto complexo, precisamos de mais, não de menos.

BIBLIOGRAFIA

- Agência Patrícia Galvão (2018), “Sugestão de Pauta: Aborto é Responsável por 30% Mais Mortes que as Contabilizadas nos Dados Oficiais (online), *Agência Patrícia Galvão*, consultado em 15.08.2019. Disponível em: <http://bit.ly/apgabortion30porcentomortes>
- Almeida, Cássia (2018), “Concluir o ensino superior triplica a renda, mostra IBGE” (online), *O Globo*, consultado em 16.08.2019. Disponível em: <http://bit.ly/ogloboensinosuperior>
- Alves, José Eustáquio Diniz (2007), “Gravidez Indesejada: um problema econômico”, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 15 de julho de 2007, policopiado
- Batista, Jandré Corrêa e Gabriela da Silva Zago (2010), “Ativismo em Redes Sociais Digitais: Os fluxos de comunicação no caso #forasarney”, *Estudos em Comunicação*, 8
- Batista, Vera (2017), “Desemprego afeta mais mulheres do que homens no Brasil, segundo o IBGE”, *Correio Braziliense*, consultado em 06.05.2018. Disponível em: <http://bit.ly/cbrazdesempregomulheres>
- Bertaux, Daniel (1980), “La Perspectiva Biográfica: Validez Metodológica y Potencialidades”, *Cahiers Interantionaux de Sociologie*, Vol. LXIX, Paris, Presses Universitaires de France
- Bertaux, Daniel (1989), “Los Relatos de Vida en el Análisis Social”, *Historia e Fuente Oral*, 1
- Bertho, Helena (2017), “48% das mães ficam desempregadas no primeiro ano após o parto” (online), *UOL*, consultado em 06.05.2018. Disponível em: <http://bit.ly/uolmaesdesempregadas>
- Bigal, Solange (1998), *O que é Criação Publicitária ou (O Estético na Publicidade)*, São Paulo, Edições Nobel
- Brandão, Helena Nagamine (2012), “Enunciação e Construção do Sentido” em Roseli Figaro (org.), *Comunicação e Análise do Discurso*, São Paulo, Editora Contexto
- Boueri, Aline Gatto (2018), “Portugal, Espanha e Uruguai: o que aconteceu após a legalização do aborto?” (online), *Gênero e Número*, consultado em 16.08.2019. Disponível em: <http://bit.ly/ptesuruabortolegal>
- Caregnato, Rita Catalina Aquino e Regina Mutti (2006), “Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso versus Análise de Conteúdo”, *Texto Contexto Enferm*, 15(4)
- Carneiro, Sueli (2003), “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero” em Ashoka Empreendimentos Sociais & Takano Cidadania (orgs.), *Racismos contemporâneos*, Rio de Janeiro, Takano Editora
- Carvalho, Anabela (2015), “Discurso Mediático e Sociedade: Repensar a Análise Crítica do Discurso”, *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, 9
- Castro, Grasielle (2017), “Pela vida de todas: Ação do PSOL pede legalização do aborto no Brasil” (online), *The Huffpost Brasil*, consultado em 15.08.2019. Disponível em: <http://bit.ly/huffpsollegalizacao>
- Capelle, Mônica Carvalho Alves, Marlene Catarina de Oliveira Lopes Melo e Carlos Alberto Gonçalves (2003), “Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais”, *Revista de Administração da UFLA*, 5, 1
- Cenci, Ana Righi (2011), “Desigualdade e o Mito da Imparcialidade: A (Re)Produção dos Discursos de Gênero na ADPF 54”, *Revista Sociais & Humanas*, 24, 2
- Charaudeau, Patrick (2010), “O discurso propagandista: uma tipologia” em Ida Lucia Machado & Renato Mello, *Análises do Discurso Hoje*, 3, Rio de Janeiro, Nova Fronteira (Lucerna)
- Chizzotti, Antonio (2003), “A Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: evolução e desafios”, *Revista Portuguesa de Educação*, 16(2)
- Chouliarakis, Lilie and Norman Fairclough (1999), *Discourse in Late Modernity - Rethinking Critical Discourse Analysis*, Edinburgh, Edinburgh University Press

- Coelho, Alexandra Lucas (2016), *Deus-Dará*, Lisboa, Tinta da China.
- Collins, Patricia Hill (1990), “Black Feminist Thought in the Matrix of Domination”, em Patricia Hill Collins (1990), *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*, Londres, Harper Collins.
- Collucci, Claudia e Flávia Faria (2018), “SUS gasta R\$500 milhões com complicações por aborto em uma década” (online), *Folha de S. Paulo*, consultado em 15.08.2019. Disponível em: <http://bit.ly/fsus500mi>
- Collucci, Claudia e Júlia Barbon (2018), “Desigualdade pela renda e cor da pele é exposta em abortos de riscos no país” (online), *Folha de S. Paulo*, consultado em 16.08.2019. Disponível em: <http://bit.ly/fdescor>
- Costa, Thaís (2019), “Quais são as redes sociais mais usadas no Brasil em 2019?”, Rock Content, consultado em 16.08.2019. Disponível em: <http://bit.ly/redessocbr>
- Covaleski, Rogério Luiz (2016), “Consumo e publicidade: entre interesses e responsabilidades”, comunicação apresentada no XXV Encontro Anual da Compós, 7 a 10 de junho de 2016, Goiânia, Brasil.
- Crenshaw, Kimberlé (2002), “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero” (online), *Revista Estudos Feministas*, 10, 1
- Davis, Angela (2016), *Mulheres, Raça e Classe*, São Paulo, Editora Boitempo
- Dieminger, Carlise Clerici e Rafael Santos de Oliveira (2015), “Protagonismo Ascendente: O Ativismo Online nas Lutas Feministas”, *Derecho y Cambio Social*, 39
- Diniz, Debora e Ana Cristina Gonzalez Velez (2008), “Aborto na Suprema Corte: o caso da anencefalia no Brasil”, *Revista Estudos Feministas [online]*, 16, 2.
- Diniz, Debora, Marcelo Medeiros e Alberto Madeiro (2017), “Pesquisa Nacional de Aborto 2016”, *Ciência & Saúde Coletiva*, 22 (2)
- Fairclough, Norman (2010), “A Dialética do Discurso”, *Revista Teias*, 11, 22
- Ferrarotti, Franco (2007), “Las historias de vida como método”, *Convergencia - Revista de Ciencias Sociales*, 14, 44
- Foucault, Michel (1993), *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Editora Graal, 11ª edição
- Foucault, Michel (1999), *A Ordem do Discurso*, São Paulo, Edições Loyola, 5ª edição
- Gonçalves, Tamara Amoroso (coord.) e Thais de Souza Lapa (2008), *Aborto e religião nos tribunais brasileiros*, São Paulo, Instituto para a Promoção da Equidade
- Hirst, Martin (2011), *News 2.0 - Can journalism survive the Internet?* Australia, Allen&Unwin
- IBGE (2012), “Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião” (online), *Agência IBGE Notícias*, consultado em 16.08.2019. Disponível em: <http://bit.ly/ibgerelig>
- IBGE (2017), “Síntese dos Indicadores Sociais: um em cada quatro jovens do país não estava ocupado nem estudava em 2016”, *Agência IBGE Notícias*, consultado em 16.08.2019. Disponível em: <http://bit.ly/nemnembr>
- IBGE (2018), “Estatísticas de gênero: responsabilidade por afazeres afeta inserção das mulheres no mercado de trabalho” (online), *Agência IBGE Notícias*, consultado em 15.08.2019. Disponível em: <http://bit.ly/trabdomest>
- Kofes, Suely (1994), “Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites”, *Cadernos Pagu*, 3
- Maingueneau, Dominique (1996), *Os Termos-Chave da Análise do Discurso*, Lisboa, Gradiva Publicações
- Mallimaci, Fortunato & Verónica Giménez Béliveau (2006), “Historia de vida y métodos biográficos”, em Irene Vasilachis de Gialdino (Coord.), *Estrategias de investigación cualitativa*, Barcelona, Editorial Gedisa

- Mota, Camila Veras (2017), “Por que ter filhos prejudica mulheres e favorece pais no mercado de trabalho” (online), *BBC Brasil*, consultado em 06.02.2018. Disponível em: <http://bit.ly/maestrab>
- Pains, Clarissa (2019), “Defensoria Pública da União pede que medicamento abortivo volte a ser vendido em farmácias no Brasil” (online), *O Globo*, consultado em 15.08.2019. Disponível em: <http://bit.ly/citotecbr>
- Pasquale, Frank (2017), “A esfera pública automatizada”, *Libero: Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero*, 39
- Passarinho, Nathalia (2018), “Quais os próximos passos na disputa sobre o aborto no STF” (online), *BBC Brasil*, consultado em 15.08.2019. Disponível em: <http://bit.ly/stfeagora>
- Paulilo, Maria Angela Silveira (1999), “A Pesquisa Qualitativa e a História de Vida”, *Serviço Social em Revista*, 2, 2
- Pereira, Marcos Abílio (2011), “Internet e mobilização política - os movimentos sociais na era digital”, comunicação apresentada no *IV Encontro da Compolítica*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- Pires, Breiller (2018), “Antropóloga convive com a “covardia da dúvida de quem a ameaça de morte” (online), *El País Brasil*, consultado em 16.08.2019. Disponível em: <http://bit.ly/ameacdd>
- Pombo, Olga (1994), “O Meio é a Mensagem”, *1º Caderno de História e Filosofia da Educação Privilégio*, em Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, consultado em 16.08.2019. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/privil%C3%A9gio>.
- Renaux, Pedro (2018a), “Pobreza aumenta e atinge 54,8 milhões de pessoas em 2017” (online), *Agência IBGE Notícias*, consultado em 15.08.2019. Disponível em: <http://bit.ly/pobr2017br>
- Renaux, Pedro (2018b), “Mulheres continuam a cuidar mais de pessoas e afazeres domésticos que homens” (online), *Agência IBGE Notícias*, consultado em 15.08.2019. Disponível em: <http://bit.ly/trabcuidad>
- Ribeiro, Djamila (2017), *O que é Lugar de Fala?*, Belo Horizonte, Editora Letramento
- Saffioti, Heleith Iara Bongiovani (2009), “Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres”, *Série Estudos e Ensinos/Ciências Sociais*, Flacso Brasil
- Sauerbronn, João Felipe Rammelt, Isabel Ballousier Cerchiaro e Eduardo André Teixeira Ayrosa (2011), “Uma Discussão sobre Métodos Alternativos em Pesquisa Acadêmica em Marketing”, *Gestão e Sociedade*, 5, 12
- Senkevics, Adriano (2015), “A cor e a raça nos censos demográficos nacionais” (online). *Ensaios de Gênero*, consultado em 03.02.2018. Disponível em: <http://bit.ly/corcenso>
- Silva, Jonathan Chasko e Alcemar Dionet de Araújo (2017), “A Metodologia de Pesquisa em Análise do Discurso”, *Grau Zero - Revista de Crítica Cultural*, 5, 1
- Singh et al. (2017). *Abortion Worldwide 2017 - Uneven Progress and Unequal Access*, Guttmacher Institute
- Souza, Sandra Duarte de (2013), “Política religiosa e religião política: os evangélicos e o uso político do sexo”, *Estudos da Religião*, 27, 1
- Thompson, John B. (2008), “A Nova Visibilidade”, *Matrizes*, 1, 2, Editorial Universidade de São Paulo.
- Thompson, John B. (2009), *A Mídia e a Modernidade*, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 11ª edição
- UOL (2013), “IBGE usa classificação de cor preta; grupo negro reúne pretos e pardos” (online), *UOL*, consultado em 03.02.2018. Disponível em: <http://bit.ly/corgrup>
- Vieira, Isabela (2016), “IBGE: negros são 17% dos mais ricos e três quartos da população mais pobre” (online), *Agência Brasil*, consultado em 15.08.2019. Disponível em: <http://bit.ly/rendacor>
- Villaméa, Luiza e Mônica Tarantino (2019), “Como o lobby contra o aborto avança no Brasil” (online), *El País Brasil*, consultado em 16.08.2019. Disponível em: <http://bit.ly/lobbyabortion>

Villas Bôas, Bruno (2017), “Só 4,6% dos filhos de pais sem instrução concluem faculdade, diz IBGE” (online), *Valor Econômico*, consultado em 16.08.2019. Disponível em: <http://bit.ly/valor46pais>

Wolf, Mauro (1999), *Teorias da Comunicação*, Lisboa, Editorial Presença

Zago, Gabriela da Silva e Ana Lúcia Migowski da Silva (2014), “Sites de Rede Social e Economia da Atenção: Circulação e Consumo de Informações no Facebook e no Twitter”, *Vozes & Diálogo*, 13, 1

Zago, Luis Henrique (2013), “O Método Dialético e a Análise do Real”, *Kriterion [online]*, 127

FONTES

Anvisa (2006), Resolução ANVISA nº 1050, de 06/04/2006

Anvisa (2011), Resolução RE 1.534/2011, de 11 de abril de 2011

Brasil (1988), Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira)

Brasil (1940), Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 segundo o artigo 180 da Constituição que institui o Código Penal. Presidência da República.

SECOM (2016), Pesquisa brasileira de mídia - 2016, Brasília, IBOPE Inteligência

ANEXOS

Histórias publicadas na url eu-vou-contar.tumblr.com

A. HISTÓRIA 1 | “Eu nunca me senti à vontade para falar a respeito. Nem na terapia. A minha memória falha, a garganta chega a doer só de pensar no assunto. Eu tinha 15 anos quando fiz o aborto, hoje tenho 35. Foram 20 anos em silêncio. Eu tinha um namorado, e percebi que algo estava errado quando a menstruação atrasou. Fiz o teste de farmácia e deu positivo. Não acreditei. Fui sozinha no posto de saúde e pedi um exame de urina. Novamente positivo. Como eu era adolescente, a enfermeira me chamou para falar do resultado. Foi naquele momento que senti o impacto. Ela falava de banco de leite e do pré-natal. Eu achei que iria desmaiar. Eu nunca senti isso. Saí dali e falei com o meu namorado, que também não sabia o que fazer. Ele falou com um amigo que conhecia alguém numa farmácia, foi lá que conseguimos comprar o citotec. Eu me lembro que era caríssimo na época e eu tive que arranjar dinheiro de formas que eu nunca tinha feito antes: roubei em casa e vendi coisas pessoais. Eu sempre fui uma boa filha, nunca havia sido desonesta com minha família. Era muito difícil esconder aquilo tudo dos meus pais. Foi horrível. Era como ter um peso enorme para resolver e não poder contar para as pessoas que mais me amavam e confiavam em mim. Eu nunca tive problemas para falar com eles, mas eu tinha que disfarçar minha angústia. Conseguimos juntar o dinheiro, dei para o meu namorado, e entregaram o remédio. Eu fiz como mandaram, acho que foram dois na vagina e dois orais.* Não me lembro bem. Horas depois comecei a ter um sangramento intenso e muita dor. Entrei no chuveiro para acalmar a dor. Eu estava sozinha, tinha que conter o choro. Meu pai estava em casa e acordou, começou a bater na porta. Falei que era uma cólica forte, ele insistia em me levar ao hospital. Eu disse que não, e passei dias sangrando, disfarçava com vários absorventes. Eu recolhia o lixo do banheiro sem que ninguém percebesse. Meus pais notaram que eu estava diferente e deram falta do dinheiro. Eles acharam que eu estava usando drogas. Um dia, meu pai me colocou contra a parede, queria saber o que acontecia. Pediu que eu mostrasse os braços para ver se tinha picadas. Eu não aguentei e falei a verdade. Você não sabe o quanto me dói lembrar a cara dele quando ouviu a verdade. Ele saiu do quarto e pediu um tempo para pensar. Minha mãe voltou, me acalmou e contou a história dela. Ela tinha feito um aborto de meu pai quando eles namoravam. Nunca mais falamos a respeito, e eu agradeço os pais que tenho. Hoje eu tenho uma ponta de orgulho por ter resolvido e não comprometido meu futuro. Eu não me arrependo, mas o silêncio me opõe, por isso resolvi contar minha história. Eu não quero que mais nenhuma mulher sinta o que eu passei. Eu quero ajudar, como eu puder. Nem que seja contando pela primeira vez a minha história”.

B. HISTÓRIA 2 | “Ele dizia que não ia decepcionar a mãe, como o irmão já tinha feito. Nós namorávamos há um tempo, eu tinha 19 anos. Fomos juntos fazer o exame de sangue, e enquanto eu chorava por tudo, mas principalmente porque minha mãe me expulsaria de casa, ele só dizia que não ia ter este filho. Eu namorava com ele sem minha mãe saber, imagine se ela sonhasse que eu fazia sexo. Nossa casa era muito pobre, não caberia mais uma criança ali. Depois do exame, o meu ex-namorado desapareceu. Eu cheguei a ir numa casa de umbanda comprar umas soluções, marquei consulta com uma mulher que fazia a cirurgia a frio. Graças a Deus eu não consegui o dinheiro, no dia seguinte uma moça morreu no quarto de cirurgia desta senhora. Eu comecei a pedir ajuda a umas amigas. Uma amiga tinha um cunhado que trabalhava em uma maternidade e ele me vendeu o citotec. Me deu um comprido oral e uma injeção. Eu tive tanto medo que liguei para o meu ex-namorado e ele veio me dar a injeção. Em 15 minutos eu achava que ia morrer. Aquilo não era citotec, não existe citotec injetável, mas eu não sabia.* Ele fugiu e fui para um pronto socorro com uma amiga. Eu gritava de dor, os médicos e enfermeiras eram muito rudes comigo. Eles sabiam que eu tinha provocado um aborto. Eu fiquei numa maca mais de 24 horas, e sangrava muito. Minha amiga ouviu um deles dizer que esperava que eu perdesse o útero para nunca mais ter filhos. Nós ligamos para o cara que me vendeu o remédio e ele chamou o SAMU. Eu fui transferida para um hospital. Eu fiz imediatamente a curetagem, mas senti tudo. Eu sentia e ouvia rasparem meu útero. Eles não me deram anestesia. Assim que acabou eu já saí andando da maca. Eu tinha certeza que eles iam chamar a polícia. O mais certo é dizer que eu fui do hospital. Eu não tinha para onde ir, fui para a casa de uma amiga. Fui adoecendo devagar, febre alta, um cheiro estranho na vagina. Com duas semanas, descobri que estava com uma infecção horrível e fui novamente internada. Passei duas semanas no hospital. Eu fiquei esse tempo internada na enfermaria de partos. Eu só via mulheres após o parto e os bebês. Eu sei que o hospital fez isso de propósito. Três anos depois eu criei coragem e contei à minha mãe. Eu precisava contar, aquilo me sufocava. Eu passei a achar que não merecia mais ter filhos. O tabu fazia eu pensar que merecia a tortura que eu passava. Eu vivia um misto de arrependimento e de saber que aquilo foi o melhor para mim. Ter um filho é um momento certo na vida. Hoje, eu tenho um filho e sei que não teria sido capaz naquele momento. Eu tive apoio do pai desta vez, foi tudo diferente.”

C. HISTÓRIA 3 | “Eu era muito nova, o meu primeiro namorado. Demorei 7 meses para transar, fomos aos poucos. Como minha mãe não iria aceitar jamais que eu tivesse relações sexuais, tive que ir com uma vizinha na ginecologista e comecei a tomar a pílula, que guardava a sete chaves, pois se me pegassem, e depois me pegaram mesmo, eu iria apanhar muito. E eu apanhei mesmo. Era um final de semana na praia. Eu esqueci de levar a pílula e avisei meu namorado quando fomos transar. Pedi pra ele levar camisinha. Na cama, ele avisou que camisinha atrapalhava e que ele sabia controlar o gozo. Aliás, ao longo dos meus 28 anos de vida sexual, quase todos os homens com quem transei relutaram muito a botar uma camisinha. Eu engravidou. Entrei em pânico, meu namorado também. Um amigo me indicou um médico. Era muito dinheiro para uma adolescente desempregada. O meu namorado deu um jeito de arrumar e fomos na consulta com o dinheiro na mão, caso tivesse que pagar adiantado. Quando chegamos, ele me deixou na porta do prédio e falou que era melhor eu ir sozinha. Eu era muito boba e estava com tanto medo, que peguei o elevador sem ele. Quando entrei no consultório do médico, senti que estava num consultório normal. Na porta estava escrito “fertilidade e planejamento familiar”. Eu tremia. Ele me perguntou quem tinha me indicado, idade, tempo de gestação e finalmente me falou o preço. Eu falei que só tinha a metade mostrando o maço de dinheiro. Ele esticou a mão e falou “dá aqui” com impaciência e mal humor. Eu perguntei se ia doer, e ele falou ‘não, é simples’. Quando fui levantar para ir embora e marcar a data, a enfermeira me pegou e me levou para uma porta nos fundos e me deitou numa maca ginecológica. Como não estava sendo informada de nada, pensei que seria um procedimento básico de consulta, mas não, eu estava lá para iniciar o procedimento. Ninguém me avisou, ninguém me falou absolutamente nada, só me mandaram abrir as pernas. O médico entrou e sem olhar para mim, pegou um tubinho parecido com aspirador de água de dentista e botou dentro de mim. Foi então que fiquei sabendo que o método do médico era por aspiração e sem anestesia. Eu comecei a sentir muita dor, reclamei mas a enfermeira falou que era normal e que já ia acabar. Para mim aquilo durou muito tempo, eu não estava acreditando nisso, era uma dor insuportável e quando eu reclamava, a enfermeira cravava as unhas no meu braço e me mandava ficar quieta. Comecei a suar frio até que desmaiei na própria maca. Eu perdi a consciência de tanta dor. Acordei numa outra sala, como um almoço farto, cheia de caixas e produtos de limpeza. Estava com a luz desligada. Eles me deixaram no escuro. Sem saber nada do que estava acontecendo, levantei, botei a calça e saí andando. A enfermeira estava na recepção e me falou que eu não poderia levantar no período de 2 horas, que eu teria que voltar. Eu saí mesmo assim, correndo pelo corredor. Ela me seguiu só alguns passos. Como o elevador não chegava, desci pela escada, chorando. Cada vez que lembro, meu ventre dói, mas agora, que é primeira vez que conto, eu estou passando mal.”

D. HISTÓRIA 4 | “Era o primeiro dia de aula na escola. As boas-vindas tinham um recado especial para mim: ‘Não esqueçam: Educação Física reprova’. Eu era a aluna reprovada por Educação Física. Você sabe por quê? Porque eu tinha feito um aborto no ano anterior e a escola não aceitou o atestado médico para me liberar das aulas. O meu castigo seria viver o mesmo ano duas vezes, talvez para eu nunca esquecer que eu tinha feito um aborto. Você pode me perguntar por que não brigamos com a escola? Por medo, por vergonha, porque aborto é crime. Eles podiam fazer o que quisessem comigo, eles sabiam que havia sido um aborto provocado. Eu tinha 16 anos, era uma menina de classe média. Meus pais na infância foram pobres, mas minha vida foi diferente. Eu tinha um namorado que era sério para a minha idade, eram já dois anos de relacionamento. Quando eu engravidou, nenhum dos dois estava preparado para aquilo. Eu não me lembro da clínica, nem como foi o procedimento. Eu não fui sozinha, eu falei com minha família e ele com a família dele. No dia, minha mãe me acompanhou. Como você vê, o mais doloroso para mim não foi em casa, mas na escola. Eu vivi uma verdadeira humilhação. Não sei como mas todos meus colegas sabiam que eu tinha feito uma curetagem. Eu tenho uma lembrança vívida de um colega me tirando do fundo do poço. Um dia ele me trouxe uma revista que na capa tinha várias mulheres famosas que tinham passado por essa experiência. Ele não disse nada, ou eu não me lembro de ele ter falado. Me ficou um sentimento de apoio pela independência ao ver aquelas mulheres junto comigo. Eu só tinha 16 anos, e na escola passaram a dizer que eu havia perdido um filho. Eu não desejava fazer um aborto, não existe isso, ‘ah, eu desejo fazer um aborto’. Era uma necessidade. Só que eu também não queria que me marcassem como alguém que havia perdido um filho. Isso nunca foi dito ao meu namorado, entende? Essa história teve um impacto emocional muito forte em mim. Não sinto arrependimento ou culpa, só vergonha. Uma lembrança triste da humilhação que sofri na escola.”

E. HISTÓRIA 5 | “Eles só iam cuidar da dor se eu confessasse. Eu tinha medo de falar. Os médicos sabiam quem eu era e que eu tinha feito algo muito errado. Eu ouvi de uma enfermeira, ‘No mínimo, isso deve ser uma puta’. Eu sou puta assumida mesmo, o que me ofendeu foi o tom dela, ‘Isso deve ser puta com filho de

homem casado, isso deve ter sido um aborto'. Era um aborto, foi em 85 ou 86, não me lembro bem. Eu sofri uma violência sexual na rua, de nada adiantou ir à polícia. Na minha cidade não tinha quem me ajudasse com sonda, me deram uns remédios. Tomei dois e pus três na vagina. Nada. Tomei chá de quebra-pedra. Tomei Regulador Xavier, número 1, 2, 3, a cada hora eu tomava um de número diferente. Tomei 10 anticoncepcionais, usei uma injeção azul.* Eu só me sentia mal. Umas amigas me sugeriram uma receita. Eu não sabia o que era pucumã, aquela corda preta que fica do fogão de lenha. Misturei pucumã com coca-cola, uma banda de cabacinha e dois comprimidos de cibalena. Enterrei a garrafada no cemitério por três dias. O gosto era horrível, horrível. Eu acho que fiquei estragada por dentro. Até hoje meu estômago não aceita comida boa. Com dois dias tomando a garrafada, eu desmaiei no centro da cidade. Fui levada para o hospital sangrando muito, eu estava envenenada. Eu parecia um boi furado no matadouro. Fiquei meio lesada um tempo. Eu passei um ano seguindo o vento, se ele ia para a direta, eu ia com ele; se ele ia para esquerda, eu ia com ele. Foram dez dias internada. Muita gente me julga, já dizendo logo que sou puta. Eu ia para onde? Eu não tinha casa, não tinha condições de criar a criança. Quando a gente é uma trabalhadora sexual não tem essas alternativas todas de pegar avião e ir em clínica. Tem quem pergunta 'por que não deu para adoção?'. É fácil, quantos estão aí na fila de adoção e ninguém quer. É tudo criança da minha raça. Como eu alimentaria? De leite materno? Mas eu precisaria me alimentar, não tinha ninguém para me amparar. Eu falo de cadeira do que eu vivi. Tenho 51 anos e 5 filhos. Eu sou uma mulher de estrutura grande, quando fui violentada, eu ouvi na delegacia, 'por que não reagiu?'. Não reagi porque o mundo não é o que o papel diz. Eu sou uma trabalhadora sexual e eu preciso trabalhar sexualmente. Na minha vida, aborto é risco a cada cinco segundos. Eu não posso dizer 'vou fazer tabela'. Tabela de quantos homens? No final do mês eu tenho que sobreviver com dignidade. Eu vivo com dignidade, eu não roubo ninguém. A minha tabela é quanto eu vou ganhar para alimentar meus filhos com arroz e feijão. Não é lasanha, picanha e pizza. É arroz, feijão e tripa mesmo".

F. HISTÓRIA 6 | "Por onde eu começo? Há algum jeito certo de contar a minha história? Você quer me fazer perguntas? Certo, então, seguirei minhas lembranças, mas você pode me perguntar o que quiser, por favor. É bom ter alguém para conversar sobre isso. Sabe, é estranho não poder contar. Eu fico imaginando se as outras histórias que você já ouviu foram como a minha. Eu tenho 38 anos, tenho uma filha, sou casada com o mesmo homem de quem fiz um aborto. Isso foi há 12 anos, em uma clínica particular, e paguei muito caro e em dinheiro pelo procedimento. O que mais me marcou nessa história foi o lugar. Era clandestino, então nem eu tinha identificação nem as pessoas com quem eu falava. Na chegada era uma sala de espera confortável, havia várias pessoas. Tocava uma música. Quando chegou minha vez, eu fui enviada para outro lugar. Passei por uma porta, depois por outra. Andava por labirintos, subia andares, e no final havia uma porta falsa. A casa era muito grande e com muitos corredores. Eu passei primeiro por uma consulta, a pessoa perguntou se eu já tinha feito o procedimento antes, mas eu não sei com quem eu falava. A pessoa não me explicou o que ia acontecer, ou quem ia cuidar de mim. Me mandou para outro andar, noutra sala. Ali me esperavam um homem e uma mulher. Não sei porque imagino que fosse um médico e uma enfermeira. A verdade é que não sei quem eles eram, não sei os nomes. Eu não podia fazer perguntas, quase tudo era por gestos. Havia outras mulheres. Todas nós estávamos em silêncio. Eu cheguei neste esconderijo sem acompanhante. No canto em que fiquei havia três camas, os quartos eram grandes, quase sem janelas. Eu recebi um avental para vestir, e deixei minha roupa em algum lugar. Estar nua ali me aterrorizava. Fui levada a um centro cirúrgico, onde novamente havia outras mulheres. Eu não sei quanto tempo durou nem o que foi feito em mim. Parece que o tempo da caminhada entre salas e andares foi mais longo do que o procedimento. Eu só queria sair dali. A mulher, que eu achava ser a enfermeira, me perguntou se eu estava bem. Eu ainda estava meio grogue, não sei se era da anestesia. Havia pressa para que eu fosse embora. Ela só me disse, 'Em casa, tire o tampão'. Eu não sabia o que era tampão, sentia que havia algo na vagina, mas eu não fazia ideia do que era. Quando cheguei em casa, me dei conta que era rolo gigante de gaze. Eu ia puxando, puxando, não parava de sair gaze com sangue. Aquilo me deixou em pânico. Eu sei que sou uma mulher privilegiada. Não morri, eu tive dinheiro para ir numa clínica limpa, tive pessoas que souberam me orientar para onde ir. Eu penso nas outras mulheres que não tiveram o mesmo privilégio que eu. Mesmo assim, eu preciso dividir esse sentimento de silêncio que guardo em mim. É uma sensação muita estranha entrar em consultório ginecológico com outro médico e nunca ter falado disso".

G. HISTÓRIA 7 | "Eu posso falar meu nome se você quiser. Sei que o anonimato é para me proteger, mas eu queria que você soubesse que eu sou eu. Minha história é tão comum. Bem, vou começar pelo mais importante para mim. Minha mãe é empregada doméstica, ela sempre fez tudo para que eu e minha irmã estudássemos. Eu estava no primeiro ano da faculdade, uma conquista enorme para minha família. Eu sempre

fui cuidadosa, não sei o que deu errado. Quando vi, estava grávida. Eu não queria aquilo. Não sabia nem como começar a resolver, eu não podia dar este desgosto a minha mãe. E não só a ela, a mim mesma. A esposa de meu tio era envolvida com gente que vendia drogas, ela já tinha ajudado uma prima minha. Eu falei com ela. Foi ela quem conseguiu o citotec*. Eu já disse minha idade a você? Eu tinha 20 anos e namorava há uns 7 meses com um rapaz, hoje tenho quase 30. Primeiro eu fiz um exame de farmácia, depois fiz um de sangue. Eu passei dois dias chorando com o resultado. Com os remédios na mão, eu esperei um final de semana que minha mãe trabalhava dormindo na casa da patroa. Eu e meu namorado fomos para minha casa. Eu lembro da cena como um ritual. Será que eu posso usar essa palavra? Eu vesti uma camisola, botei um colchão na sala, e fomos assistir filmes. A ideia era tentar não pensar no que iria acontecer. Isso já tem quase 10 anos, é difícil ter a exata sequência dos acontecimentos. Era tudo inédito, acho que a palavra surreal cabe aqui. Eu era cuidadosa, eu já disse isso antes? Eu pus um comprimido na vagina, outro eu tomei. Me ensinaram assim, depois descobri que era pouco. Eu senti cólicas muito fortes, e tive um pouco de sangramento. Nada além disso. Eu não tinha mais dinheiro, e tentei seguir a vida e ver o que aconteceria. Eu estava um dia na faculdade quando comecei a sangrar muito. Fui ao banheiro e tudo começou a acontecer. Eu estava na rua. Você acredita em mim que eu não me lembro mais dos detalhes? Minha mãe até hoje não sabe, só minha irmã. Eu precisava contar para alguém. Falei poucas vezes sobre isso, mas ouço as pessoas falando sobre aborto e dizendo que as mulheres são egoístas por fazerem. Eu sei se fiz a coisa certa, eu não queria me explicar com você que não sou egoísta. Por que as pessoas dizem isso, você sabe me explicar? Eu não subestimo a capacidade da mulher que se torna mãe para crescer na vida. Eu só não poderia ter aquele filho. Obrigada por me ouvir, eu queria dizer meu nome a você”.

H. HISTÓRIA 8 | “O que é anencefalia? É uma má-formação grave do tubo neural. Eu explico de maneira ainda mais simples: o feto não vai sobreviver, porque não tem cérebro. Essa foi a pergunta que fiquei me fazendo semanas seguidas, lendo o que eu podia, até que encontrei um médico que me explicou. Eu estava grávida de um bebê com anencefalia. Eu descobri que estava grávida no dia 21 de março de 2017. Vivi uma mistura de sentimentos: eu me sentia grávida, um sentimento único que só quem viveu sabe explicar. Eu já imaginava como seria o rostinho, se seria menino ou menina. Até sonhar com chá de bebê eu comecei. Eu esperei as 12 semanas, pois dizem que é a fase mais comum de aborto espontâneo. Muito feliz eu me preparei para a minha primeira ultrassonografia morfológica. Fiquei três horas esperando o atendimento, e quando a médica começou o exame, ela logo ficou em silêncio. Eu fazia perguntas, e ela se esquivava das respostas. A consulta foi rápida e ela não me deu o laudo. Disse que eu fosse para casa. Passaram cinco dias e nada do laudo. Resolvi ir a outro médico. Ouvi tudo de uma vez só. Eu não acreditava que Deus estava fazendo isso comigo, eu só chorava e chorava. Fiquei com raiva de Deus, preciso confessar. Pesquisei muito e vi que os bebês não sobreviviam. Vi mentiras de histórias de bebês sobrevivendo. Mas era tudo mentira, as pessoas mentem para tirar nossa força para decidir pelo aborto. Anencefalia é incompatível com a vida, e isso não há dúvidas. Eu pensava no meu sofrimento, no sofrimento do bebê. Eu não queria passar por isso, só que lia as pessoas dizendo que uma mulher que faz aborto nesses casos é egoísta. Eu não sou egoísta, ao contrário, estava pensando no melhor para todos nós. Só que isso me perturbava. Eu rezei muito, pedi perdão, mesmo ainda tendo muita raiva de Deus. Eu tinha escolha, aquilo não era um destino de sofrimento. Eu resolvi fazer o aborto. Todos julgamos e falamos do aborto como se fosse uma coisa que não existisse. Eu tinha jurado para mim mesma que nunca faria um aborto. E lá estava eu, atrás do convênio para fazer um. O médico do convênio me disse que eu precisaria de uma ordem judicial. Isso acabou comigo, eu não sabia se isso era na polícia ou no juiz. Me sentia uma criminosa, e parecia que ninguém queria ouvir minha história. O bebê não ia sobreviver, e eu sendo acusada de querer matar alguém. A sociedade julga sem mesmo saber nossos motivos. Eu decidi pelo aborto. Comecei a procurar um advogado, fui na defensoria pública de meu estado. Nada, ninguém em ajudava. Fui pesquisar por minha conta. Descobri que havia uma decisão do Supremo Tribunal Federal que me dava esse direito. Era como se fosse uma nova lei – eu não precisava de mais nada nem de ninguém. Só de minha decisão, e ela eu já tinha tomado. Mandei a decisão judicial para o convênio, e eles demoraram a me responder. Eu, às vezes, penso que a primeira médica e o convênio queriam me obrigar a não fazer o aborto. Eu saí à procura de um serviço de aborto legal, eu descobri que existiam, e antes não sabia. Um anjo me atendeu no serviço. Eu tenho certeza que Deus voltou a cuidar de mim. Passei noites sem dormir, com coração acelerado, até o dia do procedimento. Era uma segunda-feira, cheguei no hospital e já recebi a medicação. Eu tive o trabalho de expulsão, senti dores intensas. A enfermeira disse que era para eu não ver o bebê, mas como eu ia conseguir viver sem saber se fiz a coisa certa? Depois que eu o vi, tive certeza de que fiz a coisa certa. Ele era lindo. Quando saí do hospital na quarta-feira, eu senti que fiz a coisa certa. É tão triste eu ter passado por isso e pessoas que não me conhecem, que não sabem de minha história, saírem julgando. Eu estou aqui para compartilhar com todas as mulheres que passaram pelo mesmo que eu e

não tiveram apoio, ou que não sabiam dos seus direitos, eu quero que elas saibam que não estão sozinhas. Eu fiz a minha escolha, era meu direito, e ninguém tira de mim. Eu estou agora em paz, pois sei que foi o certo. Não digo que foi fácil, mas foi a minha escolha e isso ninguém pode tirar de mim”.

I. HISTÓRIA 9 | “Quem me convidou a vir aqui contar minha história foi a minha doula. Ela participou do parto do meu último filho. Sou casada e tenho três filhos. Fui criada em uma casa evangélica, onde todos queriam que eu fosse uma santa, e não um ser humano. A minha decisão pelo aborto foi triste, não foi madura. Foi solitária. Sempre que penso nisso a única palavra que me vem à cabeça é solidão. Eu sei que se tivesse tido aquele filho minha vida não seria a que é hoje. Eu não teria esta família que adoro tanto. Eu me sinto triste não é pelo crime, minha inocência era tanta que nem sabia que era crime. Eu só sabia que era errado. Eu me entristeço porque passei por uma situação de vida ou morte sem ser acolhida. Tudo para ser a moça da boa família. Eu sei que todos ficaram aliviados. Só não sei se eu fiquei. Eu descobri que estava grávida em 1993, na época eu tinha 17 anos. Meus pais haviam migrado para trabalhar em outro país e eu tinha ficado para tentar entrar na faculdade. Eu estava terminando o ensino médio. Acho que eu me senti muito sozinha. Quando me vi grávida, não sabia por onde começar, que médico procurar. Só tinha um resultado positivo nas mãos e muita gente dando palpite. Meu namorado queria que eu fosse morar com meus pais em outro país, meus pais diziam que eu era pura deceção. Uma amiga se abriu comigo e disse que já tinha feito um aborto. Ela perguntou se eu queria também fazer um. Ela me passou o telefone e o endereço. Eu não faria isso escondido do meu namorado e da minha família. Quando contei, todos ficaram aliviados. Meu namorado me levou até o lugar. Era uma casa comum no centro da cidade. Ninguém ia suspeitar. Eu me lembro de tudo, absolutamente tudo: do quarto, do procedimento. O que mais me doeu foi ter ouvido a mulher dizer: “nossa, como tinha coisa aqui! Acho que era mais de um”. Meu mundo desabou. Era um preço muito alto para dar alívio as pessoas. No final das contas, eu acabei indo morar com meus pais e o namoro acabou. Eu achava que nunca mais seria amada. Depois de 4 anos, returnei ao Brasil e até hoje moro aqui. Encontrei meu marido e tenho uma família feliz. Mas a minha história de aborto não é feliz, não sei se de alguma mulher é. Tudo ainda me ronda como um fantasma. Eu gostaria de ter sido acolhida naquela época, mas não fui. Eu era apenas uma garota assustada que acreditava em amor de conto de fadas.”

J. HISTÓRIA 10 | “O médico era jovem, um amigo do meu namorado. Quando explicamos a situação, ele fechou a cara. Não falava mais nada. Eu não sabia se ia embora ou se chorava ali mesmo. Eu tremia tanto. Meu namorado falou mais um pouco. Ele interrompeu dizendo que não tinha como nos ajudar, e quase gritou ‘aborto é crime’. Eu já estava de pé quando ele propôs uma saída, ‘Eu não posso falar nada, mas vocês podem me fazer perguntas. Eu posso responder sim ou não. É tudo que eu posso fazer’. Aquilo era tudo que eu tinha. Parecia um teatro, mas um enredo perverso, pois eu era a vítima. Ficamos ali bons minutos, que me pareceram uma eternidade, fazendo essa tolice. Desculpe, eu sempre me emociono quando conto. Eu preciso parar de chorar quando me lembro. Eu choro não pelo aborto, mas pela humilhação que vivi. Ele tinha acesso à informação sobre o meu corpo, tudo o que eu precisava ele sabia, mas nos controlava daquele jeito. Eu me lembro de cada ida e volta: ‘O remédio é citotec*?’, ‘Sim’, ‘Podemos comprar no camelódromo?’, ‘Sim’. Enquanto isso, eu olhava rapidamente no celular em busca de novas perguntas. Parecia que aquela era minha única alternativa para não morrer daquele aborto. ‘Dois comprimidos?’, ‘Sim e não’. Foi demorado entender que eu tinha que usar sublingual e vaginal. Foi assim que aprendi o protocolo do aborto. Você pode me dizer, mas por que eu não procurei na internet, em sites como da Organização Mundial de Saúde, se sou uma profissional de saúde? Porque eu estava com medo, estava assustada, precisava ser cuidada. Saímos daí com tudo que podíamos perguntar, e com respostas sim ou não. Meu namorado comprou os remédios, eles vieram enrolados em um papel. Nunca saberei se eram verdadeiros ou falsificados. Eu fui com ele na feira, mas olhei a compra de longe. Voltei para casa e segui o protocolo. Não tive sangramento, foram horas e nada. Nenhuma alteração. Passei uma semana muito ruim, quase entrei em desespero. Sai à procura de outras pessoas que pudessem me ajudar, todas me recomendavam voltar no médico ou tomar mais comprimidos. Esperei 7 dias até criar coragem e voltar ao médico do teatro de sim ou não. Ele disse que era normal demorar, que eu voltasse para casa e esperasse o sangramento. Não sei o que houve, mas naquela noite eu comecei a sangrar e tudo acabou. Eu hoje tenho uma filha e estudo assistência ao parto. Por favor, conte minha história. Nenhum médico pode fazer o que foi feito comigo”.

K. HISTÓRIA 11 | “Minha história completou 30 anos. Não sei se interessa a você ouvir, tem tanto tempo. E eu prefiro escrever, não quero falar. Eu só conseguirei assim, não quero ouvir minha voz. Irei escrever muito, espero que você tenha paciência com minha história. Eu tinha 18 anos quando tive a primeira relação sexual, que não foi nada boa, senti muita dor e nenhum prazer. Tive muito sangramento e meu namorado debochou

de mim: ‘Você não é virgem, isso é menstruação’. Foi num motel, eu nunca tinha ido em um. Me senti desamparada já neste primeiro momento. Ele tinha 28 anos, usava drogas, eu nunca tinha visto, fiquei muito assustada. Ele era amigo de uns amigos que conheci na praia. Já deste primeiro encontro, eu engravidou. Eu não queria acreditar. Uma única relação. Ele consultou a mãe dele, pediu ajuda e ela me deu os remédios*. Ela já tinha ajudado outras namoradas dele. Eu namorava escondido dos meus pais, eu sabia que meus pais seriam contra. Ela chegou com os remédios e disse com naturalidade, ‘Minhas namoradas todas abortaram. Não é agora que vou ter um filho’. Ali eu tive certeza que eu, por vontade própria, também não teria. Eu tinha acabado de entrar na faculdade, morava na periferia. Estudar seria minha porta de saída para o mundo. Não me lembro bem como tudo aconteceu. Acho que contei para uma amiga que contou para minha mãe. Meu pai era machista ao extremo, ao ponto que não queria que eu nem fizesse faculdade, muito menos trabalhar. Não tive orientação sexual em casa. Minha mãe casou virgem, aos 24 anos. Também engravidou na primeira relação e meu irmão nasceu 9 meses depois. Meus pais não aceitaram que eu usasse os remédios e uma amiga tinha uma lista de clínicas que faziam aborto. Meus pais conversaram com essa amiga e nós iríamos à clínica. Enquanto isso, eu não podia voltar para casa, era como se não pudesse macular nossa casa com tão horripilante história. Eu estava desamparada, recebia os piores olhares. Tudo se decidiu: eu iria fazer o aborto. Fui acompanhada por uma tia enfermeira. Não me lembro quem nos levou ou buscou. Só lembro da casa amarela, de dois andares, de deitar na cama. Até aquele dia nunca tinha ido a um ginecologista, não sabia como era deitar na cama e levantar as pernas. Me lembro de uma atendente mulher, outras moças na sala de espera. Ninguém se olhava muito, havia uma vergonha no ar. Eu queria tanto um abraço, um conforto, mas não tinha. ‘Na hora de fazer você não pediu ajuda’ foi o que ouvi várias vezes. Acordei chorando muito. Foi num dia 23 de abril. Fui para a casa da minha tia para me recuperar. Emagreci, passei três dias na casa dela até parar de sangrar. Na minha casa só silêncio. Meu pai aumentou a vigilância em mim. Eu ainda fiquei um tempo me encontrando com o namorado, sempre escondida e sofrendo muito. Até um dia que resolvi que não mais iria vê-lo. Três anos depois do ocorrido, numa festa de Natal, tinha bebido um pouco, criado coragem, abracei meu pai e pedi desculpas a ele. Não disse o porquê, mas eu e ele sabíamos. Depois dele, tive outros namorados, para um deles contei a história e ele não recebeu bem. Decidi que, a partir daí, nunca mais ninguém iria saber. Eu estou agora aqui contando para você. Nem mesmo meu atual companheiro sabe. Eu não me arrependo de ter feito, mas eu não queria ter feito, você entende? Eu cheguei a tentar inventar outra vida, e nessa outra vida eu nunca teria feito um aborto, ninguém apontaria o dedo para mim. Mas essa outra vida não existe, eu já ajudei tantas amigas, ofereci o conforto que não recebi. Há uma rede de mulheres que se ajudam. Os homens? Nenhuma palavra de apoio e total incapacidade de entender o que nós sentimos. Essas pessoas todas da minha família, e tantas outras que ouvirão minha história, dirão ‘sou contra’. Dirão que a mulher é culpada por desejar sexo e não se cuidar. Dirão que é criminosa porque fez, que é pecadora. Ela é culpada na terra pela justiça dos homens, é culpada no céu pela justiça divina. Eu só tive um filho. Eu queria ter tido uma filha, contaria a ela do meu aborto, da minha primeira relação sexual, dos meus amores. Nunca iria deixar acontecer com ela o que aconteceu comigo. Se ele um dia engravidar alguém, quero estar por perto para dizer: eu estarei ao seu lado. Por que eu resolvi contar? Acho que para ajudar. É fundamental falar, embora eu não tenha coragem e fazer isso em público. Por que só nós temos a responsabilidade de ser ‘boa moça’ e de assumir a culpa se não formos? Quando olho o passado, vejo que não havia outra alternativa. Eu me apaixonei e não posso mudar. Você deve encontrar contradições em mim, e nas outras mulheres que falarão com você. Espero que me entenda. Eu queria escrever para ser coerente, mas nunca somos. Somos só fragmentos”.

L. HISTÓRIA 12 | “Eu não tenho trauma. Acho que as histórias tristes são as de mulheres que não conseguiram abortar. Acho que a história que eu vou contar é menos minha e mais do médico que me atendeu. Eu já tinha uma filha, e tinha passado por uma depressão pós-parto. Eu não queria engravidar novamente, foi sem querer. Fui na médica que me atendia, mas ela disse que não poderia me ajudar. Deu o telefone de um médico do interior do estado. Eu entrei em contato e ele já avisou: ‘não sei o que andam falando de mim, eu não posso te ajudar’. Eu sabia que ele já tinha ajudado outras mulheres. Fui assim mesmo. Fui com uma amiga, meu marido era contra, para ele, ter um filho não mudava nada. Eu que sabia o que era cuidar de uma criança. Conversei com minha mãe e ela me apoiou. Quando eu cheguei no consultório, o médico me atendeu contrariado. Ele aceitou me ajudar, desde que dividíssemos o procedimento em dois momentos. Eu comecei em casa com compridos*, e no dia seguinte fiz a curetagem. Não tinha nem uma semana de atraso menstrual, foi tudo muito simples. Ele me atendeu por pena. Eu tive uma compaixão por ele, parecia um homem solitário. Eu quis saber mais da história dele. Ele me contou que era muito católico e que sempre foi alguém contra o aborto. Até um dia que uma paciente dele engravidou sem querer e foi lhe pedir ajuda. Ele negou. No dia seguinte, ela se jogou de um prédio público. Ele se sentiu muito mal, até mesmo um pouco culpado.

Ele sabia que tinha como ajudá-la, nem que fosse com os medicamentos como fez comigo. Ele tinha a informação que poderia ter salvado esta mulher. Quando a paciente se suicidou, ele procurou a mãe dele, uma mulher muito católica. Ele dizia que a mãe era “carola” de tanto que frequentava a igreja. Foi aí que a mãe lhe contou que, antes mesmo dele nascer, ela estava deprimida e havia engravidado. Ela já tinha dois filhos, e o médico lhe ajudou a interromper. O médico sabia da condição dela e que mal conseguia cuidar dos dois pequenos em casa. Ao contar essa história para ele, foi como se a mãe o tivesse abençoado no trabalho. Ter a permissão da mãe para ajudar outras mulheres lhe deu coragem no ofício. Eu agradeço muito a esse médico”.

M. HISTÓRIA 13 | “Eu não sei porque estou chorando. Já contei tantas vezes, para tantas amigas. Nunca choro. Acho que é porque agora eu consigo entender – não existe isso de um “fato do aborto”, mas várias histórias que levaram à minha decisão. Pela primeira vez, eu estou contando tudo: minha mãe, meu pai ausente, o namorado abusador. Ele me agredia. Eu tinha 17 anos, morava com minha mãe. Ela não tinha me criado, era Testemunha de Jeová, e me teve muito cedo. Ela queria ser independente antes de me criar. Meu pai morreu quando eu tinha um ano, só conheci ele por fotografia. Quando minha tia morreu, eu fui para a casa da minha mãe. Nós eramos duas estranhas, eu trabalhava o dia inteiro numa casa de empréstimo consignado. Ela trabalhava numa loja. Eu tinha um namorado da mesma idade do namorado dela. Minha mãe fazia tudo por esse homem, até esconder comida de mim. Eu tomava a pílula, mas de uma maneira errada. Eu me sentia mal, enjoava, não gosto de tomar remédios. E sempre tinha sido assim, por isso não achava que engravidaria. Foi um susto: fui lá fiz um teste de farmácia. Positivo. Fiquei desesperada, fiz mais dois teses. Sai de casa e fui na casa dele. Ele já tinha um filho, era um pai ausente. Nem precisei me explicar muito, ele já foi gritando: “você vai tirar. Ou quer você também ter um filho sem pai?” Sabe, eu até acho que essa seria minha decisão também, mas foi antes dele que minha. Ele sumiu, não me ajudou em nada. Eu sabia que era possível fazer o procedimento com remédio ou em clínica. Eu não queria clínica, mesmo que tivesse dinheiro. Se fosse para morrer, que fosse com tudo que eu tivesse controlado. Esperei dois meses para juntar o dinheiro, antes contei para minha mãe que estava grávida do namorado. Ela me olhou e só disse: “a decisão é sua, só não faça na minha casa”. Essa foi a preocupação dela, não sujar a casa dela. Perto do meu trabalho tinha uma farmácia. Eu sabia que lá vendia, procurei o cara do balcão. Não sei se ele era farmacêutico. Ele me disse que eram 150 reis. Isso tem 12 anos, acho que foi 150, sim. Eu já estava enjoando, quase não comia. Marquei com ele para pegar os remédios.* No dia, ele estava numa moto com um carona. O cara do carona me olhou e disse: “não toma os remédios não, eu cuido de você e do seu filho”. Eu não acreditei. Eu li muito sobre o remédio. Na internet parece até que citotec é remédio de rato. Mas não é, vi que em alguns países é usado oficialmente. Eu tinha que tomar dois e colocar dois com aplicador vaginal. Eu pensei que ia sangrar muito, horrores. Mas nem foi assim: sangrei, em quatro horas tudo começou a sair. Eu fui ao banheiro, e tudo desceu. No dia seguinte eu fui no hospital, eu estava com muito medo. Eu falei a verdade, quem me atendia era um grupo de residentes. Um deles foi bacana comigo, escreveu “sugestivo”, ou algo assim. Daí fizeram uma curetagem. Ninguém me julgou. Eu demorei ainda um tempo para me separar deste namorado. Não sei se essa é a história de outras mulheres. Hoje olho e sei que eu poderia ter tido mais responsabilidade – de não engravidar, de não ter um namorado agressivo. Eu era nova, sozinha. Hoje já me perdoou de tudo isso. Até de ter sido sozinha”

N. HISTÓRIA 14 | “Eu engravidiei aos 13 anos. Tive meu filho aos 14 anos. Não, você não ouviu errado: foi aos 13 anos, eu era uma menininha. Me casei, e já tinha quase dez anos de casamento com meu marido, quando engravidiei novamente. Tinha 21 anos, estava começando a arrumar minha vida. Dei a notícia a ele, não posso dizer que eu estava feliz, mas eu tocaria mais esse desafio na vida. Ele na hora respondeu “nem pensar”. Eu não tive apoio da pessoa em quem mais eu confiava. Eu não poderia ter mais um filho e enfrentar uma separação. Eu não tinha escolha. Um dia havia conversado com uma vizinha do prédio, e ela havia me contado ter feito aborto. Fui nela pedir ajuda, precisava do contato do médico. Ela não me fez nenhuma pergunta, só me ajudou. Eu não queria fazer aquilo, sofria muito, chorava o tempo inteiro. Um pesadelo me acompanhou muitos anos: era o bebê me pedindo socorro. Aquilo me matava. No dia do procedimento, nós não tínhamos com quem deixar nosso filho de 7 anos. Ele foi junto, e esperou na sala de espera com meu marido. O consultório era num bairro de classe média da minha cidade. Foi muito caro para a gente na época, R\$ 800,00. Não sei de onde meu marido tirou o dinheiro, era mais do que o nosso salário. Foi um médico e uma enfermeira, ela quem me ajudou a sair da maca. Foi o dia mais sofrido de minha vida. Senti tanta dor que desmaiei. Eu vomitava, e ao final fui carregada. A dor era no corpo inteiro, foi a pior sensação que já senti, física e emocionalmente. Eu demorei para me recuperar, mas ninguém de minha família poderia imaginar. Nada poderia dar errado, eu só pensava nisso. Nunca contei para ninguém essa história. Um dia, bebi um pouco, e contei para uma amiga que tem o mesmo nome que o seu. Chorei tanto que ela não sabia

me consolar. Você não precisa me consolar, só me escute. Hoje, sou profissional de saúde e trabalho com crianças. Ainda sou casada e a vida continua, não é?”

O. HISTÓRIA 15 | “Lembro-me daquele dia. Eu já tinha dois filhos, um de 3 e outro de 5 anos. Hoje eles são rapazes, já entrando na faculdade. É muito bom poder falar sobre isso, queria dizer isso antes de começar. Não é uma história feliz, mas é bom falar. Era uma gravidez de um namorado que havia terminado comigo há um mês. Ele tinha outra namorada ao mesmo tempo, uma ex dele. Quando eu me descobri grávida, eu já sabia o que ele ia me dizer – “de quem?”. Pedi para uma amiga ir até ele, e foi isso mesmo que ele disse. Me vi sozinha. Com dois filhos, meu ex-marido, e grávida de um namorado que duvidava de mim. Uma amiga conhecia um cara que vendia citotec*. Esperei meu pagamento e comprei. Eram 4 comprimidos, tomei dois e coloquei dois. Paguei, na época, uma fortuna: R\$ 300,00. Não tinha mais dinheiro se desse errado. O pior aconteceu, eram falsos. Fui lá falar com o cara, fui na farmácia em que ele trabalhava. Ameacei contar tudo se ele não me devolvesse o dinheiro. Ele me deu mais 4. Nada, nada, nada. Uma semana depois começou a sair um corrimento fedido, rosado e comecei a ter febre. Nunca foi esquecer. Estava na fila do banco e uma amiga me viu passando mal. No chão mesmo. Desesperada. Eu não poderia ir ao hospital, contar o que tinha feito e correr risco. Ela me disse que tinha um enfermeiro conhecido que terminaria tudo aquilo. Mas custaria caro. Fiz um empréstimo com agiota e fui no enfermeiro. Ele fez uma curetagem sem anestesia. E disse que eu já estava com infecção séria, que tudo aquilo era muito perigoso. Tudo estava podre dentro de mim. Não sei se ele usou essas palavras, mas é assim que lembro. Ele me deu antibióticos e eu tomei. Eu tive muito medo da lei e da morte. Obrigada por me ouvir, fique com Deus.”

P. HISTÓRIA 16 | “A história não é minha e preciso me apresentar antes que você ouça minha voz: eu sou um homem. O que preciso contar aconteceu com minha esposa há vinte anos, ela é a mulher que amo. Eu não sou apenas testemunho da dor, eu faço parte desse passado, pois esta história nunca a abandonou. É um sofrimento inútil, perverso, provocado e imposto pela moral hipócrita. Me deixe contar essa história, sei que são só mulheres aqui, mas eu queria poder dizer a todos homens que calem a boca. Ela me contou um dia apenas, uma única vez, quase em uma catarse de desespero. Nós estávamos juntos há pouco mais de seis meses, ela contou como em uma confissão. Eu fui o primeiro e a única pessoa a saber. Tentamos vários jeitos de tirar a dor que ela carrega: fomos para grupos terapêuticos, banho de cachoeira, nem mesmo a chegada de nossos filhos acalmou esse passado. O pesadelo é sempre o mesmo: alguém descobre, a denuncia, e ela passa a vida na prisão. Ela era estudante e vivia em um pensionato. Tinha um namoro já sério para uma mulher de 21 anos quando engravidou. O namorado foi contundente: não teria o filho e sabia como resolver. Ela não lembra de detalhes, só de ter acordado com um barulho de descarga. Eu não acredito que ela se arrependa do aborto, o sentimento é diferente: é medo, vergonha, um peso no corpo e na alma. Eu preciso contar. Essa campanha não foi para os homens, e imagino que você nem levará minha história à sério. Mas acredite: ela é um pouco minha também, como deveria ser de todos os homens que se preocupam com suas esposas. Eu vou destruir este relato, mas queria que você o levasse adiante. Quando um homem organizar um movimento pela vida, por favor, mostre minha história”

Q. HISTÓRIA 17 | “A minha história é daquelas de linchamento público. Eu fiz três abortos. Eu tenho uma razão para cada um deles, e de todos eu lembro da solidão. Não era para ser assim, sou uma mulher informada, posso até dizer que de classe alta. Sempre dei azar com os homens. Minha irmã mora no Canadá e ela também fez um aborto, mas tudo foi diferente para ela. Foi atendida com dignidade e em um hospital público. Estava tudo errado na minha vida, as coisas se repetiam e eu não tinha com quem conversar. Eu tenho 54 anos, duas filhas maravilhosas. Elas sabem dos meus abortos. Eu estou nervosa porque contar isso tudo mexe com a minha religiosidade. Fiz meu primeiro aborto aos 20 anos, do meu primeiro marido, pai da minha filha. Eu tive a primeira filha aos 19, foi um parto difícil, longo, e no final uma cesárea ruim. Eu sentia muito medo de cuidar dela, não conseguia pegar nos braços ou trocar fraldas. Esse meu marido era um cara infiel, me passou doença, eu lutava para ter forças para conseguir me separar. Ele me deu o dinheiro e eu que me virasse para o aborto. Eu morava no interior e vim para a capital. Uma senhora fazia o procedimento, a cru, sem anestesia. Foi a pior dor que já senti em toda minha vida, eu vomitei muito. Eu não conhecia outros métodos. Eu tive infecção e tive que contar para minha família. Claro que todos me julgavam, e ouvi coisas horríveis dos médicos. Me separei do pai da minha filha, depois de dois anos eu tive um namorado e, por azar, a camisinha estourou. Nessa época, eu já era mais esclarecida e fiz um aborto com condições. Fui mal atendida pela médica, ela até depois foi presa. Nunca pensei que iria achar bom alguém ser presa. Você não vai acreditar, mas a camisinha estourou de novo logo depois. Não sei se eu fazia algo errado ou se é algo do meu corpo. O cara até falou que queria ter esse filho comigo, que se casaria. Tudo mentira, um mês depois estava

eu lá sozinha de novo à procura de ajuda. Eu não queria ter um filho sozinha, por isso fiz o terceiro aborto. Depois de 10 anos, eu engravidou do meu segundo casamento e resolvi ter minha segunda filha. Foi maravilhoso ter, criar. As minhas filhas são incríveis. Eu não sinto culpa de ter tirado os outros, só acho que poderia ter sido mais fácil.”

R. HISTÓRIA 18 | “O meu aborto foi espontâneo, nem por isso me senti menos culpada ou julgada. Me atenderam sem um mínimo de decência no hospital. Eu estava sangrando, só que isso não importava, pois para eles eu tinha feito um aborto. Quero contar minha história, porque no final pouco importa se provocamos ou sofremos um aborto: somos sempre julgadas. Eu já tinha duas filhas, era casada, e aquela era minha terceira gravidez. Com três meses de gestação, senti algo estranho e fui ao pronto socorro de meu plano de saúde. A médica de plantão mandou apenas eu ir para casa e repousar. Poucas horas depois, eu comecei a sangrar muito, voltei e lá estava a mesma médica. Um sangue escuro e grosso escorria pelo chão. Meu marido pediu uma cadeira de rodas. O atendente olhou para o sangue e só disse – ‘ela não pode ir andando não?’ Meu marido e minhas duas filhas viam tudo. Eu só tinha 23 anos. A mesma médica me atendia sem me olhar. Mandou meu marido ir fazer a ficha pois eu seria internada. Quando eu estava sozinha, chorando, ela me disse ‘É, já era’, eu não entendi e só disse ‘como assim?’ Ela respondeu de uma maneira bem grossa ‘Já era, você perdeu, você abortou’. Eu tinha abortado, entende? Ela não parou aí, ‘Você não enfiou nada?’ Ela disse essa palavra: enfiou. Eu só respondi que era casada. Depois tive ódio de mim: inconscientemente, lá estava repetindo o mundo que separa as corretas das putas. Como se casadas não abortassem. Demorei 20 anos, mas aprendi a resposta certa. Ela me levou para o centro cirúrgico, onde me anestesiaram só o suficiente para não atrapalhar a curetagem. Me sacudiram na mesa como se eu fosse um pedaço de carne. Eu ouvi tudo que se passou na sala de cirurgia, todo o desinteresse por mim e pelo que tinha acontecido. Tudo era a desconfiança pelo aborto. De lá, fui para uma enfermaria onde ninguém falou comigo, ninguém me explicava o que estava sendo posto na minha veia. Passei a noite sozinha. No dia seguinte, a mesma médica veio, bateu no meu ombro e só disse: ‘você pode ir para casa’. Culpa, culpa, culpa. Eu tinha abortado, eu tinha perdido o meu bebê, eu não tinha feito o repouso suficiente para segurar o bebê. Eu perdi, a responsabilidade era minha. Semanas na cama. Hoje sei o que me deixou na cama, não foi perder o bebê, mas o que me fizeram engolir. Como me arrependo de ter dado aquela resposta. Mas é que eu também acreditava nisso na época – que mulher direita não aborta. A hipocrisia sobre isso precisa acabar. Em mim, ela acabou.”

S. HISTÓRIA 19 | “Eu tenho duas histórias para contar. As duas foram minhas, não sei se outras mulheres já fizeram dois abortos como eu, ou se elas contaram só uma história. Eu tenho 43 anos, estudava ainda quando fiz o primeiro aborto. Eu era a primeira na minha família a ir para faculdade. Meus pais são analfabetos. Os dois abortos foram do mesmo companheiro, ainda hoje meu marido. Vou começar com um de cada vez. No primeiro, eu era ainda estudante, tinha 22 anos. Morava no alojamento estudantil, o dinheiro faltava muito. Falei com ele que não me ajudou em nada. Umas colegas me apresentaram a um pessoal no departamento de farmácia e lá consegui os 4 comprimidos*. Fiz tudo na casa de uma amiga, senti muitas dores. Depois do procedimento, precisava de cuidado, precisava contar a verdade para minha família. Falei para minha mãe quem foi supermoralista comigo, minha irmã havia acabado de ter um bebê. Para pagar os comprimidos, eu usei minha bolsa inteira de iniciação científica. Era uma bolsa que eu recebia para pagar coisas muito básicas e me manter vinculada à universidade. Depois de tudo acabar, eu contei à professora da bolsa sobre o aborto, ela fez um sermão horrível, falou do cara, e depois de uns dias perdi minha bolsa. Não posso dizer que ela me tirou a bolsa por isso, mas foi muita coincidência. Era a única estudante negra no grupo dela. Eu terminei a faculdade, arrumei um emprego como professora de educação infantil. Tive minha filha, e depois me descobri grávida novamente. Não tive dúvidas que iria abortar só que com mais condições. Procurei uma clínica, sabe aquela com mármore Carrara? Era dessas muito chiques, todas as pacientes eram brancas, só eu negra. Tudo demorou 10 minutos, no outro dia estava trabalhando. Não me lembro bem, mas acho que pedi um empréstimo para pagar esse aborto. Eu continuei com esse mesmo companheiro. Você pode estranhar isso, mas entre trancos e barrancos a gente resolveu encarar esses erros. Encarar que isso é uma possibilidade na vida. Minha história já era o improvável na vida, uma menina que estudou em escola pública chegar em universidade pública. Eu já era o improvável do improvável. Eu tinha que fazer tudo, sempre, sozinha. Esses abortos foram só parte desta história”.

T. HISTÓRIA 20 | “Eu vou contar minha história. Hoje eu tenho 36 anos, mas meu aborto aconteceu quando eu tinha 24 anos. Eu sou uma garota típica da classe média – ou melhor, eu era: estudava em colégio particular, fazia faculdade, tinha plano de saúde. Aborto não era um tema proibido na minha casa, eu sabia que minha tia já tinha feito, minha avó e mesmo minha mãe. Não era nada divertido contar essas histórias,

mas não era um tabu entre nós. Eu já namorava há 4 anos, eu fico com vergonha de dizer isso, mas não usava camisinha. Um belo dia, a menstruação não veio. Eu contei imediatamente para o meu namorado, ele estudava direito, a família era mais rica que a minha. Daí já veio logo aquela suspeita de que era um golpe da barriga. Eu virei a vagabunda querendo forçar um casamento. Era ridículo, imagine, eu acabando de me formar, tocando minha vida profissional, eu não queria casar. Fiz exame de farmácia e logo depois de sangue. Eu precisava correr, eram poucas semanas de atraso. Eu resolvi que ia falar com minha mãe, até mesmo porque as coisas que eu ouvia dele eram horríveis – é bobo, mas ele dizia que eu ia engordar, que ele não gostava de criança, chegou até a dizer que odiava criança. Eu chamei minha mãe e não fiz muito rodeio, nem conseguia. Ela olhou para mim e disse: “você vai decidir, mas eu já sabia que está grávida. Você está comendo pão loucamente”. Pão, acredita nisso? Minha mãe sabia porque me olhava comer. Chamamos minha tia, ela era a mulher forte da família. Ela deu total apoio, mas disse que eu só faria num lugar de segurança. A ginecologista pediu um ultrassom. O dia desse exame foi o pior de minha vida: o médico colocou o aparelho para eu ouvir os barulhos de minha barriga, não sei se havia coração já, eu imediatamente pedi para ele parar. Eu disse a ele que não queria aquela gravidez. Eu sei que me arrisquei, hoje eu sei, mas ele me respeitou. Baixou o som. A médica que me atendia disse que não poderia me ajudar, mas me indicou pessoas de confiança. Era muito caro na época, mas muito mesmo. O médico que me atendeu não me questionou, apenas perguntou se eu estava segura do que queria. No dia fomos para um lugar, era confortável, numa região cara da minha cidade. Ele me mostrou tudo como seria. Ele me deu uma anestesia, quando acordei tudo estava resolvido. Na época, eu não tive coragem de terminar o meu namoro. Ele nunca perguntou sobre a gravidez, ficou como se fosse uma suspeita. Meu namoro virou um noivado, não sei como, mas um dia eu consegui romper com esse relacionamento. Demorou, mas eu consegui. Isso deixou cicatriz? Algumas. A mais importante foi que entendi o significado de fugir. Ele estava ali, mas era como se tivesse fugido – nunca me perguntou sobre a gravidez, nunca se desculpou de ter me acusado. Ele fugiu estando ao meu lado. Depois de muito tempo entendi que vivia um relacionamento abusivo. Essa é a minha história. Igual a milhares, muitas milhares de meninas. Não é uma história triste, não é sensacionalista, só igual a de tantas outras meninas.”

U. HISTÓRIA 21 | “Eu morava com meu pai de favor na casa da minha avó. Eu já tinha um filho, só um namorado recente, nada fixo, e só 20 anos. Eu descobri já com dois meses de gravidez, eu havia menstruado no primeiro mês, daí nem desconfiei. Não preciso nem explicar o quanto fiquei desesperada. Falei com uma amiga. Ela logo lembrou do citotec*. Falou em dois, tomava um, introduzia o outro. Não fez nada, nada aconteceu. Não sei como, mas consegui mais quatro: tomei mais dois, coloquei mais dois. Nada, nada, nada. Depois de um dia, senti algumas cólicas, mas nenhum efeito. Não me pergunte como, mas lá estava eu como mais quatro comprimidos. A conclusão é que usei quatorze citotec quando comecei a sentir dores. Eu gritava de dor, procurei essa minha amiga, pois tinha febre, tremia em cima de uma cama, e claro tinha que esconder de meu pai e da minha avó. Uma hora fui no banheiro e a dor era intensa. Tudo saiu no vaso sanitário, era muito sangue, eu não olhei muito, havia muita coisa. No desespero, coloquei a mão dentro de mim e tirei o resto. Nunca senti tanto medo na vida. Eu lembro pouco desses momentos, parece que só lembro das cores. Era muito vermelho e preto. Ainda tremendo, tentei dar descarga. Mas não descia, parecia que havia entupido. Tive que novamente por a mão no vaso. A febre era alta, tentei ir para o chuveiro, eu achava que não estava mais viva. Voltei para cama e minha amiga me levou para o hospital. Conteи ao médico a verdade, eu sei que tinha risco, mas tudo havia saído de mim, eu precisava agora falar. Ele mal me olhou, só disse que eu poderia estar morta. Ele não disse, mas eu sentia que ele queria que eu estivesse morta. Me deu uns remédios e mandou eu voltar para casa. Não importavam minhas dores. Passei 15 dias sangrando muito, a febre parou depois de dois dias. Eu ia melhorando do corpo, mas piorando da cabeça: eu me achava a pior das criaturas. Incapaz de me sentir mulher, merecedora de qualquer tristeza que a vida pudesse me oferecer. Hoje, mais velha e madura, entendo que eu era muito jovem naquele momento. A decisão foi a certa, o errado foi a forma. Se houve arrependimento foi pela forma com que fiz – eu ali sozinha naquele banheiro, aquela quantidade de citotec. Eu arrisquei minha vida e deixei o tempo passar demais. É, essa é minha história. Parece de horror, não é? Eu sou uma mulher comum, com esse segredo. Espero, de verdade, que um dia possamos escolher o que é melhor para nossas vidas, sem nos arriscarmos, e com o apoio de um hospital nos ampare e nos dê tratamento necessário. Eu falei tudo tão rápido, me desculpe pela pressa. Eu queria contar. Obrigada por ter me ouvido”

V. HISTÓRIA 22 | “Eu tenho 43 anos, e nenhum receio de contar minha história para você. Eu já fiz um aborto. Era muito nova, esse aborto foi em 1991, quando eu tinha 17 anos, menor de idade. Eu tinha um namorado de 1 ano já, nós dois éramos menores de idade. Eu 17, ele 16. Eu não tinha nada na cabeça, não sei se alguma

menina adolescente tem. Eu era inocente demais: contei para uma amiga, que contou para minha mãe. Eu não acuso ela, eu não tinha coragem de contar, e precisava da ajuda de minha mãe. Minha mãe fez um escândalo. Chorou e me levou para uma clínica de aborto. Não me perguntou nada, eu fui sem perguntar nada, sem falar nada. Fui lá e fiz. Obedeci. Não tenho boas lembranças, quase não lembro de nada. Só me lembro que acordei embaixo do chuveiro toda ensanguentada tomando um banho. Eu sangrei demais. Foi numa casa chique num bairro chique da minha cidade. Eu não me lembro nem de ter conversado sobre isso com minha mãe. Nós nunca mais tocamos no assunto. Eu e minha mãe somos amigas, nós moramos juntas, é como se isso nunca tivesse acontecido, sabe. Eu não tinha como fazer nada, nem mesmo pensar. Era imatura, não me sustentava, e o cara havia desaparecido. O estranho dessa história toda é o que acontece com meu irmão ao mesmo tempo. Ele engravidou uma garota que ele nem sabia quem era, a garota teve o filho e deixou para a gente criar. Meu irmão sumiu de casa e abandonou meu sobrinho recém-nascido. Eu tive que ser a mãe dele. Eu o tenho como se fosse meu filho, ele tem 26 anos hoje, mora comigo e com minha mãe. Eu nunca contei essa história toda, deste jeito para ninguém. Só numa terapia que fiz um tempo. Eu não teria problemas de contar numa roda de amigos, não é por vergonha ou medo, só nunca contei. Repito que não me arrependo, mas acho a vida muito estranha nisso tudo. Não sou religiosa para achar que deus colocou meu sobrinho para compensar o filho que não tive. Não penso assim. Só acho que a vida é isso que está aí. Eu adoro minha mãe e meu sobrinho, e não penso no passado”

W. HISTÓRIA 23 | “Eu sou casada, mãe de 4 filhos, tenho 41 anos, e quando fiquei grávida pela primeira vez eu tinha 18 anos. Era de um namorado de adolescência, eu me lembro que ele conseguiu o dinheiro. A verdade é que ele roubou dinheiro da irmã para pagar o aborto. Nós procuramos uma clínica em nossa cidade. Era clandestina, claro, muito pequena, uma sala minúscula. Só tinha duas salas. Não, eram três salas. Uma que a gente entrava, a do procedimento, e outra com três camas para a recuperação. Na época, imagine quanto dinheiro foi isso, paguei R\$600,00. Era muito, mas muito dinheiro. Eu estava com muito medo. Muito assustada. Chorava sem parar. Me lembro de ter sentado, esperado um pouco, daí me chamaram. Vesti uma camisolinha de hospital, depois me sedaram. Não vi nada. Quando acordei, já estava na caminha. Era um lugar muito feio, sujo até. Eu estava com poucas semanas. Quando voltei, eles já me mandaram embora logo, mesmo com cólica. “Você vai para casa, coloca a bolsa de gelo para a cólica, e espere que em uns dias passa”. Deram uns remédios também. Sem receita, só os comprimidos. Eu fui para a casa de uma amiga, minha mãe nem sonhava. Eu tive febre, tomei os remédios. Voltei para a casa da minha mãe e ninguém de minha família ficou sabendo. Com 19 ou 20 anos, fiquei novamente grávida desse namorado. Por favor, não me julgue, mas imagine eu ser uma menina boba, sem orientação. Não falava de sexo com minha mãe, nunca ouvi ninguém me dizer “vá no médico, use camisinha, tome anticoncepcional”. Sai daquele aborto para uma gravidez sem nenhuma orientação. Ele é meu filho mais velho, eu não tive coragem de passar por tudo aquilo de novo. O meu namorado me deixou, e quem me ajudou a ter esse filho, pagar o parto foi minha mãe”.

X. HISTÓRIA 24 | “A história que eu vou contar é muito, muito simples. É uma história de mulheres da minha família: minha mãe me ajudou, eu ajudei minha mãe, nós fomos ajudadas por minha tia. Eu fiz um aborto quando eu tinha 15 anos, isso há 30 anos atrás. Eu era estudante de escola e tinha um namoradinho. Eu tinha até um relacionamento longo, mas na época não sabia se aquilo teria futuro. Minha mãe era médica ecografista, a especialidade estava começando no país. Assim que suspeitei da gravidez, falei com ela, quem me examinou e confirmou a gravidez. Nós duas procuramos minha tia quem já tinha feito um aborto, e ela nos levou numa clínica no centro da cidade. O lugar era relativamente bom, ficava numa galeria, se entrava e depois tinha o consultório, como se fosse de um médico mesmo. Conversamos com uma recepcionista e depois com outra pessoa. Eles nos perguntaram o tempo de gestação, eu esperava um pouco, e daí fazia o procedimento com uma anestesia. Foi tudo muito simples. Depois continuei o namoro com esse rapaz e engravidou novamente. Nem sei dizer se foi por deslize, parecia que eu queria ser mãe mesmo. Hoje tenho um filho lindo de 29 anos, e não vivo mais com o pai dele. A minha tia que nos ajudou era irmã do meu pai, e esses dias eu perguntei a ela se meu pai soube. Nunca soube. Quando eu digo que ela nos ajudou é porque anos depois, eu fui nessa mesma clínica com minha mãe. Médica, ela também ficou grávida sem querer e foi lá fazer um aborto. Eu fui sua acompanhante. Foi tudo só das mulheres da família mesmo. E, sabe, não sei se tive esse outro filho logo depois porque foi a forma da culpa se expressar em mim. Não sei. Só sei que fui feliz com esse filho, e nunca falei sobre isso. Eu nunca contei a ninguém, por incrível que pareça. Nunca ninguém tinha se interessado em perguntar, e eu nunca tive vontade falar em público. Foi bom falar com você para eu lembrar de coisas e sentimentos que vivi e não eram mais conscientes. Obrigada por me ouvir”.

Y. HISTÓRIA 25 | “Minha história começa quando eu tinha 23 anos. Hoje tenho 34, mas não queria que meu nome aparecesse, você pode saber, mas não queria ser exposta, tanto por meu trabalho quanto por minha família. Ninguém sabe. Eu namorava já há algum tempo, fazia faculdade, morava com minha mãe que era muito conservadora. Ela nunca havia falado de sexo comigo. Eu dependia da pensão alimentícia do meu pai. Eu sempre fui muito atenta ao meu corpo, e logo na primeira semana percebi que eu estava grávida. Fiz um exame de sangue e comprovei. Estava com meu namorado da época, que logo foi dizendo que seria um filho lindo e que tudo seria lindo. Eu sabia que não era nada daquilo. Ele era um tipo irresponsável, sem trabalho fixo, não estudava, como seria responsável por outra pessoa? Eu também não me sentia nem um pouco motivada a ser mãe naquela época. Eu lembro de ter chorado muito, foi desesperador, porque por mais que eu soubesse que havia tido uma relação sem camisinha, que tudo isso pode acontecer, eu não acreditava no risco. Talvez seja assim para muitas pessoas, e não só para mim. Eu logo me dei conta que eu precisaria fazer alguma coisa. Eu tinha uma família, ou melhor, tenho uma família muito conservadora. Eu não tinha ninguém em quem me apoiar. Na faculdade, eu tinha uma amiga mais velha, veja você, ela tinha a minha idade mais ou menos de hoje. Eu a achava tão velha. Ela tinha uma cabeça mais aberta, uma pessoa que eu procurei para falar. Ela me falou da medicação, o citotec*. Fiz uma busca na internet e descobri que ele era vendido de maneira ilegal. Eu descobri também que era vendido em camelódromos. Meu namorado da época vendeu o celular para comprar os 4 comprimidos. Eu tive orientação que eu deveria tomar 2 e inserir 2 na vagina. Deveria dar um tempo entre o primeiro e o segundo. Nós fizemos isso juntos. Eu fui para a casa dele, até porque minha mãe não poderia saber. Ele me apoiou muito. Me apoiaria se eu tivesse querido manter a gestação, mas me respeitou e cuidou de mim na decisão. Eu estava, no máximo, com uns 15 dias de gestação. Senti uma cólica muito grande, mas não foi nada diferente de uma cólica intensa de menstruação. Até o sangue foi igual, um pouco mais coagulado. Quando desceu tudo, eu não tive mais nada, nunca fui a um hospital por isso. Depois, criei coragem e contei ao ginecologista, fiz exames e estava tudo bem. Eu hoje não me arrependo. Minha história é comum, como você pode ver. Eu não teria condições de ter aquele filho, mas tive o privilégio de ter contado com pessoas que me ajudaram, essa amiga e meu ex-namorado. Essa amiga me ajudou a sobre como fazer, mas também me acolheu sem me julgar. Eu não gostaria de passar por isso novamente, não tenho filhos nem planejo tê-los, mas essa não é uma história que foi traumática para mim. Só não é uma história feliz de contar, ou uma história que eu me orgulho. É daquelas histórias que a gente conta em situações muito específicas, como agora.”

Z. HISTÓRIA 26 | “Eu tenho duas histórias para contar. Nenhuma das duas com final feliz e como milhares e milhares de mulheres, essas histórias estavam guardadas no fundo do armário da alma. Elas esperavam uma chance para vir à tona. A primeira história aconteceu no final dos anos 1980. Eu era jovem, nós mulheres estávamos dando os primeiros saltos de independência financeira e pessoal. Pouco se falava em AIDS, era permitido experimentar a liberdade sexual. Eu tinha um namorado fixo na faculdade e me relacionava com um colega. Nós dois éramos comprometidos, e levávamos essa vida dupla. Nenhum dos dois se cobrava, e estávamos muito apaixonados. Eu cuidava fazendo tabelinha, e um dia eu disse que o dia era perigoso, mas não conseguimos nos controlar. No ônibus de volta para casa eu só torcia para não ter engravidado na roleta russa daquele relacionamento. Eu dei azar. Assim que confirmei a gravidez, começou o meu martírio. Eu seria mãe solteira, e não achava justo o meu namorado assumir aquele filho. Minha família não me aceitaria, eu tive uma prima com situação semelhante e ela foi muito julgada. Eu já estava com três meses de gravidez, quando resolvi contar para o meu namorado. Ele pirou, em uma semana marcou um médico que ajudava o pai dele em situações semelhantes. Em menos de uma semana, eu estava no centro cirúrgico, nem tive tempo para pensar. Deixei que ele me conduzisse. Os remédios que usei depois do aborto me fizeram mal, e minha mãe ficou sabendo do corrido. Não soube decifrar a reação dela, se decepção ou alívio, só sei que ela fez como se nada tivesse acontecido. Nunca a julguei, nem nunca falamos desse assunto. O namoro acabou terminando e fui me isolando na faculdade. Muito tempo depois, conheci outro rapaz, que se tornou meu marido. Contei para ele o que houve apenas uma vez na vida; se ele lembra, eu não sei. Já estamos casados há 26 anos e temos três filhas. E daí que vem minha segunda história. Casada, com três filhas, era tudo muito intenso. Meu marido tem vida própria e independente, é atleta de alta performance, pouco fica em casa e jamais cuidou das meninas. Eu sempre trabalhei fora de casa, chegava e ia cuidar das meninas. Ele chegava e deitava no sofá. O anticoncepcional me fazia mal, e ele não aceitava fazer uma vasectomia. Foi aí que engravidiei, ele havia concordado em controlar a ejaculação, mas não fez. Quando o pressionei, ele só disse “Quem tem que se cuidar é a mulher, Não é o homem”. Nós somos um casal. Eu me vi grávida de novo, eu só fazia chorar. Acordava e dormia chorando. Até que um dia ele chegou com dois comprimidos em casa. Ele nunca levantou para cuidar de uma menina chorando, nunca trocou uma fralda ou deu leite. Nunca foi comigo a nenhuma consulta. Como a vida ficou insustentável com meu sofrimento, e eu sabia o que seria um

quarto filho, eu usei o citotec*. Não foram suficientes só dois, e eu tive que usar de novo. Você pode me ouvir e perguntar: por que não operou antes? Porque eu acreditei que ele faria a vasectomia. Porque depois do terceiro parto, o médico não aceitou fazer minha ligadura porque ele foi contra a operação. Ele dizia que eu ficaria gorda como uma porca capada. Sem ele saber, eu fiz a laqueadura escondida. Não me arrependo de ter sido livre, não me arrependo das atitudes que tomei para resolver meus problemas. Não me orgulho disso tudo, é diferente. Agradeço às minhas antepassadas, também às mulheres que me antecederam e que abriram caminho para que eu tivesse força para superar o que passei. Esta é minha história, que estava na gaveta esperando o momento certo de vir à luz”.

AA. HISTÓRIA 27 | “Nós podemos contar nossa história ao mesmo tempo? Estamos aqui em quatro na casa de minha filha. Nós sempre falamos de nossas histórias de aborto juntas, fui eu que ajudei algumas delas. Eu vou contar a minha, vocês escutem, por favor. A minha foi a que fez nascer essa minha filha. Eu fui para um enfermeiro bem antigo aqui da cidade que colocava sonda, vocês lembram? Fui, minha filha, paguei um dinheirão. Na época um salário, há muitos e muitos anos, um salário, não lembro de quanto era o salário naquela época, era cruzeiro, eu acho. Eu tinha que fazer programa todo dia, várias vezes. Fui lá fiquei na fila, quando eu cheguei tinha três pessoas na minha frente. Duas pessoas. Eu esperei, entrou a primeira, entrou a segunda. Minha vez. Aí uma pessoa que chegou depois de mim, a quarta, veio atrás de mim e disse: “Deixe eu ir, estou muito nervosa”. Eu disse, “Vá, mulher, vá na minha frente, eu tô nervosa também”. Depois que a menina entrou, era minha vez. Eu desci as escadas. O nome do cara era Araújo, posso contar, ele já morreu. Eu lembro o nome dele. Eu desci as escadas com tudo, minha filha, perdi meu salário todinho, mas não tive coragem quando vi o lugar. Ficou aquela coisa dentro de mim, sabe? No outro dia de manhã, no outro dia cedinho, saiu no rádio, não me lembro o programa, falando que um tal de camarada Araújo tinha matado uma mulher por aborto. Tava lá estampado nos jornais o rosto daquela menina, já pensou? Eu comecei a me sentir culpada até. “Se eu tivesse ido na minha vez, era eu que estaria morta”. Daí decidi que não queria mais isso de sonda, mas tinha que fazer o aborto. Meu negócio era ver se eu conseguia os remédios. Não tinha isso de citotec* ainda, a gente tomava qualquer remédio. Eu tomei tudinho de uma vez só. Peguei permanganato limpinho, sem nada, peguei 3 comprimidos e coloquei com aqueles aplicador na vagina. Minha filha, no outro dia, imagine a dor. Pegue dor pra cá, pegue dor pra cá, aí começou a sair. Aquela secreção saia e saia, eu achava que era sangue, mas não era, era eu derretendo pelo permanganato. Eu sei, minha filha, para encurtar a conversa, que eu fiquei com uma ferida no colo do útero, além da ferida, não botei menino para fora não. A menina é essa aí, que tá aqui na conversa, a mais velha. Eu passei a gravidez todinha cheia de dor, só vivia com dor. Ela nasceu de 8 meses, linda, limpinha, eu que sofri a gravidez todinha. A ferida ficou lá, a médica disse que foi pelo permanganato.”

BB. HISTÓRIA 28 | “Agora é a minha vez de contar a história. Já faz muito tempo, lembro de espinheira santa, garrafada. A última vez que eu abortei tem 20 anos, minha filha tem 22. Bastava eu transar sem camisinha, era bater e valer, era gozar, engravidiei. Aí eu ficava a tempo de enlouquecer, a menstruação faltava e no dia seguinte eu já tava procurando um jeito. Antes mesmo de faltar, eu já tava tomando chá. Gozou dentro, no outro dia eu já tomando chá, era tanto chá que nem lembro o nome deles. Eu também comprava o citotec*, já tinha chegado ele por aqui, eu tomava, botava, aplicava com creme vaginal e tomava também. Menina, era uma confusão. Eu vomitava, passava mal, mas é parte de nosso trabalho. Eu uma vez tomei uma injeção que nem existe mais, Maturon. Já ouviu falar? Ela quase me matou. Teve outro aborto que eu fiz numa clínica, nem lembro mais o nome do lugar, era clandestina. A mulher arrancou cru. Botou até um ventilador para eu não passar mal. Eu cheguei em casa sangrando. Ela eu ir embora, me deu uns pano, eu botei no meio das pernas, peguei um ônibus na hora que ela arrancou tudo de dentro cruzinho. Foi horrível. Eu já passei por poucas e boas, né? E dessa vez nem sofri tanto, só lá em casa, mas aí tive um repouso. Mas teve um, minha filha, uma vez, que foi tão forte o chá que eu tomei que morreu dentro da barriga e eu quase morri também. Quando eu chegava na maternidade, eles perguntavam: “Foi o que?”, eu dizia, “Foi medo do cachorro”. Eu inventava tanta coisa, mas eles diziam “foi aborto, sua quenga”. Mas sempre tinha umas enfermeiras que nos diziam “não fale que foi aborto, eles judiam”. A gente não dizia.”

CC. HISTÓRIA 29 | “Quando eu era casada, meu marido me passou uma doença venérea, só que a doutora disse o que era não. Eu estava casada, me casei aos 17 anos, comecei a namorar ele aos 15. Com 16, pari, peguei doença venérea aos 17. A médica não disse o nome da doença, não, mas ela falou que era para eu tomar uns comprimido, eu tomei, tomei injeção, ela mandou remédio para entregar a ele que ele tomasse também. Ela me deu um saco cheio de camisinha colorida, eu nunca esqueci. Eu morava longe, quando cheguei em casa, quando a minha mãe, “olhe as camisinhas”, ela já respondeu: “Minha filha, isso não é coisa

de Deus, não! Como é que você vai usar? Isso faz mal para a saúde. Isso não pode não no casamento!”. Eu fiquei brincando de bolinha com as camisinhas. Engravidei de novo do infeliz de costa oca que é o pai da minha filha mais velha. Me separei dele, entrei na prostituição, e antes de entrar também engravidei de outras pessoas, e depois na prostituição era um depois do outro. Era abortando mais que não sei o que, até que um dia tomei uma decisão. Comecei a comprar camisinha na farmácia por conta própria. A gente ouvia falar em aids, mas nessa época aids era mais em São Paulo ou um caso no Rio de Janeiro. Aqui no estado não tinha. Eu só tinha medo de transar com gringo, pois achava que era doença internacional. Quando chegava um gringo, eu espremia muito os bicho para saber se tinha pus. Era assim se eu sabia se tinha doença venérea nos gringos. Mas não era fácil, os clientes me trocavam por outras se eu insistia na inspeção. Daí passei a tentar comprar camisinha na farmácia, mas os clientes não queriam. Eles me trocavam por outras.”

DD. HISTÓRIA 30 | “Eu vou contar duas histórias. Uma minha, e outra de minha irmã. Eu fui sua aluna, você não vai me reconhecer. Nem precisa, eu confio em você, eu não queria gravar, só escrever. Espero que entenda. Eu vou contar duas histórias porque eu não acredito em coincidências, e comigo e minha irmã tudo se passou de maneira muito semelhante. Eu era ainda estudante na faculdade. Nessa época sua aluna, e você nunca desconfiou, eu queria tanto ter conversado com você. Eu comecei a me relacionar com um rapaz, eu o conhecia pouco, e acabei engravidando. Não tínhamos nenhum vínculo, eu logo conversei com ele. Eu disse que não queria manter a gravidez, ele ficou ofendido e desapareceu. Eu já era funcionária pública neste momento, achei que esse meu status me ajudaria a solucionar o aborto. Eu não conhecia nada deste universo. Nesta época, eu tinha um amigo de muitos anos. Ele havia estudado comigo na escola, havia acabado de entrar no concurso de policial. Enquanto esperava, ele trabalhava numa farmácia. Eu contei tudo para ele, e ele conseguiu os remédios*. Me pediu que fosse com ele para um lugar, um quarto alugado no sábado seguinte, que ali estaria comigo para eu usar os remédios. Eu fui, ele dizia que havia conseguido uma injeção. Quando cheguei lá, eu retruquei muito, mas ele trancou a porta e me disse que só aplicaria a injeção, se eu mantivesse relações sexuais com ele. Ele me acusou de eu estar sozinha, de não ter ninguém, só ele. Dizia que eu era uma mulher sozinha sem homem. Ele me bateu, forçou o sexo, até me mordeu. Ele aplicou a injeção e não fez efeito nenhum. Sai dali e fui procurar os remédios de outro jeito. Conseguir fazer por minha conta. Nunca tive coragem de enfrentar esse cara, eu me afastei da família dele. Eu, no final, sentia culpa ou vergonha de tudo, não sei explicar. Anos depois, minha irmã ficou grávida de uma namorada, ela é cinco anos mais nova que eu. Ela tinha 19 anos, foi sozinha comprar o citotec, e o cara que vendeu prometeu ensinar a usar. Ele a obrigou a manter relações sexuais, dizia que tinha que por o comprimido no pênis para funcionar. Para ela, foi muito traumático. Ela hoje é mãe, eu nunca consegui levar uma gestação até o final. Contei essas duas histórias por não acreditar em coincidências. Acredito que até meus pais não acreditariam na história de violência sexual nos dois casos. Você acredita?”

EE. HISTÓRIA 31 | “Minha história é breve como são minhas lembranças do aborto. Eu queria primeiro me apresentar, é talvez o que seja mais diferente da minha história. Eu sou uma profissional de parto humanizado, eu ajudo outras mulheres a terem um parto saudável, agradável e feliz. Eu cuido de mulheres grávidas e do momento mais importante que é o parto. Sou ativista de humanização do parto. Eu sou de classe média, hoje tenho 51 anos. Eu fiz esse aborto quando eu tinha 18 anos, engravidei de um namorado, eu estava aprendendo a sexualidade. A gente até chama de namoradinho nestes casos, não é? Eu tomava todos os cuidados, acredita? Foi um susto terrível, eu não queria ser mãe naquele momento. Veja que eu digo “naquele momento”, hoje sou mãe de dois filhos, e os amo profundamente. São duas coisas diferentes – aquele momento e a maternidade para mim. Foi com amigas que achei uma clínica de um casal de médicos. Conseguir o dinheiro, pode imaginar como foi difícil para mim. E passei pelo procedimento, foi simples e rápido. Eu tirei o peso de um milhão de pianos das minhas costas. Sim, não foi de um piano só. Nunca agradeci aos médicos que realizaram o procedimento em mim. Eles permitiram que eu fosse mãe na hora certa, que eu pudesse cuidar de outras mulheres que querem ser mães na hora certa.”

FF. HISTÓRIA 32 | “Ouvi suas explicações. Está claro para mim: meu aborto foi há mais de 8 anos e meu nome não será divulgado. Obrigada por me ouvir, é o que mais importa para mim. Tenho muitas amigas que abortaram também. Eu já abortei, e não tenho trauma algum. Sei que as histórias tristes não são as nossas que abortamos, mas as de mulheres que não conseguiram abortar. Você ouviu essas histórias? Essas são de trauma e sofrimento, mulheres forçadas a serem mães. Conheci dois médicos que faziam aborto no Brasil. Um deles na minha cidade, tinha uma clínica de muito movimento, junto a um hospital super famoso da cidade. Eu fui lá há uns 10 anos. Eu tinha uma filha bebezinha, não poderia ter outra. Engravidei em meio a uma depressão sofrida do pós-parto. Nem poderia cogitar ter aquele filho. A irmã de uma amiga já tinha feito

um aborto lá há mais ou menos um ano. A fila era enorme. Tinha gente por toda a parte. Todos com dinheiro na mão, acredita? Na época paguei muito dinheiro, algo como 5 salários mínimos. Teve gente na fila que pagava ainda mais, não sei como se calculava o preço. O médico tinha muitas auxiliares. Disse a ele que respeitava muito o trabalho e o achava corajoso. Ele ficou calado, quase de cabeça baixa. Nunca entendi a reação. O mais impressionante desta história é que resolvi contar para minha família. Falei para meus irmãos que não me julgaram e sabiam que eu estava deprimida. Um dia contei para minha sogra, ela ficou bem triste, era muito católica. Nunca toquei mais no assunto, mas já ajudei muitas mulheres que precisaram. Anos depois, eu soube que o médico que me ajudou foi denunciado. Não foi preso, mas teve que fugir para outro país. Eu fico pensando como isso tudo está errado – eu poderia ter adoecido ainda mais, poderia não ter conseguido cuidar de minha filha e de um novo filho se não fosse ele. Isso não vale para entender que ele cuidava das pessoas?”

GG. HISTÓRIA 33 | “Eu preferiria mandar uma mensagem escrita, ou você só quer de voz? Eu também posso escrever a carta que escrevi para meu filho abortado. Ela foi uma sugestão de um médico que fui. Quando eu escrevi, eu vi que estava na reta final do luto. Você quer ler? Faz muitos, muitos anos. Eu era universitária, mas ainda dependente financeiramente. Não havia entre mim e minhas referências femininas da casa qualquer contato mais caloroso, qualquer trato sobre sexualidade, sobre viver o feminino plenamente. E veio num susto. Um resultado positivo, um pavor em meu coração. Uma frase cruel, dita por minha irmã, a primeira a saber, accidentalmente, ecoa ainda hoje em mim: “A gente não esperava outra coisa de você”. Foi tudo muito solitário. No início, eu marcava cada mês após o aborto, até minha psicóloga na época dizer, “Vamos parar de marcar aniversário?”. Isso foi importante para que eu saísse do eterno jogo: culpa, tristeza, culpa. O médico que fez a intervenção referiu-se ao meu namorado na época pedindo-lhe os “trocados” para o pagamento. Tenho certeza que não recebi anestesia. Foi a dor mais forte que senti na vida. Doía a alma, doía o corpo. O médico pediu que eu levasse um absorvente para sair de lá. Tive que sair logo depois do procedimento, andando como podia, sangrando. Sangrei por 15 dias. Ele já tinha nome, até um sapatinho tinha. Mas eu não consegui levar adiante. Eu não queria ser aquilo que “já esperavam de mim”. Foi muito solitário. Muito solitário mesmo. E ainda é. Hoje, mais perto da menopausa do que da fertilidade, não tive filhos. Autopunição? Talvez. Mas já caminhou mais tranquila com essa eterna lembrança. Será sempre solitário. Mesmo que uma amiga dê uma mão no momento, mesmo que uma prima cuide nos dias seguintes. É sempre a mulher consigo mesma. Recentemente li um livro de histórias de aborto: daí entendi que fui uma bela mãe naquele momento pensando no futuro e na vida de outro alguém. Eu queria poder dizer isso a muitas mulheres que já fizeram aborto: você não fez nada de errado. Você não tem culpa. Aqui está a carta que enviei para ele.”

HH. HISTÓRIA 34 | “Eu posso contar do jeito que eu quiser ou há um jeito certo de contar? Você quer me fazer perguntas, ou eu posso ir falando? É estranho contar essa história depois de tantos anos. Eu já tentei começar algumas vezes, mas vejo que tudo está desorganizado na minha cabeça. Parece uma colcha de retalhos, sabia? Eu tinha 17 anos. Ele era mais velho, era um cara conhecido, meio famoso, nós tínhamos uma relação doente, de possessividade e ciúmes. Meu pai tinha acabado de falecer, e eu fui criada em um ambiente superprotetor. Nunca andei de ônibus, hoje tenho 43 anos e, recentemente, disse ao meu marido: “eu preciso ter essa experiência”. Meu pai me deu carro cedo, e de repente faleceu. Esse namorado era um cara agressivo, nós tínhamos um relacionamento abusivo, para terminar com ele foi como tirar um câncer de mim. Ele reproduziu esse relacionamento abusivo com outras mulheres. Mas eu acabei engravidando. Minha mãe tinha acabado de ficar viúva, com três filhas adolescentes, e eu só imaginava como dar essa notícia para minha mãe no contexto do luto. Eu sempre tive uma personalidade muito forte. Quando ele faleceu, nós tínhamos brigado antes, eu queria viver, fumar, dançar, e ele queria que eu ficasse em casa. Foi quando ele morreu que eu comecei a namorar esse cara mais velho. Pode não ter relação com a história, mas quero contar. Na véspera de ele morrer, ele já estava doente, nós brigamos. Eu disse a ele, “quero ir”, ele disse, “não, porque estou doente”, eu respondi, “pois quero que você morra, pois assim irei viver”. Só que ele morreu. Eu fiquei péssima, fiz muita terapia, como pode imaginar. Eu tinha que me perdoar por ter desejado a morte de meu pai. Eu era péssima filha, achava que eu tinha matado meu pai. Como, depois disso, eu poderia dizer à minha mãe que estava grávida? Foi isso que aconteceu. Quando fui contar a ela, o que ouvi foi “você matou o seu pai, e agora quer me matar?”. Foi tão pesado, tomei todos os remédios que pude, fui para o hospital com tentativa de suicídio. Esse namorado que me levou para o hospital. Ela não foi me ver, só foi lá me apresentar a conta do hospital, uma fortuna. Só disse: “eu quero esse dinheiro de volta”. 453 era o número, nunca vou esquecer, eu uso esse número para tudo em minha vida. Eu tinha esse monte de luto para resolver e um exame de gravidez. Eu precisava resolver. Fui nele com o exame, pus na barriga e mostrei.

Ele arrancou o papel e gritou “não quero. Não quero ter vínculo com isso aí”. Não tive dúvida que seria um aborto mesmo. Eu fui no consultório que era famoso na minha cidade, ele fez a cirurgia sem anestesia. Fui com uma amiga que segurou na minha mão. Saí de lá com hemorragia, eu não podia ir para minha casa, fui para a casa dele. Ali adoeci, e adoeci. Tive que pedir ajuda para minha mãe. Ela voltou e nós passamos a tentar nos cuidar. Não era fácil. Nesses anos encontrei várias maneiras de curar essa dor toda. Fiz terapia, sou católica, comungo sempre pedindo perdão por isso tudo. Tive filhas e sou alucinada por elas. Eu tive dificuldades em engravidar, e achei que era uma dívida por tudo que passei. Eu sei que não é, mas quem fazia eu pensar diferente? Eu não escondi nada dos meus sentimentos nem de quem sou. Sei que as pessoas vão ouvir e dizer isso ou aquilo, mas todas somos essa colcha de retalhos não é? Se você me olhar não dirá nada disso: sou casada, bem sucedida, uma profissional. E esse foi meu passado”.

II. HISTÓRIA 35 | “Eu tenho minha história. Ela é muito diferente da que minha irmã viveu, pois ela mora fora do país. Ela fez um aborto em hospital público, eu fiz 4 abortos no Brasil, todos clandestinos. Todos foram de humilhação, sofrimento e solidão. Sem companheiro, como estou agora. Eu não vou contar um a um a você. Passei o dia inteiro ensaiando essa gravação, pensando como contaria a você. E só vinha essa coisa de pecado, prisão, culpa. Eu vou conseguir falar, se eu contar eles todos em um bloco só. E se eu for rápida. Eu queria contar essas histórias como de orgulho. Mas não são. Nunca é, para nenhuma mulher. Camisinhos estouraram, os caras não aceitam, a gente esquece o comprimido, ou ele falha. Não é azar ou mentira, essa é a vida real. Eu fiz 4 abortos e nenhum deles eu fui de mãos dadas com meus companheiros. Sempre fui sozinha, eles são covardes, mentirosos, machistas. Eu tenho duas filhas lindas, maravilhosas, porque as desejei. Está difícil falar, mas quero já deixar um alerta: eu quero e preciso ser ouvida. Tenho 54 anos, tenho namorado agora, mas parece ser tudo mentira. Se eu ainda pudesse engravidar ou passar por isso, seria uma quinta história de abandono. O que as 4 histórias tem em comum? Em todas eu tive que resolver sozinha, em todas eu não fui cuidada para evitar que um próximo acontecesse, em todos o que havia de errado na minha vida afetiva e sexual, continuou errado. Se eu sofria violência, eu não pude falar com os médicos. Se eu não usava certo o método, não pude falar no hospital. Eu disse que não falaria de um a um. E não vou, só vou contar uma coisa inesquecível de um desses abortos. É uma história trágica. Fui a um hospital que o médico era evangélico. Na hora de aplicar a anestesia, só me lembro de ele perguntar: “você gosta de viajar? Você vai ter uma viagem agora”. Não sei o que ele aplicou em mim, mas eu tive uma alucinação, parecia que eu estava sendo amputada. Foi uma experiência terrível para mim. Isso da clandestinidade que fez com que eu fizesse 4 abortos. Sou uma mulher com universidade, trabalho, bem informada. O que eu errava, eu continuava errando. É sobre isso que eu queria falar: se o aborto não fosse proibido, nós poderíamos de cuidar de mulheres como eu para que não passassem por tantas experiências assim. Por isso eu vim aqui para contar. Um ou quatro abortos é tudo parecido: é uma experiência muito ruim na clandestinidade.”

JJ. HISTÓRIA 36 | “Aos 15 anos comecei um namoro, eu morava numa cidadezinha do interior. O meu pai tinha acabado de morrer e eu vinha de uma família muito conservadora, eu diria até mais do que conservadora, minha mãe era uma mulher muito autoritária. Eu odeio dizer isso, mas com a morte do meu pai era como se eu pudesse começar a conhecer o mundo e viver. Eu acho até que eu gostava do menino, é muito difícil hoje voltar para trás e dizer o que era aquilo, porque tudo parece deslumbramento da adolescência. Eu tinha toda aquela empolgação de quem estava descobrindo a vida. Nós já namorávamos há algum tempo quando eu perdi a virgindade com ele. Com 16 anos eu engravidéi, mas antes de engravidar, houve uma conversa com ele que me marcou muito. Antes mesmo de eu saber que estava grávida, ou de eu ir falar com ele, isso martelava a minha cabeça. Um dia ele me perguntou: “o que você acha do aborto? Você abortaria?” Eu nunca tinha pensado sobre isso. Hoje tenho 41 anos, sou uma mulher muito mais madura, vivida e conheci mulheres, histórias de aborto. Ali, aos 16 anos, tudo era muito novo para mim. Quando eu engravidéi eu nem precisei perguntar a opinião dele, já estava dito por essa conversa que martelava minha cabeça. Ele me levou para um exame de urina, depois levou ao laboratório. Ele pegou a carteirinha da minha cunhada para poder ter acesso ao plano de saúde. Foi tudo escondido. Quando o resultado deu positivo, ele nem perguntou a minha opinião, não houve discussão entre nós, ele disse “eu não posso assumir, eu não vou assumir, eu não tenho condições e você vai abortar”. Eu diria que não foi uma escolha naquele momento, foi uma ordem. Eu não tinha o apoio dele e nem da sociedade ao meu redor, para dizer que eu ia ser uma mãe solteira numa cidade do interior, aos 16 anos e sem pai. Ele ainda me dizia, como para me ameaçar, que a minha mãe e o meu irmão iam me abandonar, iam me botar para fora de casa, ou seja, eu não ia ter ninguém, só o julgamento. Isso me gerou, claro, muito conflito interno. Eu não tinha com quem falar, cheguei a conversar com uma prima e ela era meio boboca, da mesma idade que eu e não me ajudou muito. O cara me deu chás, me deu comprimidos e nada, depois ele conseguiu o Citotec*. Gastou muito dinheiro para conseguir

e marcou dia e horário para eu estar com ele para fazer o aborto. Eu não posso mentir, enquanto eu esperava todo esse processo de ele resolver, eu já estava começando a sonhar com o bebê. Sabe quando você sonha acordada? Era eu. Eu achava que ele iria mudar de ideia e que ele ia aparecer na minha frente como o herói que ia dizer “nós vamos assumir, tudo vai dar certo”. Eu fui para casa dele, tomei os medicamentos, e ele ficou ao meu lado assistindo todo o processo do abortamento. Doeu, mas doeum muito. As crenças e o tabu que vivia ao meu redor era uma dor que eu posso dizer que era uma dor na alma. E eu sangrei muito e não fui ao hospital. Durante um tempo eu me condenava, me punia, achava que eu era a única e a principal responsável por tudo isso. Eu não podia me abrir com ninguém. Como poderia contar a alguém que eu sou uma criminosa? Eu não queria ser presa, eu tentei até falar antes de hoje, foram umas duas ou três vezes, mas os olhares de condenação, os olhares de reprovação, me fizeram recuar e não mais contar essa história. Aos 21 anos eu me casei, e foi só na segunda gravidez que eu consegui me ajeitar nessa história, durante o pré-natal, conversando com uma enfermeira. Eu já tinha entendido ali que era algo que eu precisava passar, ou que eu me permiti passar. Quando eu contei essa história e agora quando euuento novamente, eu posso dizer a você que eu não tenho arrependimento. As pessoas perguntam logo “você se arrependeu?” Parece que essa é a primeira pergunta que vem. Não, eu não tenho arrependimento, não é isso. O que eu ainda sinto é a lembrança da solidão que eu vivi, e por isso hoje eu sou solidária a todas as mulheres que passam por isso. Sabe, é muito irônico, essa solidariedade me “chegou” para dentro de casa, pra eu me mostrar solidária com a minha filha. A minha filha mais velha, de 16 anos, engravidou e toda a família do pai é muito evangélica, muito religiosa. Ela veio me consultar, eu contei a minha história, ela levou um susto. Eu disse a ela que eu apoiaria ela na decisão que ela quisesse, para abortar, ou para ter o filho. Ela decidiu ter o filho. Hoje eu tenho neto de 2 anos e 10 meses. Nós somos uma família maravilhosa: a minha filha, o meu neto, a minha outra filha, nós somos quatro em casa. Nessa ocasião eu também contei para minha filha mais nova. As duas são, como o pai, muito evangélicas, mas eu acho que elas olham hoje para o aborto de outro jeito, de um jeito diferente do que diz a igreja, do que diz que é pecado e que as mulheres devem ser presas. Quando se fala disso tudo, eu tenho certeza que elas lembram de mim, da mãe delas.”

KK. HISTÓRIA 37 | “Eu tinha 27 anos e uma filha de 4 anos, me relacionava com um cara que era muito afetuoso, muito bacana, já éramos até amigos antes de sermos namorados. Eu posso garantir a você, nós fazíamos tudo direito, eu sou a prova de que os métodos podem falhar. Eu engravidiei, nós procuramos rapidamente uma dessas clínicas conhecidas de aborto, mas ela estava fechada. Havia tido uma batida policial e nada estava funcionando. Nos indicaram outra, que eu não tinha nenhuma referência, exceto uma amiga que me sugeriu que ali podia, que ela tinha uma prima e que tudo podia dar certo nessa clínica. Eu fiquei um pouco insegura, mas não podia ter outro filho naquele momento tendo uma criança de 4 anos. Eu resolvi encarar, mas, preciso dizer, estava com muito, muito medo. A gente juntou dinheiro, eu nem sei como, e marcamos o procedimento. Eu fui bem tratada, não senti dor nenhuma, nem no procedimento e nem depois. Fui para casa. Parecia que tudo tinha dado certo, eu fiquei em casa dois dias descansando e depois voltei à vida normal, mas foi exatamente um mês depois que eu comecei a ter uma espécie de um sangramento, era uma menstruação, mas era diferente. Ela rapidamente passou para uma hemorragia, havia sangue por todos os lados. Eu ficava em pé, fazia uma poça de sangue embaixo de mim, eu fui tomar banho e pedaços de coágulos de sangue saíam durante o banho, mas era muito sangue. Essa clínica em que fiz o procedimento não fazia curetagem e havia uma regra de que eu não podia voltar para procurá-los. Isso era diferente das outras clínicas, em que você saía ou com o telefone do médico ou orientações do que você ia fazer caso algo desse errado, ou seja, eu estava jogada à própria sorte. Meu namorado na época conhecia uma enfermeira que trabalhava em um hospital universitário e ela conseguiu uma vaga para mim. Nenhum absorvente nesse momento segurava mais a minha hemorragia, eu tinha medo de morrer, eu tinha medo de ser presa, eu me via indo em sangue. Eu posso dizer a você que eu tinha três palavras, medo, medo e medo. Eu tremia muito, comecei a sentir dores, mas como se fossem muito mais fortes que uma cólica de menstruação. Como não tinha emergência, o meu leito ficou em um canto no corredor. Era um lugar que não era muito usado e era quase que esquecido, ele foi estratégico, para ninguém cuidar de mim e eu ser esquecida. Fizeram a minha ficha e aquela foi a primeira noite de três noites em que eu fiquei internada. Nos três primeiros dias, ninguém fez um exame comigo, ninguém falou comigo, ninguém se aproximou de mim. Os residentes passavam por mim e eu os ouvia falar, se referir a mim como “a aborteira”. Foram dias muito difíceis e eu cheguei a ouvir esse diálogo que euuento agora: uma mulher perguntava para outra “quem é essa aí no canto?” “Ela fez um aborto, ela tá aí para ela lembrar o que ela fez, para apagar o que ela fez”. Era uma voz feminina me condenando, sabe? Isso parece que teve uma dor particular, ouvir de uma mulher, foi aí que eu comecei a me desesperar. No final do quarto dia, eles fizeram um exame e depois a curetagem, só depois disso eu fui liberada. Eu saí do hospital andando e, naquele dia, naquele momento, eu me transformei numa feminista.

Agora eu sou uma lutadora pela descriminalização do aborto, e sabe quem fez isso comigo? Eles fizeram isso comigo. Eu sobrevivi por sorte, mas aprendi a lição sobre o que é resistir e é o que eu venho fazendo desde então, e é o que eu faço aqui, mais uma vez.”

LL. HISTÓRIA 38 | “Eu não sei como eu devo fazer, se devo gravar, se devo escrever. O jeito que eu escrevo aqui no Whatsapp é meio linha a linha, eu acho que você vai ter que ter paciência. Eu queria que você contasse a minha história também linha a linha, do jeito que eu estou te escrevendo. Isso foi em 1992, eu não posso gravar para você porque ninguém aqui na minha casa pode ouvir. Eu quero muito participar da campanha, mas a minha condição é essa: eu quero que você conte a minha história linha a linha. Eu tive um filho aos 18 anos, era minha primeira gravidez, não planejei e não queria, mas não pude abortar, embora eu pensasse nisso, não tive oportunidade. Sofri represálias por engravidar jovem e sem marido. Eu fui à luta, não foi fácil e, em dois anos, engravidéi novamente, eu não sabia de nada. Estava com um rapaz que assumiu o meu primeiro filho, nós não tínhamos nenhuma estabilidade, nem financeira, nem emocional. A menstruação atrasou, mas era comum acontecer. Eu passava dias sem tomar o remédio e, nessa bagunça, engravidéi. Era a segunda gravidez, ninguém iria me perdoar. Eu ainda estudava, meu companheiro contou para a mãe dele e ela nos ajudou, me deu beberagens e chás. Ela já tinha feito abortos e sabia por onde começar. Tem crença em beberagem e chá, em chá amargo, disse que resolve, mas não deu certo. Tomei o remédio* de farmácia, mas eu não sei o nome. Um senhor da farmácia do bairro era quem fornecia, mas não deu certo. Minha sogra me levou a uma senhora que fazia aborto. A mulher era auxiliar de enfermagem aposentada, tinha trabalhado com um médico que fazia aborto. Ela introduziu uma espécie de torçal de borracha na minha vagina, mandou eu voltar em 24 horas ou quando eu sangrasse. Era uma casa bem pobre, havia outras mulheres, imagino que pelo mesmo motivo que eu. Fui para um quarto e me deitei. Ela fez o procedimento com aquela borracha em mim, não prestei atenção se ela ao menos lavou as mãos. Fomos pra casa de ônibus e aquilo começou a pinicar em mim. O trabalho dela era só iniciar o aborto, quem tinha que terminar em algum outro lugar era eu. As cólicas foram aumentando, mas não tinha sangramento. De noite, no banheiro, um líquido viscoso saiu. Eu achei que tinha acabado e não voltei mais na mulher. Comecei a ter febre, era muita febre e um sangramento. Minha irmã e minha mãe começaram a desconfiar, fui levada à maternidade e lá eu fui muito maltratada. Eu sempre mentia, como a minha sogra e a mulher tinham mandado. O hospital parecia uma delegacia. Fiquei lá vários dias, acho que foram quatro, todos os casos passavam na minha frente. Eles queriam me punir, saía um líquido escuro como café e fedia muito. Um deles, que estava lá no hospital, disse: “essa aí é aborteira, todo ano ela vai chegar aqui”. Eu surtei, meu choro era compulsivo, pedi para morrer em casa, eles não podiam me dar alta, eu já estava lá há um dia em jejum. Eles me pediram paciência, que a equipe médica tinha casos de mais urgência do que o meu. O meu caso era leve, eles diziam, se eu fosse embora, iria morrer. Eu estava com fome, humilhada e transtornada, saí no outro dia. Eles fizeram o procedimento e eu saí andando. Não contei isso a ninguém, era uma autopunição por ter matado. Você acredita nisso? Eu assimilei a lição. Só consegui falar disso 12 anos depois, no pré-natal do meu filho. Depois eu conheci outras mulheres com a mesma história que a minha. Agora, outras mulheres vão conhecer a minha história, que deve ser como a história delas.”

MM. HISTÓRIA 39 | “Aos 15 anos eu fiz o meu primeiro aborto, estava no começo de um relacionamento e não queria filhos. Desde aquela idade eu sabia que eu não queria ser mãe. Até hoje não quero ser mãe. Ele era um cara bem mais velho do que eu, já tinha dois filhos e nós tínhamos um relacionamento muito complicado, mas eu estava muito apaixonada por ele. Eu descobri que estava grávida e já fui contando para ele, que logo me disse que não queria mais filhos, que não tinha emprego, que já não pagava pensão dos outros filhos. Na verdade, ele dizia que pagava e quando eu ficava sabendo das histórias nem isso ele fazia, nem pagar a pensão dos dois filhos que ele tinha de um relacionamento anterior. Fui eu que falei para ele pela primeira vez sobre aborto, ele logo me chamou de vagabunda, disse que não, ao mesmo tempo em que dizia que não queria ter aquele filho comigo. Uns dias depois ele apareceu na minha casa com uns comprimidos de Citotec*. Eu morava com a minha mãe, ele me deu os comprimidos e, antes, eu fiquei dois dias sem comer e sem beber água. Eu não me lembro se foi ele que me disse ou outras pessoas me disseram que eu devia ficar bem fraca para que o remédio fizesse o máximo de efeito e tudo desse certo. Então eu tomei três e pus três na vagina. Logo em seguida eu tive um sono muito forte e já acordei sangrando muito. Ele estava comigo no quarto, eu tinha dificuldade até de ir ao banheiro para urinar, eu ia o tempo todo e não conseguia fazer, e comecei a sentir muitas dores. De noite, isso tinha começado à tarde, eu já não aguentava mais de dor. Eu urinava muito pouco e foi quando resolvi eu mesma colocar a mão dentro da vagina, e senti que estava como se fosse inchada, que tinha algo. Eu coloquei a mão dentro e eu puxei com a mão, era como se fosse uma bolinha de golfe. Eu não sei o que era aquilo, acocorei, fiz força e puxei, coloquei dentro de

uma sacola de plástico e depois joguei num terreno baldio. Eu achei que tudo estava bem, que tudo teria terminado ali, não posso negar. Depois começou a vir um sentimento que acho que era de culpa. Eu pensava sobre isso, tinha pesadelos sempre, sonhava com crianças deformadas me chamando de mãe, mamãe, ou então elas me perguntando por que eu tinha feito aquilo. Eu continuei no relacionamento com esse cara. Era um relacionamento abusivo, abusivo mesmo, ele me batia, nós tínhamos brigas violentas e ele desconfiava de tudo e de todo o mundo. Ele me mandou parar de tomar o anticoncepcional porque dizia que se eu tomava o anticoncepcional, eu podia traí-lo quando ele não estivesse ao meu lado. Um dia, eu já não tomava mais a pílula, eu sabia que estava fértil. Eu já não queria mais me relacionar com ele. Ele me ameaçou surrar e me obrigou a ter sexo com ele, foi aí que eu engravidou novamente dele. Eu tinha 18 anos, eu sabia que aquilo não tinha futuro, por tudo o que eu já tinha vivido e pelo o que eu estava vivendo com esse homem violento. Os pesadelos já tinham ido embora, eu sabia que eu não queria ter nenhum filho com ele. Eu peguei um empréstimo em nome da minha mãe e consegui comprar os comprimidos novamente. Diferente da primeira vez, eu não tive nenhuma culpa aqui, eu fiz tudo absolutamente sozinha. Eu, sabe, eu agora aqui contando para você, talvez eu devesse até me ajeitar, eu diria que eu não tive culpa também no primeiro. Eu tive esse monte de pesadelos que foi horrível, parece que eu estava ali me ajeitando em tudo o que eu vivia, mas não era culpa. Era talvez um peso, por tudo o que eu vivi e por aquilo que eu vivia com aquele cara, de sofrer violência. Eu não queria um homem como aquele sendo pai do meu filho. Nós terminamos e ele nunca soube desse meu segundo aborto.”

NN. HISTÓRIA 40 | “Eu tenho 56 anos, resolvi que quero gravar a minha história para você, eu só preciso de um pouco de privacidade porque eu ainda não contei essa história para as minhas filhas. Eu vou fazer, mas eu queria fazer talvez uma coisa e depois a outra. Contar para elas é outro peso, diferente do que vai ser contar para você hoje. Isso aconteceu em 1979, eu tinha 18 anos, conheci um cara do Rio de Janeiro, ele estava de passagem pela minha cidade. Eu era super carente nessa época, eu ficava com alguém, eu já achava que eu ia namorar firme e o relacionamento era sério. De repente eu me vi grávida, liguei para ele num telefonema interurbano – não sei se você lembra que nessa época um telefonema interurbano era coisa caríssima e difícil –, e ele já foi direto ao assunto. Eu falei e ele já respondeu: “se você quiser ter, esse problema é nosso”... não, não, não, não foi assim não. Sabe o que ele disse? Me parece até eu me confundindo aqui, né? Ele disse: “se você quiser fazer um aborto, o problema é nosso, se você quiser ter, o problema é seu”. Eu sei que pode causar espanto, que se imaginaria que os homens vão dizer “eu vou assumir”, não, não, não. Não é à toa que eu errei, né... depois de três filhas e tendo um marido bacana. Na verdade, o que ele me disse foi exatamente o contrário, “se você quiser abortar, o problema é nosso, se você quiser ter, o problema é seu”. Eu acho que até ali eu nunca tinha pensado sobre aborto, nunca tinha passado na minha cabeça. Como eu disse, eu era muito nova, mas eu sabia também que não podia ter aquele filho sozinha. Eu falei com uma amiga da nossa família, ela era 14 anos mais velha do que eu – também por um telefonema interurbano –, ela me disse: “olha, você tem escolha, é essa, aqui na cidade já se faz a vácuo, você pode vir, eu ajudo você”. Eu acho que essas duas conversas, com formas diferentes de chegar em mim, porque uma me apoiou e outra de alguma maneira me apoiava abandonando, eu tomei a decisão. A gravidez era um problema. Eu estava fazendo o vestibular, terminei o vestibular, esperei ser aprovada e fui para essa cidade da minha amiga para fazer o procedimento. Eu estava feliz, hoje eu fico pensando o que era esse sentimento todo que eu vivi, essa euforia. Depois, com a gravidez das minhas filhas, eu fui estudar e entender que isso é uma parte de todo um processo hormonal que eu estava vivendo, eu tinha um problema a enfrentar e ainda estava feliz com isso. Bem, o rapaz me deu dinheiro e essa minha amiga me levou na clínica. O lugar tinha nome de santo, não é ironia, tinha nome de santo. Ele ainda tinha um chaveirinho que quando você ia embora recebia, que dizia “volte sempre”. Parece até ironia né? Era uma clínica bem arrumada, com placa, nada disfarçado ou escondido. Todo mundo sabia o que acontecia lá dentro, e havia muitas mulheres. A minha amiga ficou me esperando na sala de espera e eu entrei, tirei a roupa, pus a batinha onde tinha outras mulheres também esperando pelo procedimento. E ali dentro eu reconheci outras mulheres que eu conhecia, da praia onde eu ia nas férias ou dos locais que eu convivia. Uma outra mulher estava muito emocionada, chorava, eu acalmei ela, eu nem sei se essas mulheres se lembram uma das outras nesse momento. Eu fui vendo as mulheres indo, muitas chegaram depois de mim, passaram na minha frente, eu estava muito tranquila, eu fui ficando por ali, né? Finalmente me chamaram, eu lembro de ver um médico muito alto e outro que eu acho que era o anestesista, mas havia outras pessoas na sala e todas elas usavam máscaras, aquelas máscaras de médico, profissional de saúde, em centro cirúrgico. Eu já acordei depois em uma sala muito grande, deitada em um colchonete no chão, havia muitas mulheres desse jeito, deitadas num colchonete no chão. Assim que eu acordei, eu vi uma das mulheres sendo carregada pelos braços e pelas pernas e colocada num colchonete ao meu lado, uma das mulheres acordou muito agitada, então tinha de tudo por ali. Depois eu vesti a minha

roupa, me avisaram que eu tinha um tampão na vagina, eu ganhei o chaveirinho e fui embora. Eu fiquei sozinha no apartamento dessa minha amiga porque ela tinha que viajar. E foi aí que eu fui tirar o tampão. E eu fiquei impressionada do que saiu de mim, ninguém tinha me dito que era um tampão de um metro, eu fui tirando e aquilo parecia que não acabava nunca, foi um desespero que eu vivi naquele momento. Eu depois passei a pensar muito sobre isso. Eu me resolvi no daime, eu tive outros filhos, as minhas filhas, eu fui tocando a vida. E hoje eu me descrevo que eu me transformei numa menina com um segredo, eu ainda sou essa menina com esse segredo. Eu acho que eu me perdoei, mesmo não acreditando em pecado, mas eu acho que esse ciclo, ele só vai se fechar quando eu conseguir contar essa história de hoje para as minhas filhas.”